

2012



**Relatório
dos Planos de Atuação,
1 e 2 Quadrimestres/2012
- Região Administrativa
Belém I - Capital**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO – 1º E 2º QUADRIMESTRES/2012 – REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM I - CAPITAL

Relatório de apresentação das reuniões de trabalho referentes ao Acompanhamento sobre a Execução dos 1º e 2º quadrimestres dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará – 2012/2013 – Região Administrativa Belém I – Capital.

BELÉM 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Corregedor-Geral do Ministério Público

MARCO ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Subprocurador-Geral, área Jurídico-Institucional

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral, área Técnico-Administrativa

GRUPO DE APOIO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Paulo Ricardo de Souza Bezerra
Promotor de Justiça

Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos
Promotora de Justiça

Mariléa Ferreira Sanches
Coordenadora

Márcia Bethania Vinagre Sales

Márcia Virgínia Valle Rath de Souza Franco

Margarida Maria Santana de Oliveira

Maria da Glória Vicente Nascimento Araújo

Márcio Saraiva Kaliffe

Marco Antonio Marques da Silva

Marly Dantas Nery

Marilze Ribeiro Bitar

Renata Cristina de Matos Martins

Rose Mary Epifânio de Carvalho

Sandra Lúcia Serra Rodrigues

Thyago da Costa Feio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
APRESENTAÇÃO	09
1- REUNIÃO 02/10/2012: PROCURADORIAS DE JUSTIÇA: Cível e Criminal	12
1.1- Resumo	12
1.2- Abertura da Reunião	13
1.3- Exposição dos Planos de Atuação pelos Membros	13
1.4- Gráficos de avaliação da reunião pelos Membros	16
1.5- Encaminhamentos	17
2- REUNIÃO 04/10/2012: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA: de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa; Ações Constitucionais e Fazenda Pública; Icoaraci; Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	18
2.1- Resumo	18
2.2- Abertura da Reunião	19
2.3- Exposição dos Planos de Atuação pelos Membros	20
2.3.1- Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	20
2.3.2- Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, de defesa do Patrimônio Público e da Moralidade administrativa	21
2.3.3- Promotoria de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública	25
2.3.4- Promotoria de Justiça de Icoaraci	28
2.4- Gráficos de avaliação da reunião pelos Membros	30
2.5- Encaminhamentos	31
3- REUNIÃO 09/10/2012: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA: de Defesa Comunitária e da Cidadania; Infância e Juventude; Mosqueiro	32
3.1- Resumo	32
3.2- Abertura da Reunião	32
3.3- Exposição dos Planos de Atuação pelos Membros	33
3.3.1- Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e Cidadania	33
3.3.2- Promotoria de Justiça da Infância e Juventude	34
3.3.3- Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos e de Acidentes do Trabalho	35
3.3.4- Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo	36
3.3.5- Promotoria de Justiça de Mosqueiro	37
3.4- Gráficos de avaliação da reunião pelos Membros	40
3.5- Encaminhamentos	41
4- REUNIÃO 23/10/2012: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS	44
4.1- Resumo	44
4.2- Abertura da Reunião	45
4.3- Exposição dos Planos de Atuação pelos Membros	46
4.3.1- Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial	46
4.3.2- Promotoria de Justiça de Família	48
4.3.3- Promotoria de Justiça de Órfãos, Interditos e Incapazes	51
4.3.4- Promotoria de Justiça de Registros Públicos, Resíduos e Casamentos	53
4.4- Gráficos de avaliação da reunião pelos Membros	55
4.5- Encaminhamentos	56
5- REUNIÃO 25/10/2012: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS	59
5.1- Resumo	59
5.2- Abertura da Reunião	60
5.3- Exposição dos Planos de Atuação pelos Membros	61
5.3.1- Promotoria de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária	61
5.3.2- Promotoria de Justiça do Juízo Criminal	63
5.3.3- Promotoria de Justiça de entorpecentes	67
5.3.4- Promotoria de Justiça de direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial	68
5.3.5- Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri	71
5.3.6- Promotoria de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas	72
5.3.7- Promotoria de Justiça Militar	74

5.4- Gráficos de avaliação da reunião pelos Membros	77
5.5- Encaminhamentos	78
6- CONCLUSÃO	80
7- ANEXOS	81
7.1- ANEXO 01 - REUNIÃO 02/10/2012	82
7.2- ANEXO 02 - REUNIÃO 04/10/2012	89
7.3- ANEXO 03 - REUNIÃO 09/10/2012	100
7.4- ANEXO 04 - REUNIÃO 23/10/2012	112
7.5- ANEXO 05 - REUNIÃO 25/10/2012	133

Não existe “a melhor maneira” de se criar uma estratégia, nem existe “a melhor forma” de organização. O mundo é cheio de contradições e o estrategista efetivo é aquele que vive com as contradições, aprende a apreciar suas causas e efeitos e as suaviza o suficiente para uma ação efetiva.

Quinn & Mintzberg (1991)

INTRODUÇÃO

O Plano de Atuação instituído pela Resolução Nº 044/2011-CPJ, de 01 de dezembro de 2011, estabelece diretrizes para a elaboração, acompanhamento e avaliação dos trabalhos executados pelos membros integrantes das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

O Ministério Público coloca a disposição da Instituição e da sociedade, um instrumento eficaz de implementação e avaliação de políticas voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados a sociedade por meio da atuação dos Membros do Ministério Público.

Trata-se de atividades judiciais e extrajudiciais consubstanciadas em um plano de metas no qual, sua elaboração se dá por meio de metodologia uniformizada em formulário próprio disponibilizado no Sistema de Elaboração e Acompanhamento dos PAs (SEAPA).

A realização das reuniões de trabalho entre a Coordenação do Plano de atuação e Procuradorias e Promotorias de Justiça, apresentadas neste relatório, tem por objetivo o acompanhamento do cumprimento das metas pelos membros do Ministério Público, por meio da apresentação da execução de seus respectivos Planos de Atuação.

Assim, o presente relatório apresenta os resultados das Reuniões de Trabalho para o Acompanhamento da Execução dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Pará, ocorridas nos dias 02, 04, 09, 23 e 25 de outubro de 2012, tendo como público alvo a Região Administrativa Belém I, especial a Capital.

APRESENTAÇÃO

A elaboração dos Planos de Atuação (PAs) das Procuradorias e Promotorias de Justiça, para a consecução das metas prioritárias do Ministério Público em suas diversas áreas de atuação, conforme preconiza o art. 70 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006, visa buscar, instrumentos para que se possa enfrentar e solucionar de forma mais efetiva, os problemas socioeconômicos que retratam a realidade do Estado e permitir o maior acesso da sociedade aos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público através de seus Membros.

No intuito de facilitar o acompanhamento das atividades para o alcance das metas estabelecidas nos Planos de Atuação, são necessárias rodadas de reuniões coordenadas pela Corregedoria-Geral com o apoio dos técnicos integrantes do Grupo de Apoio de Planejamento Institucional (GAPI), para a apresentação dos trabalhos judiciais e extrajudiciais desenvolvidas pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça.

Para as reuniões foi adotado como metodologia o relato da execução das atividades previstas na elaboração dos PAs, informando as metas alcançadas, bem como, as dificuldades encontradas.

O presente Relatório tem por objetivo a apresentação, pelos Membros das Procuradorias e Promotorias de Justiça, que compõem a Região Administrativa Belém I, da execução dos 1º e 2º quadrimestres, referente aos períodos de março a outubro de 2012, dos Planos de Atuação, com ênfase nos seguintes aspectos:

- Atividades realizadas na execução do PA, com as metas alcançadas e as dificuldades encontradas;
- Os impactos junto à sociedade, a partir da execução do PA;
- Se as atividades previstas no PA são suficientes para o alcance dos objetivos propostos no Plano.

Durante as reuniões foram identificadas proposições, as quais são encaminhadas em tempo hábil, pela Corregedoria-Geral à Administração Superior do Ministério Público, para as providências cabíveis. As reuniões constituem-se em fundamental importância para o processo pois promovem:

- a articulação do coordenador com os membros para o efetivo cumprimento das metas;

- as ações articuladas por Região Administrativa, identificando pontos comuns contidos nos PAs.

Para a realização das reuniões foi estabelecidas um cronograma de trabalho conforme detalhado neste relatório:

A **primeira reunião** foi realizada no dia 02 de outubro do corrente ano, no Auditório do Plenário do Colégio de Procuradores do MPPA, no período de 09 às 12 horas, contou com a participação da Procuradoria de Justiça Cível e Procuradoria de Justiça Criminal.

A **segunda reunião** foi realizada no dia 04 de outubro do corrente ano, no Auditório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, no período de 14 às 18 horas, contou com as seguintes participações: Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, promotoria de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública, Promotoria de Justiça de Icoaraci e Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A **terceira reunião** foi realizada no dia 09 de outubro do corrente ano, no Auditório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, no período de 14 às 18 horas, contou com as seguintes participações: Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania, Promotoria de Justiça da Infância e Juventude e Promotoria de Justiça de Mosqueiro.

A **quarta reunião** foi realizada no dia 23 de outubro do corrente ano, no Auditório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, no período de 14 às 18 horas, contou com a participação da Promotoria de Justiça Cível, tendo a participação do Centro de Apoio Operacional Cível.

A **quinta reunião** ocorreu no dia 25 de outubro de corrente ano, no Auditório da Promotoria da Infância e Juventude, no período de 14 às 18 horas, teve como participante a Promotoria de Justiça Criminal, no qual também participou o Centro de apoio Operacional Criminal.

Considerando a atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de

Justiça, em seus planos ou programas de atuação (art. 37, IV da Lei Complementar nº 057/2006), as reuniões procederam com a abertura do Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves – Corregedor-Geral, sucedendo com os Membros e Coordenadores dos Planos de Atuação de cada Procuradoria e Promotoria de Justiça participante, no qual submetem à apreciação dos participantes as metas atingidas para tornar efetivo o objetivo determinado nos PAs, bem como as estratégias adotadas. Por fim, os participantes respondem a um formulário de Avaliação sobre o evento.

Vale ressaltar que nas reuniões são acordados vários encaminhamentos que são posteriormente enviados a primazia da Administração Superior e demais setores envolvidos para as providências cabíveis, com o devido acompanhamento da Corregedoria-Geral.

1 - REUNIÃO 02/10/2012

PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL E PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

1.1 - Resumo:

Acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, em seus planos ou programas de atuação, foi o objetivo da **reunião** realizada no Plenário do Colégio de Procuradores do MPAPA, no dia 02 de outubro do corrente ano, no período de 09 às 12 horas, que contou com a participação da Procuradoria de Justiça Cível e Procuradoria de Justiça Criminal. Estiveram presentes, os Procuradores de Justiça: Dr. Almerindo José Cardoso Leitão, na ocasião representado pela Dra. Sylvia Natally Fernandes da Silva; Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento; Dr. Francisco Barbosa de Oliveira, que foi representado pela Dra. Celina Coelho Cativo; Dr. Jorge de Mendonça Rocha; Dra. Leane Barros Fiúza de Melo; Dra. Leila Maria Marques de Moraes; Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas; Dra. Maria da Graça Azevedo da Silva; Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo; Nicolau Antonio Donadio Crispino; Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Dr. Ricardo Albuquerque da Silva.

Colaboraram com a reunião os seguintes técnicos integrantes do Grupo de Apoio de Planejamento Institucional (GAPI): Márcia Virgínia Valle Rath de Sousa Franco; Marco Antonio Marques da Silva; Mariléa Ferreira Sanches; Marilze Ribeiro Bitar; Marly Dantas Nery; Rose Mary Epifânio de Carvalho e Thyago da Costa Feio.

A reunião deveria enfatizar alguns pontos relacionados às atividades realizadas para o alcance das metas e as dificuldades encontradas, além dos impactos junto à sociedade com a efetivação da execução dos 1º e 2º quadrimestres dos Planos de Atuação. Entretanto, não foi possível cumprir com o pretendido, uma vez que o evento não contou com a participação de todos os Procuradores de Justiça, Coordenadores dos Planos de Atuação, que foram convidados a participarem da reunião.

1.2 – Abertura da Reunião:

A abertura da reunião foi procedida pelo **Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** Corregedor-Geral do Ministério Público, que explanou sobre o objetivo da reunião, os atos de gestão e execução dos Procuradores de Justiça e ainda, sobre as atividades proposta no Plano de Atuação, ressaltando a importância da participação dos Centros de Apoio Operacional (CAOs), convidados a participar de todas as reuniões de acompanhamento. Mencionou a ausência dos procuradores e coordenadores, por afetar o andamento do calendário para execução de atividades voltadas ao PA, bem como a dificuldade de agendamento para outra data.

Os membros destacaram a importância da reunião para o andamento dos trabalhos que envolvem as atividades para a execução das metas a fim de atingir os objetivos traçados no Plano de Atuação de cada Procuradoria de Justiça.

1.3 – Exposição dos Planos de Atuação pelos Membros:

Considerando que, devido a ausência de Membros e Coordenadores dos Planos de Atuação tanto das Procuradorias de Justiça Cíveis, quanto das Procuradorias de Justiça Criminais, na reunião não houve a exposição das metas alcançadas referente a execução das atividades do Plano de Atuação.

Contudo, os membros participantes entenderam por dar continuidade à reunião e destacaram alguns pontos importantes ao Plano de Atuação:

1 - Dr. Ricardo Albuquerque da Silva faz considerações a respeito da importância da reunião e sugere incluir no Plano a criação de “Núcleo ou Procuradoria RECURSAL”, a fim de tornar efetivo os recursos para operacionalizar as atividades dos Procuradores com a participação de Promotores para trabalhar com recursos contra acórdãos. Fala da importância de todos os membros em vestir a camisa da Instituição e fortalecer seu papel, resgatando a situação da Área Criminal, e quão significativo é o papel do representante em tempo integral do Ministério Público perante a sociedade. Sugere um curso, através do CEAF, para treinamento de Préquestionamento, cita o Congresso ocorrido no Pará e a presença de um promotor de justiça, no qual, empolgou o público mostrando o orgulho de vestir a

camisa do MP, principalmente em eventos que requeiram participantes da Instituição.

2 - Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas informou sobre a aprovação pelo Colégio de Procuradores, da proposta de criação do Núcleo Recursal; que está participando de reuniões que trata sobre as atividades de Câmara Recursal e sugere o nome de “Procuradoria Recursal”, informa ainda que há vários modelos, que podem servir de base como, por exemplo, as resoluções do Ministério Público da cidade de Porto Alegre dentre outros estados, alicerçando os trabalhos para a criação de “Procuradoria Recursal”; que conta com a integração de Promotores da área Cível e Criminal e propõe a inserção das Procuradorias Recursais Cível e Criminal no Plano de Atuação.

3 - Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo fala da importância da criação e a viabilidade de operacionalização da Procuradoria Recursal que deve adequar o modelo existente a realidade do MPPA e cita que já existe a demanda no Plano Geral de Atuação do Ministério Público (PGA). Em se tratando do Plano de Atuação da Procuradoria Criminal, informa que, dentre os objetivos elaborados, o primeiro teve suas metas cumpridas e as demais se encontram em andamento.

4 - Dra. Maria da Graça Azevedo da Silva fala que a criação da Procuradoria Recursal significa quebra de paradigmas para a Instituição Ministerial. Entretanto, observa que há resistência de alguns Procuradores de Justiça, dificultando o avanço da criação proposta, e cita o modelo do Ministério Público do Mato Grosso do Sul e de Brasília.

5 - Dra. Leane Barros Fiúza de Melo fala a respeito da integração das atividades dos membros e interiorização dos Centros de Apoio Operacionais – CAOs, além da importância de elevar o papel do Ministério Público, não tratando de maneira individual. Evidencia a significância da integração das Procuradorias de Justiça com as Promotorias de Justiça num trabalho conjunto para o melhor desenvolvimento das atividades de maneira Institucional, no intuito de atingir as metas de maneira mais efetiva e, portanto, o cumprimento dos objetivos estabelecidos nos Planos de Atuação. Relata as dificuldades levantadas no PA e informa que a Coordenadoria não tem apoio técnico e administrativo.

6 - Dr. Jorge de Mendonça Rocha reconhece a importância para o Plano de Atuação, das participações em audiências públicas, reuniões e encontros com assuntos pertinentes que auxiliaram a criação do Plano Geral de Atuação, reforça a importância da criação da Procuradoria Recursal que viabilizar de forma mais eficaz a elaboração e execução das atividades contidas no Plano de Atuação.

7 - Dra. Leila Maria Marques de Moraes menciona a dificuldade vivenciada pela falta de espaço físico suficiente para a realização de reuniões de trabalho nas Promotorias Cíveis e cita a importância de ter uma sala específica para o atendimento e reuniões na Promotoria.

8 – Dra. Mariléa Ferreira Sanches como representante do GAPI, faz explicações técnicas a respeito da elaboração e acompanhamento dos Planos de Atuação das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal e faz agradecimentos aos participantes que trouxeram informações para enriquecer as atividades dos PAs.

9 - Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves informa que foi incluída no Orçamento para 2013 a criação de Núcleo Recursal, agradece as contribuições dos Procuradores de Justiça Dr. Ricardo Albuquerque e Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas, informa que as sugestões já fazem parte do Plano Geral de Atuação (PGA), agradece a Dra. Socorro Mendo, pela importância dada em buscar informações quanto ao PA da Coordenadoria Criminal para dar andamento a execução do mesmo. Fala sobre as Reuniões de interiorização, ressaltando a competência e o cumprimento das atividades legais. Fala da dificuldade a ser vencida quanto a distância dos membros da capital com os do interior. Refere-se aos encaminhamentos da reunião referente a realização de curso de gestão para as Procuradorias e Promotorias de Justiça, sugere entre na agenda para o próximo ano. Outro encaminhamento diz respeito a criação da Procuradoria Recursal, bem como um curso recursal com o envolvimento de todos, e de providencias adotadas quanto ao encaminhamento para o PGJ, no intuito de subsidiar o curso para área recursal. Cita a importância do formulário de avaliação da reunião de trabalho para aprimoramento das atividades realizadas pela Corregedoria-Geral, distribuída aos participantes e faz os agradecimentos e considerações finais, encerrando a reunião.

1.4 – Gráficos de Avaliação da Reunião:

Procuradorias de Justiça Cível e Criminal

Gráfico 1

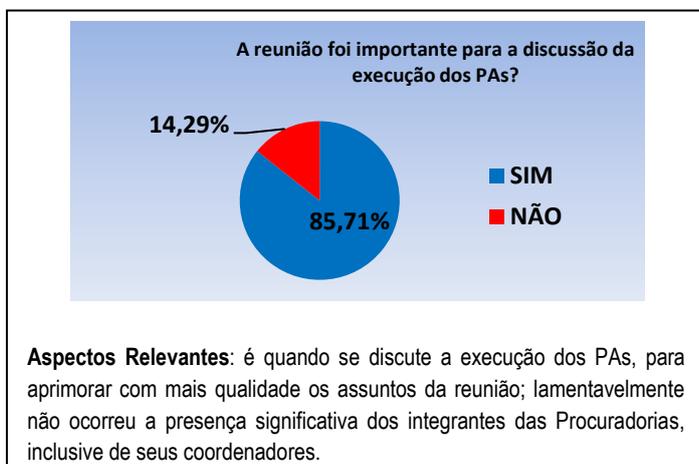


Gráfico 2

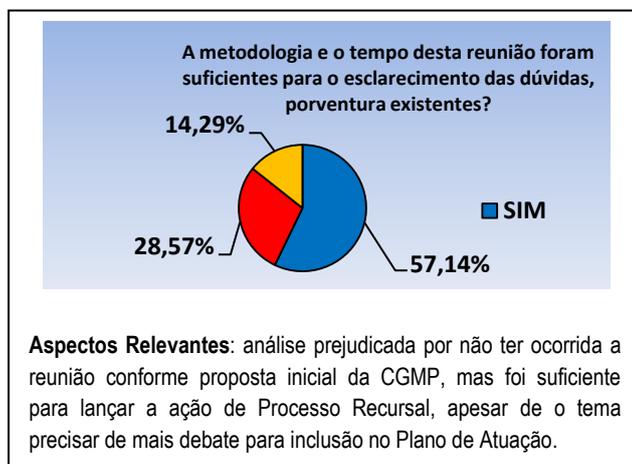


Gráfico 3

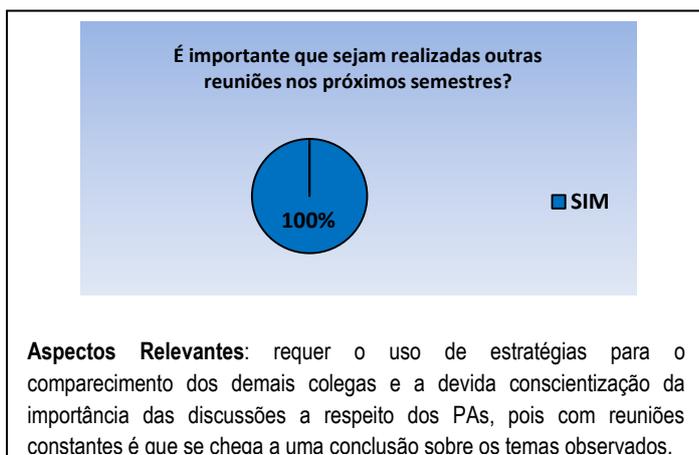


Gráfico 4

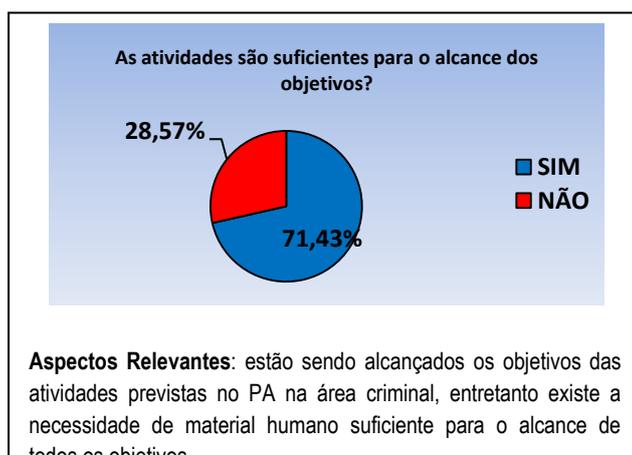
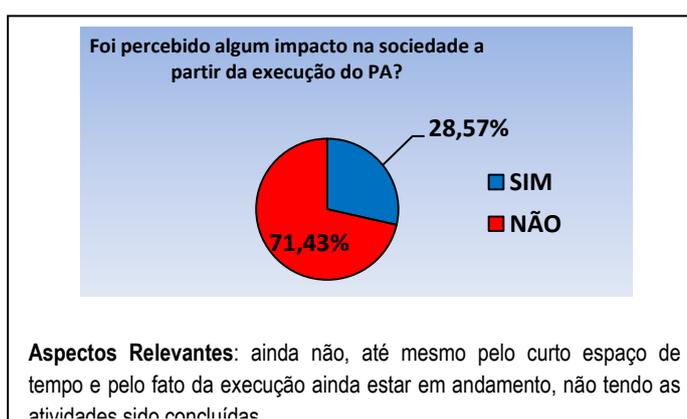


Gráfico 5



1.5 – Encaminhamentos:

- 1) Envio de expediente para os faltosos informando as deliberações;
- 2) Envio ao CEAF de solicitação de curso de Gestão de Procuradorias e Promotorias de Justiça;
- 3) Envio ao CEAF de solicitação de curso de Préquestionamento, Recurso especial e recurso extraordinário para os membros;
- 4) Solicitação para realização dos referidos cursos nos pólos;
- 5) Verificar junto ao PGJ a possibilidade de que os membros sejam convocados para participar dos cursos;
- 6) Incluir nos PAs Cível e Criminal o objetivo: Acompanhar a Implementação da Procuradoria Recursal no MPPA.
- 7) A Procuradoria Cível se comprometeu a encaminhar as informações do PA, tendo em vista que não foi apresentada a execução na reunião;
- 8) Enviar a SUB-ATA a solicitação feita pela Procuradoria Cível sobre a necessidade de sala própria para reuniões; e solicitado pela Procuradoria Criminal a designação de servidores na área técnica e administrativa para a Procuradoria.

2 - REUNIÃO 04/10/2012

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA: DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA; AÇÕES CONSTITUCIONAIS E FAZENDA PÚBLICA; DE ICOARACI; VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

2.1 - Resumo:

Objetivando a exposição da execução dos 1º e 2º quadrimestres dos Planos de Atuação, a **reunião** realizada no dia 04 de outubro do ano corrente, contou com as participações dos seguintes Promotores de Justiça: Aldo de Oliveira Brandão Saife, Angela Maria Balieiro Queiroz, Domingos Sávio Alves de Campos, Elaine Carvalho Castelo Branco, Firmino Araújo de Matos, Hamilton Nogueira Salame, José Nazareno Barros André, Lucinery Helena Resende Ferreira, Luiz Márcio Teixeira Cypriano, Luiz Otávio Bandeira Gomes, Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares, Maria da Penha de Mattos Buchacra Araújo, Maria das Graças Corrêa Cunha, Maria de Nazaré dos Santos Corrêa, Mário Raul Vicente Brasil, Nelson Pereira Medrado, Oirama Valente Santos Brabo Rodrigues, Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, Rosângela Chagas de Nazaré, Sandro Garcia de Castro, Silvio Paulo Brabo Rodrigues, Síntia Nonata Neves de Quintanilhas Bibas Maradei, Suely Regina Aguiar Cruz, Viviane Veras de Paula, José Maria Costa Lima Junior, Franklin Lobato Prado e Welligton Sousa Pedroso.

Contou com a participação dos seguintes técnicos integrantes do GAPI: Marco Antonio Marques da Silva, Marilze Ribeiro Bitar, Marly Dantas Nery e Rose Mary Epifânio de Carvalho.

2.2 – Abertura da Reunião:

O Corregedor-Geral, Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, iniciou a reunião com os membros das seguintes Promotorias de Justiça: de Direitos Constitucionais Fundamentais, de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa; Promotoria de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública; Promotoria de Justiça de Icoaraci e a Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dentre os principais aspectos abordados na abertura da reunião estão a importância da participação de todos para melhoria na execução do Plano de Atuação que se constitui em instrumento usado pelas Promotorias de Justiça para auxiliar no desenvolvimento Organizacional do Ministério Público. O instrumento do Planejamento é uma ferramenta que é usada por muitas empresas no intuito de alcançarem gradativamente uma estrutura organizada para um crescente desenvolvimento e valorização do trabalho executado pelos participantes e do reconhecimento e respeito da sociedade. Diversas empresas brasileiras que passaram por uma estruturação organizacional adotando o planejamento como ferramenta, mesmo encontrando grandes desafios e dificuldades, pôde ver seus esforços concretizados através do crescimento e reconhecimento, em alguns casos a nível nacional, como a exemplo do Grupo Pão de Açúcar, que após enfrentar muitas dificuldades, conseguiu através do planejamento adotado, se tornar uma das maiores empresa do Brasil.

Ademais, foi ressaltado que a partir das dificuldades da Instituição ocorreram diversos trabalhos que engrandeceram e contribuíram para o crescimento tanto do Ministério Público como do Estado do Pará, contando com a participação dos servidores, membros e sociedade, podendo identificar as realidades locais na área de atuação de cada Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

2.3 – Exposição dos Planos de Atuação dos Membros:

2.3.1- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – Dr. Sandro de Castro Garcia

2.3.1.1 - Objetivo 1: não mencionado

Atividades realizadas:

- Visitas aos Pólos da PJ no Estado, requerendo que cada um faça o cadastramento das ocorrências de violência, de acordo com a Lei Maria da Penha;
- Elaboração de um Fórum em parceria com outros Órgãos e outros estados;
- Criação de um programa, pelos servidores de apoio, para facilitar o Cadastro dos casos informados na PJ da Capital.

Metas alcançadas:

- Realização de 06 (seis) reuniões, das 12 (doze) programadas;
- Realização de palestras em escolas públicas e privadas

Contribuições:

Dra. Suely Cruz manifestou o interesse em contribuir com a Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, por identificar a ocorrência da violência que a mulher é acometida na hora do parto, onde há conseqüências graves tanto para a mulher quanto para criança.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de coordenador;
- Dificuldades na comunicação;
- Problemas técnicos que dificultaram o acesso ao sistema.

**2.3.2- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS
FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA
MORALIDADE ADMINISTRATIVA –
Dr. Firmino Araújo de Matos**

2.3.2.1 - Objetivo 1: Combater a improbidade administrativa, preventiva e repressivamente, em resguardo do patrimônio público e da moralidade administrativa, com especial ênfase, no período 2012/2013:

a) na análise de processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação realizados no âmbito das administrações públicas do Estado do Pará e do Município de Belém;

b) no combate a irregularidades na contratação de pessoal, particularmente ao nepotismo, e na busca do pleno respeito aos princípios da publicidade e da transparência.

Atividades realizadas:

- 02 (dois) inquéritos civis instaurados que resultaram na detecção de situações de inadequação de processos de dispensa de licitação prevista em lei. Nesses inquéritos, foram expedidas recomendações ao gestor público responsável pela contratação direta em curso, que, acatadas, propiciaram a não efetivação de despesa pública indevida.

Metas alcançadas:

- Instauração de inquéritos civis;
- Realização de reuniões;
- Diminuição do passivo de procedimentos administrativos e inquéritos civis da PJ, tendo atingido 31% da meta cumprida.

Contribuições:

Dra. Suely Cruz, falou da complexidade dos processos e solicitou que se tenha uma visão mais apurada da administração e elaboração do PA ressaltando que um dos objetivos é Fomentar a criação de estrutura da rede de acolhida para população em situação de rua, tendo já realizado reuniões para tratar do assunto mencionado. Realizou reunião com a Funpapa e Secretaria de Assistência Social, verificando a má assistência dada pela Funpapa aos moradores de rua e drogaditos. Falou a

respeito da dificuldade de realização de trabalhos com o GT de Saúde quanto a concretização da reforma da Unidade de Saúde do bairro da Terra Firme.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor público.

2.3.2.2 - Objetivo 2: Diminuir o passivo de procedimentos administrativos e inquéritos civis da Promotoria de Justiça.

Atividades realizadas:

- Arquivamento de processos;

Metas alcançadas:

- 31% das metas alcançadas. Procedimentos administrativos e/ou inquéritos civis finalizados no 1º quadrimestre foram em virtude de promoções de arquivamento e de decisões de declínio de atribuição.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Grande número de demandas de processos na PJ;

2.3.2.3 - Objetivo 3: Fomentar a criação da estruturação da rede de acolhida para a população em situação de rua, compreendida na faixa etária de 19 a 55 anos, especialmente os albergues ou similares.

Atividades realizadas:

- Realização de reunião com os técnicos da PJ de Deficientes e Idosos, buscando reunir informações e troca de experiências acerca do trabalho desenvolvido relacionado às Políticas Públicas disponíveis, no Estado e Município, para atendimento de pessoas moradoras de rua.
- Realização de 02 (duas) outras reuniões - 22.08 com a FUNPAPA e 23.08 com a Secretaria de Assistência Social.

Metas alcançadas:

- Melhoria dos trabalhos de assistência dados pelas entidades de acolhimento aos moradores de rua.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: sem manifestação

2.3.2.4 - Objetivo 4: Atuar junto aos órgãos responsáveis no sentido de garantir o funcionamento de saúde em Atenção Primária, na Unidade Municipal de Saúde e Unidade Estratégia Saúde Família da Terra Firme.

Atividades realizadas:

- Ofício expedido a Unidade Estratégia Saúde Família da Terra Firme, buscando saber situação físico-operacional da unidade, visando dotá-la de funcionalidade;
- Realizada reunião em que secretária informou ainda estar realizando obras na estrutura física do prédio em que funciona o Estratégia Saúde Família da Terra Firme; estando a equipe temporariamente ocupando uma sala da UMS - Terra Firme;
- Diante do recebimento de relatório de auditoria do DENASUS sobre o Estratégia Saúde Família, no Município de Belém, entendeu esta Promotora, juntamente com o Dr. Alan Mansur, MPF, ingressar com ACP junto a Justiça Federal;
- A Promotoria de Justiça tem efetuado gestões junto a SESMA; porém, apesar de já terem sido concluídas cerca de 90% das obras físicas da Unidade, a Secretaria informa ainda não ter sido possível a contratação de todos os profissionais de saúde necessários, em razão da localização da Unidade.

Metas alcançadas:

- Reforma da Unidade de Saúde do bairro da Terra Firme;
- Proposta de contratação de novos profissionais para área da saúde.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Carência de segurança pública nos bairros e nas Unidades de Saúde;
- Alto índice de violência nos bairros onde há a realização dos trabalhos;
- Dificuldades de integração com o GT de saúde.

2.3.2.5 - Objetivo 5: Desenvolver ações junto a SEDUC visando o aumento da oferta de vagas na educação profissional técnica de nível médio na capital e sua progressiva interiorização, atendendo as características regionais, em consonância com a procura de mão de obra.

Atividades realizadas:

- 02 (dois) procedimentos administrativos instaurados, devido a diferença entre o currículo das escolas profissionalizantes e o das escolas tecnológicas;
- Reunião de trabalho com a SEDUC e um Encontro com o Conselho Estadual de Educação e MEC, com o auxílio da técnica do GTI, Sra. Lúcia Florenzano, para debater o novo sistema de ensino profissionalizante a ser implementado a partir de 2013 – SISTEC;
- Compartilhamento das informações por meio do CAO Cidadania.

Metas alcançadas:

- Aumento do número de vagas nas escolas públicas para qualificação profissional de nível médio.

Contribuições:

Dra. Suely Cruz, Dra. Maria das Graças, Dra Elaine Branco, Dr. Firmino Matos e Dr. Domingos Sávio, explanaram quanto às dificuldades percebidas pela Promotoria de Justiça, no qual dificulta o alcance das metas estabelecidas no Plano de Atuação, visto que a PJ não recebe a prioridade recomendada pelo CNMP e ratificada pelo PGA. Foi enfatizada a carência de servidores da área técnica e administrativa; 1/3 dos cargos da área de improbidade estão com seus titulares afastados; há ausência de formalização de Termos de Cooperação Técnica com os Conselhos Regionais de Classe de Saúde; há ausência de articulação institucional entre as Promotorias de Justiça com atribuições afins.

Situação atual e/ou dificuldades:

- A Promotoria de Justiça não recebe a prioridade recomendada pelo CNMP e ratificada pelo PGA
- Carência de servidores da área técnica e administrativa;
- 1/3 dos cargos da área de improbidade estão com seus titulares afastados;
- Ausência de formalização de Termos de Cooperação Técnica com os Conselhos Regionais de Classe de Saúde;
- Ausência de articulação institucional entre as Promotorias de Justiça com atribuições afins.
- Ausência de articulação entre as Secretarias Estaduais e Municipais.

2.3.3- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇÕES CONSTITUCIONAIS E FAZENDA PÚBLICA – Dra. Rosângela Chagas de Nazaré

2.3.3.1 - Objetivo 1: Criar um banco de dados da Promotoria de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública, para traçar o perfil das ações recebidas na Promotoria de Justiça.

Atividades realizadas:

- Realização de 01 (uma) reunião com os Membros e servidores para explicação e apresentação do Plano de Atuação e a maneira pela qual deveria ser realizado as fases de acompanhamento do mesmo;
- Para os servidores ficou acertado que os mesmos deveriam elaborar o banco de dados dos processos em tramitação na PJACFP;
- Com os Membros foi discutida a forma que seria feita a abordagem dos dados, ficando acertado que o referido banco de dados será alimentado apenas com as manifestações de mérito exaradas pelos Promotores de Justiça;
- Elaborado em conjunto com a Promotoria de Justiça Militar, a Recomendação 01/2012-PJM/PJACFP, destinada ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Pará, afim de que seja reconhecido administrativamente os direitos da gratificação de localidade especial e o

adicional de interiorização, estes previstos nas Leis Estaduais n.ºs 5.652/91 e 4.491/73;

- Tal Recomendação foi elaborada tendo em vista a grande número de ações judiciais que a PJACFP tem recebido, acarretando, com isso, uma desnecessária judicialização destes direitos, podendo ser resolvido administrativamente;
- Foi respondido pelo Comando Geral que a Recomendação está sendo cumprida.
- Reuniões para tratar dos objetivos do Plano de Atuação com os membros e servidores.
- Elaboração de banco de dados para dar celeridade aos processos em tramitação;

Metas alcançadas: meta atingida

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor público

2.3.3.2 - Objetivo 2: Criar um banco de dados em conjunto com Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, com o objetivo de reunir com a Administração Pública do Estado e Município, como meio de dirimir as questões recorrentes a cerca de violações dos direitos dos administrados, a fim de diminuir ações judiciais.

Atividades realizadas:

- Em consulta a Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa, vislumbrou-se que a atribuição para elaboração da citada Recomendação era da Promotoria de Justiça Militar, que, após uma articulação com os Promotores de Justiça daquela Especializada, elaborou-se conjuntamente, a Recomendação n.º 01/2012-PJM/PJACFP;
- Elaboração de banco de dados.
- Proposta de trocar o objetivo acima para:

NOVO OBJETIVO: Acompanhar proposta de alteração na Resolução das atribuições das Promotorias de Justiça, objetivando otimizar o trabalho das PJs de Ações Constitucionais.

Metas alcançadas: meta atingida

- Cumprimento da Recomendação nº 01/2012-PJM/PJACFP.
- Regularização da devolução dos Processos que estavam pendentes na Promotoria de Ações Constitucionais e Fazenda Pública.

Contribuições:

Dr. Silvio Rodrigues, falou da Promotoria que foi criada com a proposta de desafogar a Promotoria de Ações Constitucionais com apenas três cargos, no qual devido a grande demanda, iniciou uma triagem para ver onde realmente o MP deveria atuar, dando origem a uma Resolução.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Dificuldade em atingir os objetivos por depender de outros membros e/ou da administração superior;
- Carência de servidor público.

2.3.3.3 - Objetivo 3: Promover a regularização da devolução dos processos recebidos até março de 2012 (passivo) ao Cartório judicial.

Atividades realizadas:

- Solicitação de correção na PJ para verificar o grande número de processos atrasados.

Metas alcançadas:

- Quantitativo da realização da meta: 430 (valor estimado)
- Percentual de cumprimento da meta: 100%
- Mesmo com o grande volume de processos que são recebidos na Promotoria de Justiça, cumpriu-se 100% da referida meta, referente ao passivo de processos recebidos até março de 2012.

Contribuições:

Dr. Raimundo de Mendonça sugere que fosse escrito e proposto a mudança à Resolução, com a criação de mais cargos para a PJ, sugere também a necessidade de relatar por escrito as dificuldades expostas, afim de gerar um documento oficial com justificativa para ser encaminhada a administração superior.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Carência de servidor público.

**2.3.4- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ICOARACI –
Dr. José de Nazareno Barros André**

2.3.4.1 - Objetivo 1: Combate ao tráfico de drogas, em ação conjunta com outros órgãos.

Atividades realizadas:

- Reuniões internas para tratar da organização da promotoria;
- Reuniões para tratar das questões de remessas de laudos pelo centro de perícias científicas;
- Coletas de dados e reuniões sendo aprovada a implantação de PACS;
- Reuniões com diretores de escola pública integrante da SEDUC, com Presidente do Conselho Estadual de Educação e com os gestores das Unidades SEDUC na escola.

Metas alcançadas:

- Estratégias na área da Saúde da Família;
- Aumento da oferta da matrícula nas escolas públicas;
- Projeto para reconhecimento de paternidade.
- Futura retificação no PA para inserir a educação infantil

Contribuições:

Dr. Franklin, informou que haverá palestra na escola de magistratura sobre infância e juventude, informa reunião com órgãos competentes para dar celeridade aos

processos referentes as questões com crianças e adolescente, informou também a divulgação a sociedade através de programa de rádio.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Grande deficiência na estrutura da promotoria;
- Alta rotatividade de promotores na PJ dificulta o andamento da execução do PA da PJ de Icoaraci, interferindo no alcance das metas;
- Precariedade nas regiões das Ilhas referentes a educação, saúde, transportes e infra-estrutura.

2.4 – Gráficos de Avaliação da Reunião:

Gráfico 1

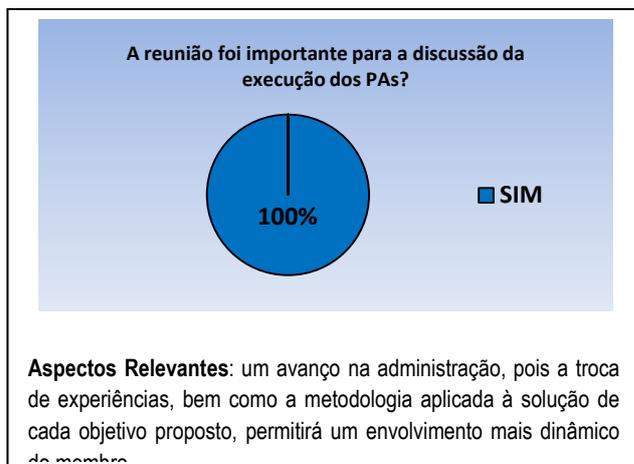


Gráfico 2

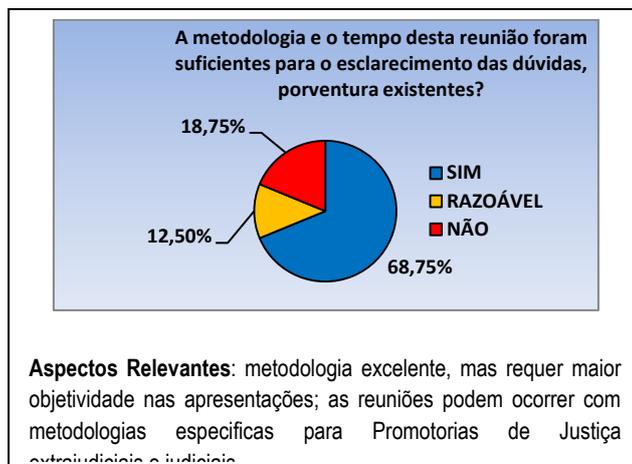


Gráfico 3

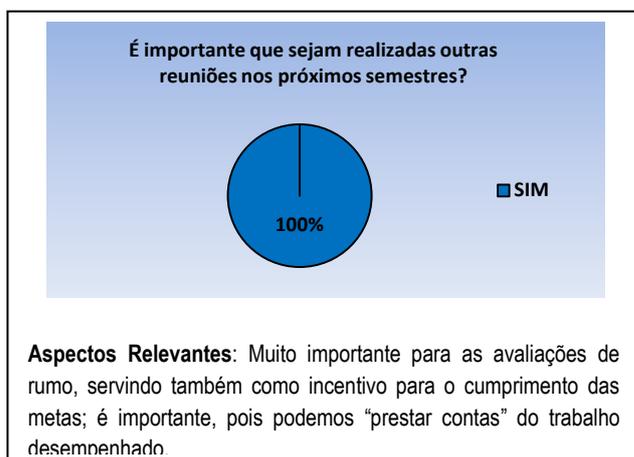


Gráfico 4

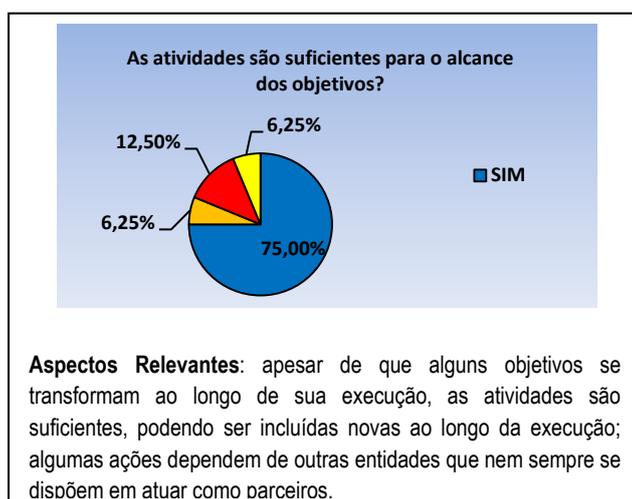
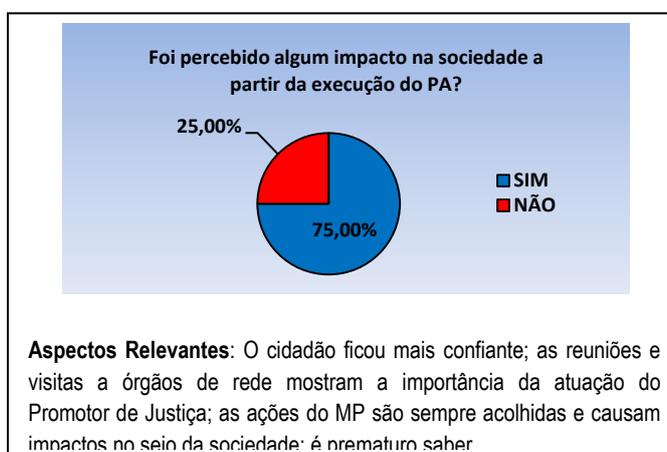


Gráfico 5



2.5 – Encaminhamentos:

- 1) Solicitar a Procuradoria-Geral informações sobre a designação de Coordenador para a PJ de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- 2) Reforçar a informação de que é permitido incluir novos objetivos, atividades e metas durante a execução dos PAs;
- 3) Realizar parceria da PJ de Violência doméstica e familiar contra a mulher e a PJ de Direitos Constitucionais, focando a área da saúde, principalmente devido a enorme legislação na área;
- 4) Verificar o preenchimento do SIAMP no que se refere a PJ de Direitos Constitucionais, visto que refere-se apenas a processos judiciais e não contempla trabalhos extrajudiciais, solicitando que o PJ Rodier, representante da CGMP no CGET, reúna-se com a Coordenadora;
- 5) Reforçar junto a Procuradoria-Geral de Justiça a prioridade recomendada pelo CNMP e ratificada pelo PGA para a Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, pois há carência de servidores da área técnica e administrativa; 1/3 dos cargos da área de improbidade estão com seus titulares afastados; há ausência de formalização de Termos de Cooperação Técnica com os Conselhos Regionais de Classe de Saúde; há ausência de articulação institucional entre as Promotorias de Justiça com atribuições afins; e ainda que os casos de improbidade que mantém titulares afastados, acarreta prejuízos aos trabalhos desenvolvidos na PJ, onde não há constância dos membros indicados para os cargos da PJ, prejudicando a continuidade dos processos e dos trabalho para o alcance das metas do PA; evidencia de que houve a criação do Núcleo, mas que não existe ainda na prática e a situação de um cargo que há seis anos não tem titular, criando uma descontinuidade dos andamentos dos feitos;
- 6) Sugerir ao Procurador-Geral de Justiça avaliar a possibilidade de criar cargo de Promotor de Justiça Regional, para o próximo concurso, à semelhança do MP/MG;
- 7) Elaborar documento escrito à Administração Superior, com a justificativa e solicitação de mais cargos, bem como proposta de mudança da Resolução do Conselho Nacional do MP, de responsabilidade da PJ de Ações Constitucionais.

3 - REUNIÃO 09/10/2012

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA: DE DEFESA DA CIDADANIA, DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; DE MOSQUEIRO.

3.1 - Resumo:

A reunião sobre o acompanhamento e a avaliação da execução dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça integrantes da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, PJ de Mosqueiro, do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo, PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, PJ de Defesa Comunitária e da Cidadania, ocorreu no dia 09/10/2012, às 14h, ocorreu no Auditório da Promotoria da Infância e Juventude.

3.2 – Abertura da Reunião:

A reunião foi aberta pelo Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, que fez referência aos seguintes aspectos:

- a) Agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância do planejamento para as Promotorias, bem como para instituição e apresentou um vídeo;
- b) Apresentou os técnicos do GAPI e convidou os coordenadores para integrar a mesa – Dra Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, Dra Helena Maria Oliveira Muniz e Dr. José Maria Gomes dos Santos;
- c) O Dr. Mendonça logo em seguida passou a palavra à Dra Helena Muniz, coordenadora da promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

3.3 – Exposição dos Planos de Atuação dos Membros:

3.3.1 – Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania

– Dr. Marco Aurélio Lima do Nascimento.

3.3.1.1 - Objetivo 1: não informado

Atividades realizadas:

- Na área da Saúde - reuniões com operadoras de Planos de Saúde, com a participação do Departamento Nacional de Defesa do consumidor, afim de ajustar a conduta no atendimento aos usuários;
- Na área da construção civil – reuniões com para abertura de TAC entre o CREA e as construtoras de Belém para tratar da qualidade do material empregado nas construções;
- Na área da Telefonia – reuniões com algumas empresas devido ao grande número de reclamações de âmbito nacional referente a má qualidade dos serviços prestados.

Metas alcançadas: meta em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor público;
- Falta de oficial;
- Falta de estrutura para dar andamento aos trabalhos da Promotoria de Justiça;
- Falta de veículo oficial.

3.3.2 – Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - Dr. Natanael Cardoso Leitão

3.3.2.1 – Objetivo 1: não informado

Atividades realizadas:

- Elaboração de relatório mediante inspeções realizadas pela Promotoria de Justiça;
- Desenvolvimento de trabalho em parceria com universidades para diagnosticar a situação da infância e adolescência nas escolas públicas;
- Realização de encontros com entidades para elaboração de projeto e relatório para os trabalhos a serem desenvolvidos referentes aos adolescentes;
- Realização de reuniões e palestras nas escolas públicas com distribuição de cartilhas com orientações sobre uso de drogas pelos adolescentes;
- Atuação junto ao Poder público para implementação de ações que visem a universalização da matrícula para a faixa de 4 a 9 anos, bem como o aumento do número de vagas até 2014.

Metas alcançadas: meta em andamento

Contribuições:

Dr. Ernestino Roosevelt Silva Pantoja informa que o pacto referente aos direitos da Criança e do adolescente não está sendo respeitado e cita alguns casos ocorridos na Santa Casa de Misericórdia, aguarda o novo prefeito para dar andamento no projeto de construção de um hospital para criança e adolescente. Sugere uma ação integrada entre as Promotorias de Justiça para combater os problemas relacionados à infância.

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

3.3.3 – Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes do Trabalho -

Dr. Waldir Macieira da Costa Filho

3.3.3.1 - Objetivo 1: não informado

Atividades realizadas:

- Entrada de Ação Civil Pública junto a CETRANSBEL e DEMUTRAN, para solução dos problemas de transportes coletivos;
- Elaboração de cronograma para as empresas de transportes urbanos adequarem os coletivos aos uso por pessoas com deficiência;
- Reuniões com a CETEBEL e SEURBE para adequar as paradas de ônibus coletivos adaptados a entrada de pessoas com deficiência física;
- Elaboração de campanhas para sensibilizar os usuários de transportes coletivos quanto as cadeiras reservadas aos idosos e deficientes físicos;
- Trabalhos em parceria com Órgãos Estadual e Municipal para ampliação de leitos para idosos na rede pública de saúde;
- Entrada de ação Civil Pública referente aos atendimentos a pacientes de hemodiálise, atendimento de urgência e emergência e o atendimento a idosos;
- Encaminhamento de ofícios a Secretaria de Saúde solicitando esclarecimentos sobre a ocorrência de óbitos, pelo descumprimento das necessidades para o atendimento aos idosos;

Metas alcançadas: meta em andamento

Contribuições:

Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, informa que percebe a importância da elaboração de um Fórum de saúde, elaboração de plano voltado para a área da saúde pública, informa que tem sido grande o número de óbitos de idoso no hospital público. A Promotora de Justiça sugere a elaboração de um trabalho conjunto com outras Promotorias de Justiça para tentar minimizar os problemas da área da saúde

pública e que o mesmo se estende aos Planos de saúde e ressalta a questão da improbidade administrativa nas instituições públicas.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Relevante número de improbidade administrativa;
- Falta de servidor público;
- Falta de veículo oficial;
- Espaço inadequado para atender as demandas que são muitas
- Necessidade de um funcionário com conhecimento em Libras (linguagem dos sinais), para auxiliar no atendimento as Associações de surdos e mudos.

3.3.4 – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo –

Dr. Raimundo de Jesus Coelho de Moraes

3.3.4.1 - Objetivo 1: Controle e diminuição de poluição sonora, atmosférica, hídrica e por resíduos sólidos.

Atividades realizadas:

- Trabalho de conscientização da sociedade nas políticas de diminuição de poluição;
- Verificação de ocorrência de licitação fraudulenta no Poder Público Municipal na contratação de empresas para o trabalho de coleta de resíduos sólidos urbanos;
- Criação de mapa de conflitos urbanos existentes, com identificação, caracterização, análise e localização dos conflitos a partir de dados elencados na Promotoria de Justiça.

Meta alcançada: meta em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor público;
- Falta de estrutura na PJ para o atendimento ao público;
- Problemas no espaço físico da Promotoria de Justiça.

3.3.5 – Promotoria de Justiça de Mosqueiro –

Dr. José Maria Gomes dos Santos

3.3.5.1 - Objetivo 1: Reduzir os níveis de poluição sonora no distrito de Mosqueiro**Atividades realizadas:**

- Realização de audiência Pública objetivando diagnosticar a real situação da problemática, com a participação de várias Instituições Governamentais, associações, dentre outros;
- Expedição de recomendação ao Chefe do executivo Municipal e a Polícia civil de Mosqueiro (Divisão de Polícia Administrativa – DPA), para observação das normas Municipal, Estadual e Federal, quando da expedição de alvará e Licença para realização de festas e funcionamento de estabelecimentos ligados a promoção de eventos que causam poluição sonora;
- Realização de reuniões com o comando das polícias civil e militar para estabelecer procedimentos ao combate a Poluição sonora;
- Realização de reuniões com o Juiz da comarca de Mosqueiro para estabelecer multas pela prática de poluição sonora, de forma que desestimule a reincidência da infração;
- Promoção de Campanhas educativas no Portal de Mosqueiro;
- Revisão das licenças concedidas aos estabelecimentos localizados às proximidades de escolas e hospitais, com a fiscalização do conselho Tutelar;
- Proibição do comércio de bebidas alcoólicas na orla do Murubira;
- Reuniões com órgão para ação integrada no enfrentamento das questões com medidas sócio-educativas;

Meta alcançada: meta em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

3.3.5.2- Objetivo 2: Reduzir os horários de funcionamento de bares, casas de shows, boates, festas, micaretas e similares tendo em vista o extenso tempo de duração das festas no distrito de Mosqueiro, bem como, proibir carros com a utilização de sons acima dos decibéis permitidos, na orla da cidade.

Atividades realizadas:

- Expedição de recomendação ao Legislativo, para procedimento de adequação ou revogação de Lei Municipal que trata dos horários de funcionamento de bares, casas de shows, boates, festas, micaretas e similares propondo a redução desses horários de forma a garantir o direito do cidadão ao sossego e ao meio ambiente saudável, em Mosqueiro;
- Ajuizamento de ACP, para adequação e/ou modificação da lei municipal que trata do horário de funcionamento de bares, casa de shows, boates, festas, micaretas e similares, em Mosqueiro.

Meta alcançada: meta em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

3.3.5.3 - Objetivo 3: Envolver efetivamente as Instituições ligadas à segurança pública no combate à prática da poluição sonora.

Atividades realizadas:

- Realização de reuniões com o comando das Polícias Civil e Militar para estabelecer procedimentos no combate a poluição sonora;
- Realização de reunião com o juiz da comarca de Mosqueiro, para estabelecer multas aos infratores autuados pela prática de poluição sonora para evitar a reincidência da infração;
- Expedição de Recomendação à Secretaria Municipal de Saúde para que informe, ao Ministério Público de Mosqueiro, os casos de doenças originadas ou agravadas pela exposição de pessoa aos efeitos nocivos da poluição sonora.

Meta alcançada: meta em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de equipamentos: filmadora, câmara digital, aparelho medidor de decibéis;
- Falta de espaço físico adequado para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Mosqueiro.

3.4 – Gráficos de Avaliação da Reunião

Gráfico 1



Gráfico 2

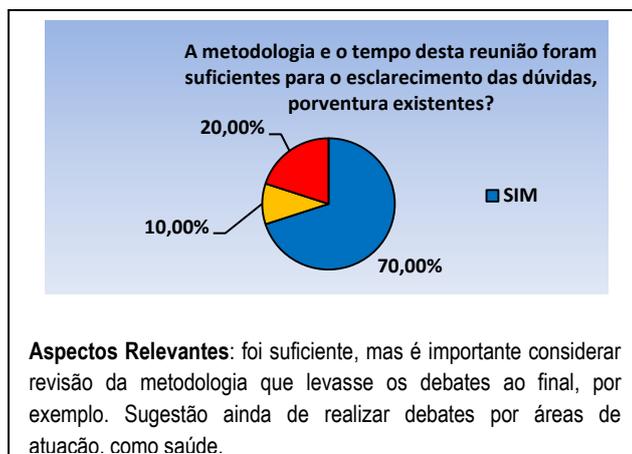


Gráfico 3

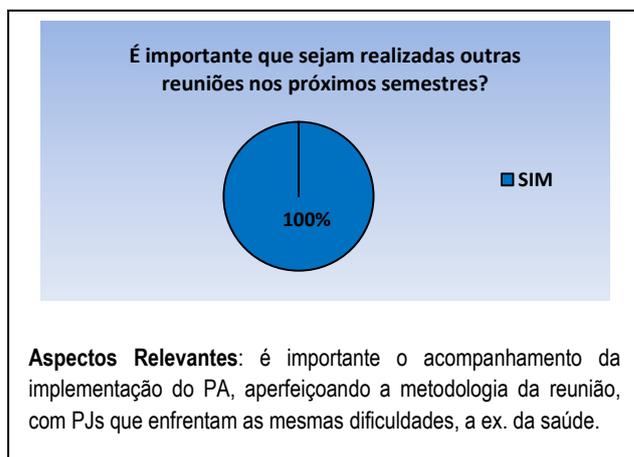


Gráfico 4

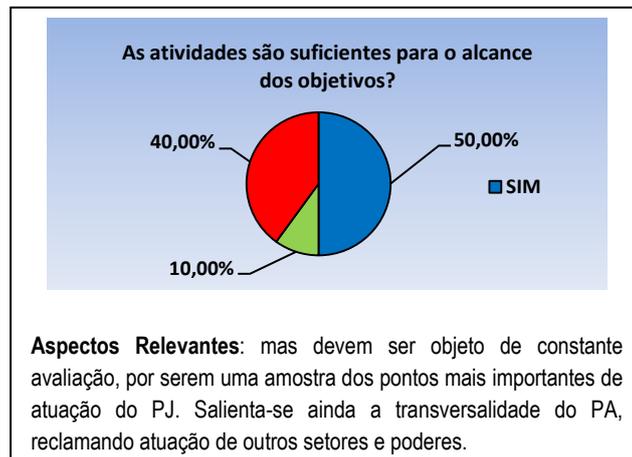
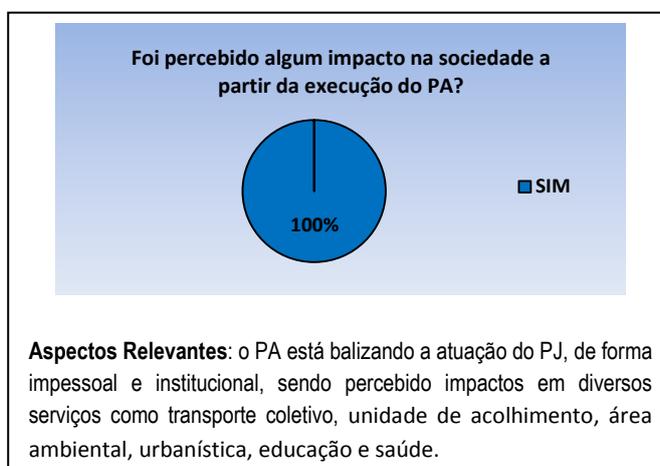


Gráfico 5



3.5 – Encaminhamentos:

- 1) Reconhecimento das providencias da administração superior no tocante ao atendimento aos pleitos de estrutura física da Promotoria de Justiça de Infância e Juventude, considerando, contudo a necessidade de mais servidores, devido à carência pela PJIJ;
- 2) Reconhecimento das providencias da administração superior no tocante ao atendimento aos pleitos de melhoria da estrutura física da Promotoria de Justiça de Mosqueiro, que possui uma estrutura atual muito precária.
- 3) Requer que a Administração Superior atente para as dificuldades da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania, quanto ao espaço físico pequeno, com problemas de ventilação e uma estrutura física precária e insuficiente, com apenas um veículo para atender a todas as demandas, falta de espaço para os estagiários que muitas vezes ficam na sala com os promotores, além da necessidade de funcionário com habilidade em Libras – linguagem de sinais;
- 4) Requer que a Administração Superior atente para a especificidade da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania, que possui um grande volume de atuação na área extrajudicial, implicando em volume de atendimentos, reuniões internas e diligências externas;
- 5) Requer avaliação por parte da Corregedoria-Geral do Provimento 02/2012, visando seu aperfeiçoamento tendo em vista a realidade percebida pela PJIJ quanto à dificuldade do sigilo;
- 6) Requer estratégia da Corregedoria-Geral para mobilizar as Promotorias de Justiça a atuarem de forma convergente, interdisciplinar e articulada, em áreas críticas como saúde, drogadição e improbidade, elencando ações comuns dos Promotores de Justiça, como Direitos Constitucionais, Infância, Consumidor, Idosos, dentre outros;
- 7) Requer estratégia da Corregedoria-Geral para mobilizar as Promotorias de Justiça a atuarem em áreas críticas por meio do GT - Grupo de Trabalho em Saúde, fortalecendo-o, a exemplo de atuação em congresso específico por área, Fórum, requerendo uma atuação articulada entre as Promotorias de Justiça, focando a improbidade na saúde que é o maior problema, ressaltando a importância de ações conjuntas com outras instituições para o combate mais eficaz da questão;

- 8) Requer estratégia da Corregedoria-Geral para que a reunião de acompanhamento ocorra por áreas temáticas, seja setorizada, regional até, a exemplo da área da saúde;
- 9) Requer estratégia da Corregedoria-Geral, mantendo o modelo de participação entre Promotorias de Justiça distintas, devido ao consenso entre os participantes da importância de ouvir os colegas com seus Planos de Atuação, considerando a interdependência da atuação ministerial;
- 10) Requer verificação pela Corregedoria-Geral da situação enviada pelo Promotor de Justiça, Dr. Ernestino Roosevelt Silva Pantoja, após inspeção na área da saúde, quanto ao não cumprimento de decisões liminares pela Prefeitura Municipal de Belém. O Corregedor-Geral verificou e informou aos Promotores de Justiça que foram expedidos ofícios aos Promotores de Justiça com recomendação;
- 11) Requer estratégia da Corregedoria-Geral no sentido de sempre encaminhar aos Promotores de Justiça solicitantes, respostas dos ofícios a ele encaminhados, dando conhecimento das providências adotadas, a exemplo do expediente protocolado pelo Promotor de Justiça Dr. Ernestino Roosevelt Silva Pantoja;
- 12) Requer acompanhamento do Corregedor-Geral sobre a preocupação dos Promotores de Justiça a respeito da falta de resposta da Prefeitura, na área da saúde, ensejando medidas complementares da Administração Superior, tendo a demanda já sido oficiada ao PGJ;
- 13) Requer estratégia dos Procuradores de Justiça que atuam, por delegação, em feitos de Prefeitos e ex-prefeitos, para providenciar medidas legais apoiando a atuação dos Promotores de Justiça, principalmente na área da saúde, que pedem providências mais enérgicas devido ao aumento de óbitos;
- 14) Verificar, informar e acompanhar a ACP, iniciada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, em Brasília - STF, em grau de recurso;
- 15) Compromisso da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de melhorar o objetivo nº 7 e incluir um objetivo na área de crimes contra a criança, que não foi contemplado no PA;
- 16) Requer que a Administração Superior garanta estratégias de valorização das atividades extrajudiciais, tendo em vista a preocupação dos membros de que resolvem os problemas às vezes com um ofício, mas ganham uma pontuação menor do que se tivessem judicializado ACPs. Há grande preocupação entre os presentes sobre a judicialização das ações, provocando que o MP transfira o

problema para o judiciário, sendo oportuno que todas as medidas extrajudiciais sejam tomadas antes de judicialização. Com o resguardo da situação em que o membro, se não ingressar com uma ACP, a exemplo da Infância, pode responder por omissão, atentar para caso a caso;

17) Requer que a Administração Superior verifique as atribuições da Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes do Trabalho, referente às ações sobre acidentes do trabalho, visto que foi informado que não há atuação do MP nessa área. Os Promotores ficaram responsáveis por enviar um levando estatístico sobre situações nesta área; a CGMP se responsabilizou por verificar no SIAMP e em outros Ministérios Públicos a demanda informada nesta área e foi sugerido consultar a opinião do Promotor de Justiça titular Dr. Nélio, que está afastado, na Coordenação do CAO, e após todas as informações, sugerir se for o caso, a extinção da atribuição prevista na Resolução 014/2012-CPJ, art. 19 (DOE 02.07.12);

18) Compromisso da Promotoria de Justiça do Meio ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo, de incluir o objetivo de acompanhar o Convênio do Governo do Estado e os Municípios, na área da habitação;

19) Compromisso da Administração Superior de manter um acompanhamento técnico especializado aos Planos de Atuação, tanto na elaboração quanto no acompanhamento, considerando as especificidades de cada Promotoria de Justiça, visto que a ausência de apoio técnico prévio, a exemplo do que aconteceu com a Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania, dificulta a execução do PA, por não fazer parte do conhecimento formal de todos os Membros, com algumas exceções, as atividades de planejamento;

20) Sugestão feita pelo Dr. Moraes de que os Promotores de Justiça utilizem a ferramenta *Projet Windows* que possibilita o acompanhamento de projetos;

21) Requer estratégia da Corregedoria-Geral no sentido de verificar o formulário atualmente utilizado para elaboração e acompanhamento dos Planos de Atuação, reformulando-o principalmente com foco nas metas, tornando-o mais amigável aos membros, servidores e sociedade.

4 - REUNIÃO 23/10/2012

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEL: DE FAMÍLIA; DE ÓRFÃOS, INTERDITOS E INCAPAZES; DE REGISTROS PUBLICOS, RESÍDUOS E CASAMENTOS; DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES, ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

4.1- Resumo:

A reunião realizada no dia 23 de outubro do ano corrente, contou com as participações dos seguintes Promotores de Justiça: Albertino Soares Moreira Júnior, Alexandre Batista dos Santos Couto Neto, Amélia Satomi Igarashi, Eliézer Monteiro Lopes, João Gualberto dos Santos Silva, José Haroldo Carneiro Matos, José Roberto Coimbra, Marcelo Maia de Sousa, Maria de Belém Santos, Rodier Barata Ataíde, Rosa Maria Rodrigues Carvalho, Sávio Rui Brabo de Araújo, Vera Lúcia Andersen Pinheiro e Wilson Nery dos Santos. Dentro de uma perspectiva de busca pela constante melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados pelas Promotorias de Justiça Cível, foi apresentado o acompanhamento da execução referente ao 1º quadrimestre. Na ocasião a Coordenadora da PJ Cível, Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho apresentou a Composição atual das Promotorias de Justiça Cíveis da Capital, a saber: na PJ de Família conta com 10 (dez) Promotores de Justiça, a PJ de Órfãos Interditos e Incapazes, tem 3 (três) Promotores de Justiça, sendo que na ocasião da reunião um deles encontrava-se afastado, na PJ de Registros Público trabalham 2 (dois) Promotores de Justiça e por fim, na PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social está atualmente, com 1 (um) Promotor de Justiça, sendo este Dr. Sávio Rui Brabo de Araújo, que enfatiza em sua apresentação do Plano de Atuação o trabalho que vem sendo realizado para implementação de ações no combate a corrupção e a improbidade administrativa.

4.2- Abertura da Reunião:

O Corregedor-Geral, Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves inicia a reunião agradecendo a presença dos participantes, após a Coordenadora do PA da Promotoria de Justiça Cível, Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho, apresenta a atual composição da PJ Cível. Seguidamente, o Dr. Sávio Rui Brabo de Araújo, Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social faz importante relato sobre as ações desenvolvidas para o combate a corrupção e a improbidade administrativa na utilização dos recursos públicos e privados destinados ao Terceiro Setor, referindo-se as origens, destacando: 1. O estado de bem estar social; 2. A terceirização no Estado Brasileiro de forma lucrativa e filantrópica; 3. Reformulação das Responsabilidades Sociais no trato da questão social; 4. Turbocapitalismo. Cita o Dec. Lei n^o 200/67, art. 10, § 7^o¹ e a Lei n^o 9.637 de 15/08/1998². Fala da legitimidade do Ministério Público para fiscalização das Entidades de Interesse Social, embasados: no art. 127 da CF/88³; art. 66 do Código Civil;⁴ Reclamação Disciplinar n^o 1.622/2011-CNMP. Apresentou dados estatísticos relevantes sobre o quantitativo de entidades cadastradas no Ministério Público a exemplo de Instituições Privadas sem fins lucrativos que receberam recursos públicos do Estado

¹ **Art. 10.** A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada. § 7^o Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

² **Lei n^o 9.637.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. ADIN- 1923.

³ **Art. 127.** O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

⁴ **Art. 66.** Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

do Pará por meio de transferências correntes e de capital no período de 2007 a 2011 e Respectivos valores⁵.

4.3- Exposições dos Planos de Atuação dos Membros:

4.3.1- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL –

Dr. Sávio Rui Brabo de Araújo

4.3.1.1 - Objetivo 1: Participar da Construção de uma política estadual e municipal da repartição de verbas públicas para entidades do Terceiro Setor.

Atividades realizadas:

- Foi apresentado ao Governo Estadual minuta de anteprojeto de regulamentação de uma política pública de repartição de verbas públicas entre as entidades de interesse social do Terceiro Setor;

Metas alcançadas:

- Já foi criada a cartilha e o Centro de Apoio Operacional Cível está providenciando a licitação para impressão;
- Visitas de inspeção realizadas em Centros Comunitários, Associações e Fundações⁶.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Dificuldade de dar andamento aos trabalhos devido a falta de servidor, principalmente “contador”, além de servidor para continuar com as visitas de inspeção.

⁵ Tabela estatística – Anexo 4 (fonte SIAFEM)

⁶ Fotos – Anexo 4

4.3.1.2 - Objetivo 2: Intensificar a Atuação em conjunto com os demais Promotores de Justiça de 3ª, 2ª e 1ª Entrância para fiscalizar as Fundações e Entidades de interesse social.

Atividades realizadas:

- Já foram materializados vários procedimentos administrativos de atuação em conjunto com as Promotorias de Justiça do interior e da capital no sentido de intensificar a fiscalização;

Metas alcançadas: não informado

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor de apoio para dar continuidade as inspeções.

4.3.1.3 - Objetivo 3: Criação do Núcleo de Apoio às Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social nos moldes de outros Núcleos existentes na Instituição (Núcleo do Idoso, Núcleo de Combate à Improbidade e Núcleo do Meio Ambiente).

Atividades realizadas:

- Realização de Reuniões de trabalho com a coordenadoria do Centro de Apoio Operacional Cível para aprovação da minuta de criação do núcleo de apoio a Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, em todo o Estado do Pará.

Metas alcançadas: não mencionado

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor de apoio para agregar na criação do núcleo.

4.3.1.4 - Objetivo 4: Criar no âmbito da Promotoria de Justiça o roteiro da prestação de contas das Fundações e Entidades de interesse social.

Atividades realizadas:

- Elaboração de cartilha com as atribuições nessa área de atuação para divulgação junto à sociedade.

Metas alcançadas:

- Aguarda posição do Centro de apoio Operacional com relação a licitação para confecção da cartilha.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: Falta de servidor de apoio

4.3.2- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA – Dr. Albertino Soares Moreira Júnior

4.3.2.1 - Objetivo 1: Elaborar Projeto de defesa de filiação nas escolas públicas do município de Belém com o apoio de cartórios e outros parceiros, o reconhecimento voluntário de paternidade.

Atividades realizadas:

- Realização de palestras com gestores de algumas escolas municipais e estaduais cumprindo 100% das metas.
- Viabilização em média de 3 (três) exames de DNA por mês sem custo para o MP para o reconhecimento de paternidade mostra fotos de registros de reuniões efetivadas com diretores de algumas escolas⁷.

Metas alcançadas:

- Realização de reuniões com a Coordenadoria de Ação Cível juntamente com a Direção do Centro de Genética da Humana e Médica da UFPA, envolvendo os Diretores de escolas públicas municipais.

Contribuições:

Dra. Rosa Maria contribui enfatizando quanto à importância dos Reconhecimentos de Paternidades para as famílias envolvidas, influenciando no desempenho escolar.

⁷ Fotos – Anexo 4

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor público.

4.3.2.2 - Objetivo 2: Atuar junto aos Órgãos competentes, no sentido de viabilizar o acesso da população às informações inerentes ao direito de família, contribuindo para o fortalecimento do exercício da cidadania.

Atividades realizadas:

- Realização de 02 (duas) reuniões de trabalho;
- Realização de 03 (três) palestras, e outras agendadas⁸;
- Elaboração de material de divulgação das atividades⁹;
- Atendimentos realizados nos bairros do Arsenal, Telégrafo, Pratinha e Fátima.

Metas alcançadas:

- Realização de palestras a partir da elaboração de um diagnóstico das prioridades concernentes aos locais das Instituições e temas.

Contribuições:

Dr. Eliezer Monteiro Lopes contribui informando que foram divididos em grupos de trabalho de apoio a realização do projeto de elaboração da cartilha, e foram realizadas reuniões e palestras, atendendo a população dos bairros do Arsenal, Telégrafo, Pratinha e Fátima, com a criação de material de divulgação da atividade.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor público;
- Falta de veículo oficial.

4.3.2.3 - Objetivo 3: Criar mecanismos que possibilitem aos cargos da Promotoria de Justiça de Família que atuam de forma vinculada às Varas desenvolver atividades extrajudiciais junto à população.

⁸ **Fotos Palestras** – Anexo 4

⁹ **Banner e Folder Palestras** – Anexo 4

Atividades realizadas:

- Realização de reuniões junto a Procuradoria Geral de Justiça;
- Embora não tenha sido feita nenhuma reunião com a PGJ esta Promotoria de Justiça tem dialogado com a Acessória de Planejamento da PGJ visando viabilizar a formalização de convênios para assegurar a realização de exames de DNA no âmbito do Processo de reconhecimento de paternidade;
- Elabora de cartilha.

Metas alcançadas:

- Elaboração do conteúdo temático por parte dos Promotores de Justiça, de uma cartilha contendo informações sobre Direitos de Família, com linguagem acessível à população em geral.

Contribuições:

Dra. Rosa Maria contribui reforçando a questão da dificuldade de realização do trabalho em função da falta de veículo oficial. Dra Sueli Cruz, contribui falando da Promotoria de Justiça que tem trabalho na área da educação, e enfatiza a importância de ação conjunta entre as Promotorias de Justiça, no intuito de verificar as questões das crianças que estão fora da escola por falta de registro de nascimento. Dr. Wilton Nery dos Santos informa que são poucos os casos de falta de registro de nascimento na Capital do Estado, entretanto, ainda é significativa a falta de registro de nascimento no interior do estado, muitas vezes em virtude do não reconhecimento de paternidade. Enfatiza a importância do trabalho conjunto entre as PJs, e que as diversas atuações de determinada Promotoria de Justiça, pode ter relevância em outra. A técnica Marly Nery, acrescenta a fala do Dr. Raimundo de Mendonça referente a integração dos Planos de Atuação, que podem ser consultados no SEAPA a fim de que os Promotores de Justiça e Coordenadores possam se informarem quanto aos trabalho desenvolvidos pelas Promotorias de Justiça, no intuito de agregar e integralizar os trabalhos.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidor público;
- Falta de veículo oficial.

4.3.3 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÓRFÃOS, INTERDITOS E INCAPAZES –

Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho

4.3.3.1 - Objetivo 1: Possibilitar aos servidores da recepção/anexo I, o conhecimento das ações das Promotorias de Justiça de Órfãos, Interditos e Incapazes e o correto encaminhamento do público, para as Promotorias competentes.

Atividades realizadas:

- Reuniões dos PJOII com a CAO Cível, Dra. Sumaya Pereira, em conjunto com a pedagoga do CAO-GTI, para discussão e elaboração do projeto para execução de oficina de treinamento aos servidores do anexo i, a ser realizado pelo CEAF.
- O projeto encontra-se concluído, aguardando o transcurso da vedação legal que antecede a eleição para PGJ (Lei Complementar nº 057/2006, art. 10, inciso XXXI, alínea “a”¹⁰).

Metas alcançadas:

- Oficina para treinamento dos servidores em conjunto com CAO, a ser realizado no CEAF, aguardando a eleição para PGJ.

Contribuições:

Dr. Raimundo de Mendonça informa que esse tipo de projeto pode ser incluído de forma digitalizada como anexo no Plano de Atuação.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Aguardam as eleições do PGJ para dar andamento ao projeto.

4.3.3.2 - Objetivo 2: Promover, aos portadores de doenças incapacitantes, a regularização de suas situações jurídicas para o fortalecimento do exercício da cidadania.

¹⁰Lei Complementar nº 057/2006, art. 10, inciso XXXI, alínea “a” – são vedados, nos dois meses anteriores à eleição de que trata este artigo, a fim de garantir a igualdade de oportunidade entre os candidatos: a) a promoção, a realização ou o patrocínio, por qualquer órgão do Ministério Público, de congressos, seminários, cursos e outros eventos similares abertos à participação dos membros e servidores da instituição

Atividades realizadas:

- Visitas realizadas na CAPs Renascer e CAPs Grão Pará.

Metas alcançadas:

- Não tiveram retorno dos CAPs na solicitação sobre informações quanto ao número e a regularidade de pacientes atendidos, prejudicando o cumprimento da meta.

Contribuições:

Dra Sueli Cruz informa que a Promotoria de Justiça de Idosos pode repassar informações sobre os CAPs para contribuir com o trabalho da PJOII.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Ressaltam que encontraram grande dificuldade e resistência das instituições, no sentido de prestar informações quanto aos atendimentos realizados. A execução desse objetivo encontra-se prejudicada, em razão da falta de dados, que deveriam ser repassando pelos CAPS apesar de solicitados pela PJOII.

4.3.3.3 - Objetivo 3: Atuar conjuntamente com os demais órgãos e entidades afins objetivando levantamento da situação dos interditados na capital.

Atividades realizadas: Não informada.

Metas alcançadas:

- PREJUDICADA ATÉ ENTÃO A EXECUÇÃO DESSE OBJETIVO, EM RAZÃO DA FALTA DE DADOS, QUE DEVERIAM SER REPASSADOS PELOS CAPS APESAR DE SOLICITADOS PELOS PJOII.

Contribuições: sem manifestação.

Situação atual e/ou dificuldades: falta de retorno das instituições envolvidas.

4.3.4 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE REGISTROS PÚBLICOS, RESÍDUOS E CASAMENTOS –

Dr. Wilton Nery dos Santos

4.3.4.1 - Objetivo 1: Atuar em conjunto com os órgãos competentes no sentido de promover a redução do elevado índice de sub-registros na região metropolitana de Belém.

Atividades realizadas:

- Mutirões para expedição do primeiro registro ocorrido na Igreja de Santa Luzia no bairro do Jurunas;
- Palestra na Paróquia de São José de Queluz, bairro de São Braz, para mostrar o direito a cidadania;
- Até o momento, a Promotoria de Registros Públicos já participou de três Reuniões objetivando a análise do quadro atual de Sub-Registros no Pará e formas mais eficazes de combatê-lo.

Metas alcançadas:

- O cumprimento desta meta depende das discussões que estão se desenvolvendo no Comitê de Combate ao Sub-Registro, do qual o PJ Dr. Wilton Nery faz parte representando o MP, sendo que para a realização de um evento desse porte faz-se necessário a união de forças de diversos setores e órgãos estaduais e municipais.

Contribuições:

A técnica Marly Nery acrescenta ressaltando a importância do trabalho educativo e da conscientização do cidadão para a preservação dos documentos de certidão de nascimento emitidos nos mutirões.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Número insuficiente de servidores disponíveis para atuarem nos mutirões;
- Departamento de informática não tem número de computadores disponíveis para realizar atividades externas;
- Necessidade de acompanhamento de policiais militares para assegurarem a ordem das atividades e a segurança dos servidores.

4.3.4.2 - Objetivo 2: Conscientizar a população da necessidade do registro para o exercício da cidadania.

Atividades realizadas:

- 2 (duas) Palestras de Conscientização e Mutirão de Atendimento ao Público.

Metas alcançadas:

- As metas estipuladas para 2012 já foram atingidas com a realização de 2 (duas) palestra conforme programado no PA.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

4.3.4.3 - Objetivo 3: Acompanhar junto aos Cartórios os procedimentos administrativos de Retificação de Registro Civil.

Atividades realizadas:

- Fiscalizações semestrais nos cartórios de registro cível: Val – de – Cães; Privativo de Casamentos; 2º Ofício de Registro Civil; 4º Ofício de Registro Civil.

Metas alcançadas:

- Meta concluída para o ano de 2012.

Contribuições:

Dra. Rosa Maria faz, como Coordenadora, as considerações finais informando que, muito embora haja as queixas quanto as dificuldades encontradas, que interferem na realização dos objetivos dos PAs, há também as Promotorias de Justiça que se esmeram para realizar um bom trabalho.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de servidores;
- Falta de equipamentos;
- Falta de policiais militares para apoio aos eventos externos.

4.4- Gráficos de avaliação da reunião com os Promotores de Justiça

Gráfico 1

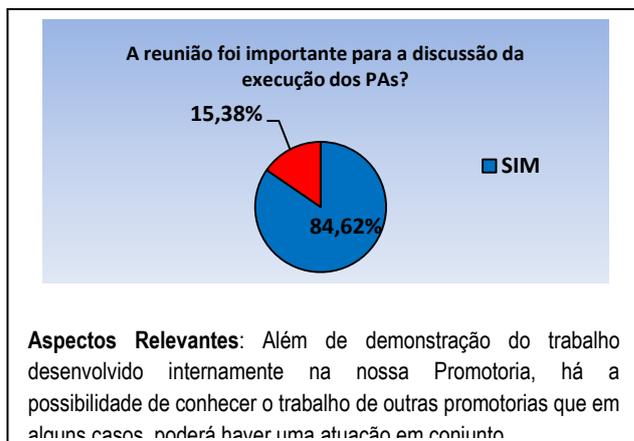


Gráfico 2

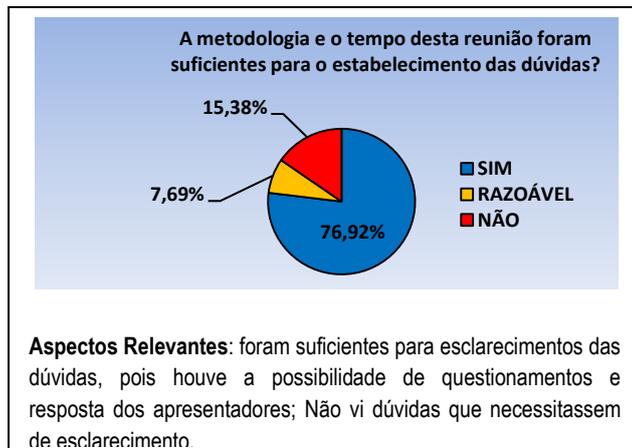


Gráfico 3

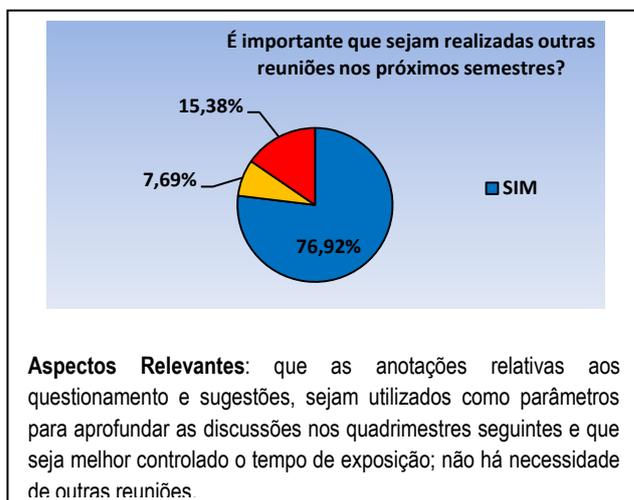


Gráfico 4

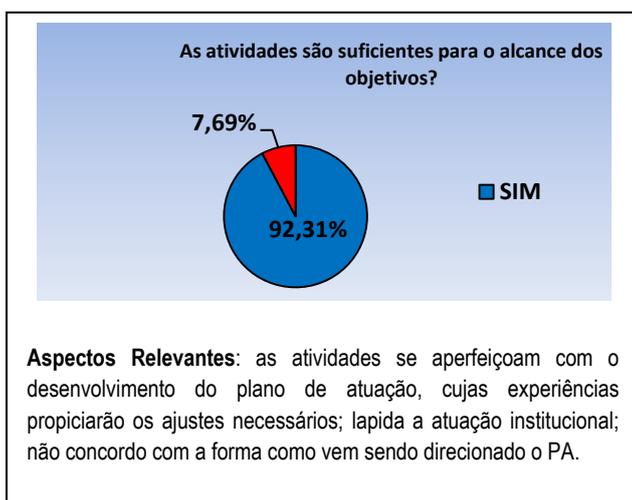
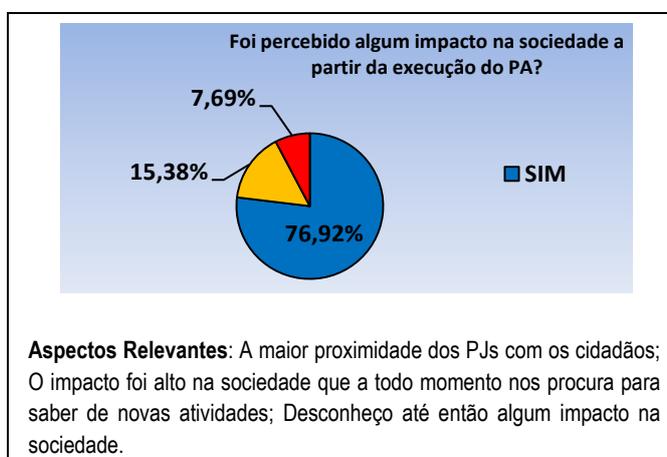


Gráfico 5



4.5 - Encaminhamentos:

- Com o plano de atuação, as Promotorias de Justiça de Família, que possuem predominantemente atribuições judiciais, buscam aproximar o Ministério Público da sociedade, difundindo nas comunidades, especialmente as mais carentes, seu trabalho.
- Ao mesmo tempo, noções de direito de família foram repassadas a um número significativo de pessoas, objetivando conscientizá-las de sua condição de sujeitos de direitos e contribuir na prevenção de conflitos familiares.
- Constatou-se nas palestras marcante desinformação das pessoas sobre seus direitos mais primários, da mesma forma que se verificou grande interesse e satisfação com os esclarecimentos prestados. Por vezes, fez-se necessário ampliar o tema dos colóquios para outros ramos do direito civil, em resposta às solicitações da platéia.
- Encaminhamentos gerados:
 - 1- A criação pela Administração superior de um núcleo de probidade, com uma melhor composição para auxiliar nas atividades desenvolvidas;
 - 2- A articulação da Promotoria de Justiça de Família com a Promotoria de Justiça de direitos constitucionais fundamentais, defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa (atuação na área de educação), promovendo uma ação conjunta, no intuito de verificar as questões das crianças que estão fora da escola por falta de registro de nascimento;
 - 3- Evidenciada a importância da integração dos trabalhos das promotorias na elaboração e execução dos Planos de Atuação, quando os temas escolhidos forem semelhantes;
 - 4- Informado pelo Corregedor-Geral que está sendo providenciado um mapa Geopolítico do Estado do Pará, o qual será publicado no Subsite da Corregedoria-Geral, dividido por Pólos Administrativos, com informações sobre população, densidade demográfica, renda per capita, entre outras informações, tendo interface com o Sistema de Informações e Indicadores Sociais – SIIS;
 - 5- Reforço pelo Corregedor-Geral de que os membros acessem o SIIS, disponibilizado no site do MP, contendo dados estatísticos de áreas sócio-

econômicas do Estado e informações que permeiam por diversos temas com informações consolidadas envolvendo os 143 municípios, com vários dados que podem agregar aos trabalhos das promotorias na elaboração de seus Planos de Atuação;

- 6- Compartilhamento do Corregedor-Geral sobre a importância da criação do cargo de estatístico, com o fito de melhor atender a Lei Complementar 057, de 06/06/2006, Art. 37, XV e XVIII, sobre a competência de organizar o serviço de estatística das atividades funcionais do Ministério Público;
- 7- Reforço pelo Corregedor-Geral de que os projetos e demais informações sejam incluídas de forma digitalizada como anexo no PA, possibilitando acesso por todos os membros;
- 8- Constatação de que embora haja queixas quanto as dificuldades encontradas, que interferem na realização dos objetivos dos PAs, há também as Promotorias de Justiça que se esmeram para realizar um bom trabalho;
- 9- Requer que a Administração Superior atente para as dificuldades das Promotorias de Justiça, conforme abaixo descrito:
 - Promotoria de Justiça de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial:
 - a. Requer a lotação de 04 (quatro) contadores na Promotoria de Justiça.
 - Promotoria de Justiça de Família:
 - a. Requer apoio da Administração Superior para celebração de Convênio entre o MP e a Universidade federal do Pará visando obter gratuitamente exames de DNA para reconhecimento de paternidade;
 - b. Requer a maior disponibilização de veículos com motorista para a Promotoria de Justiça, tendo em vista a quantidade expressiva de intimações e as dificuldades enfrentadas junto a Divisão de transporte (quantidade insuficiente de veículo e que atendem todo o órgão prejudicando o serviço);
 - c. Requer a lotação de Oficial de serviços auxiliares e 02 (dois) Policiais Militares.

- Promotoria de Justiça de Registros Públicos, Resíduos e Casamentos:
 - a. Requer que seja entregue pela Divisão de Patrimônio, em tempo hábil e devidamente testado, à Promotoria de Justiça, dos equipamentos de informática que são utilizados nas ações externas (mutirões);
 - b. Requer a lotação de servidores, Policial Militar (em especial, nos mutirões) e Veículo oficial.

5 - REUNIÃO 25/10/2012

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAL: DE DIREITOS HUMANOS E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL; DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA; DE EXECUÇÕES PENAS, PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS; DE JUSTIÇA CRIMINAL; DE JUSTIÇA MILITAR; DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DO JURI; DE JUSTIÇA DE ENTOPERCENTES.

5.1- Resumo:

A Promotoria de Justiça Criminal, participou da reunião de trabalho que aconteceu no dia 25/11/2012. Nesta reunião participaram os Promotores de Justiça que integram as Promotorias de Justiça da área criminal, sendo eles: Dr. Aldir Jorge Viana da Silva, Dr. Francisco de Assis Santos Lauzid, Dra. Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, Dr. Wilson Pinheiro Brandão, Dra. Ana Cláudia Bastos de Pinho, Dra. Andréa Alice Branches Napoleão, Dr. Cezar Augusto dos Santos Motta, Dr. Fabiano Amiraldo e Silva, Dr. Luiz Cláudio Pinho, Dr. Marcelo Batista Gonçalves, Dra. Maria Luiza Loureiro de Borborema, Dra. Mônica Rei Moreira Freire, Dra. Regina Fátima Sadalla Silva Abbade, Dr. Walcy Cezar da Silva Ribeiro, Dr. Armando Brasil Teixeira, Dr. Sampaio Netto Chermont, Dr. Luiz Márcio Teixeira Cypriano, o CAO - Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, Dr. José Maria Costa Lima Júnior e o Coordenador do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça Criminal, Dr. Isaías Medeiros de Oliveira que na ocasião apresenta ao Corregedor-Geral, Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, documento com a relação do “Quadro Demonstrativo das Promotorias Criminais com a relação dos PJ lotados, afastados, de férias/licença e no exercício do cargo em novembro/2012”. A apresentação do Acompanhamento da Execução do Plano de Atuação das Promotorias de Justiça da área Criminal tem grande importância, considerando que os trabalhos desenvolvidos por esta PJ são de grande relevância para o fortalecimento do papel do Ministério Público junto à sociedade.

5.2 - Abertura da Reunião:

O Corregedor-Geral, **Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** faz a abertura da reunião apresentando a equipe técnica do GAPI presente Mariléa Ferreira Sanches, Marilze Ribeiro Bitar, Marly Dantas Nery, Marco Antonio Marques Da Silva e Rose Mary Epifânio de Carvalho. Na oportunidade, informa que a Corregedoria-Geral estará disponibilizando o Mapa Geopolítico, criado para colaborar com as atividades de elaboração do Plano de Atuação das Promotorias de Justiça, e que contribuirá também com os trabalhos de avaliações para Promoção e Remoção dos membros do Ministério Público do Estado do Pará. O Mapa estratégico que é base estratégica para registro de indicadores, conterà informações referentes ao acesso as diversas localidades do interior do Estado, terão também dados socioeconômicos, sendo ferramenta importante para pesquisa do publico em geral, dando transparência as informações prestadas. Dr. Isaias Medeiros de Oliveira, Coordenador do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça Criminal, que entrega ao Corregedor-Geral a relação do Quadro Demonstrativo das Promotorias Criminais, informa com preocupação, que os bairros da Pratinha e Tapanã, antes integrantes do distrito de Icoaraci, passarão a integrar a área de Belém, por conseguinte, sob a responsabilidade da Promotoria de Justiça Criminal.

5.3 - Exposições dos Planos de Atuação dos Membros:

5.3.1- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Dr. Francisco de Assis Santos Lauzid

5.3.1.1 - Objetivo 1: Cobrar dos Delegados da DOT - Delegacia de Ordem Tributária e da DIOE – Divisão de Investigações de Operações Especiais a conclusão dos Inquéritos Policiais atrasados.

Atividades realizadas:

- Expedição de ofícios aos delegados da DOT e da DIOE.
- Realização de 02 (duas) reuniões com os Delegados da DOT e da DIOE.

Metas alcançadas:

- Instauração de cerca de 160 inquéritos.
- Ficou acordada uma terceira reunião com o Diretor de Polícia Especializada, Delegado João Bosco Rodrigues Júnior, no desiderato de se promover um mutirão de DPCs para a conclusão dos inquéritos e requisições atrasados.

Contribuições: sem manifestação.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Falta de membro para auxiliar no andamento ao trabalho faz com que haja muitos processos parados, o que ocasiona prejuízos aos cofres públicos;
- Falta de servidor público;
- Falta de por falta de material de expediente.

5.3.1.2 - Objetivo 2: Atuar na SEFA – Secretaria de Fazenda com o anelo de renovar o convênio com o MP, atrasado desde 2007, para o intercâmbio institucional de dados.

Atividades realizadas:

- Realização de reuniões para a apreciação e aprovação de minuta do convênio, contendo as obrigações assumidas pelo MP e pela SEFA.

Metas alcançadas:

- Houve duas reuniões com o Consultor Jurídico da SEFA para tratar da minuta do convênio entre MP e SEFA, além de três reuniões entre este PJCCOT, o PGJ e o Secretário da Sefa. O convênio anteriormente expirado foi convolado no Acordo de Cooperação Institucional n.º 01/2012, firmado entre MP e SEFA, cujo extrato foi publicado, no DOE, em 26/03/2012. Meta Concluída.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- A redução significativa do número de Delegados de Policia que há 12 anos era de 350 membros e que atualmente conta com 310 Delegados de Polícia Civil. Impactos na sociedade: Insuficiência estatal na repreção a sonegação fiscal, acordo firmado entre MP e SEFA tem por fito a celeridade nas informações prestadas pela SEFA para instruir Procedimento Investigatório Criminal, Inquérito Policial e ações penais.

5.3.1.3 - Objetivo 3: Atuar com a 1.^a Julgadoria e o Tarf/Sefa¹¹, no desiderato de obter uma lista dos Auditores Fiscais com diligências em atraso superior a dois anos.

Atividades realizadas:

- Expedição de ofícios à 1.^a Julgadoria e ao Tarf/SEFA;
- Realização de duas reuniões com as representantes da 1.^a Julgadoria e do Tarf, ambas no dia 11/10/2012.

Metas alcançadas: 99% da meta atingida com a realização de diligências.

¹¹ **TARF** - Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários

Contribuições:

Dr. Cezar Augusto dos Santos Motta, sugere um termo de ajustamento de conduta na área de fiscalização da SEFA. Dr. Francisco Lauzid fala da necessidade de concurso publico para aumentar o número de Delegados e da necessidade de um sistema que contenha um melhor controle das informações

Situação atual e/ou dificuldades:

- Defasagem no quadro do DPC - Departamento de Polícia Civil, 12 anos atrás, eram 350 membros, hoje, está reduzido a 310, o que dificulta sobremaneira a conclusão dos inquéritos policiais requisitados pela PJCCOT, acarretando o prejuízo de milhões de reais para o Estado.

5.3.2- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO JUÍZO CRIMINAL

– Dra. Márcia Beatriz Reis Souza

5.3.2.1 - Objetivo 1: Atuar, preventivamente, com o fim de promover a redução da criminalidade de Belém, em parceria com as Promotorias de Justiça, unidades do MP e as Polícias Civil e Militar.

Atividades realizadas:

- Expedição de ofício com solicitação à Delegacia Geral da Polícia Civil de informação sobre inquéritos e TCO's (Termo Circunstancial de Ocorrência) tombados por roubo e crimes de menor potencial ofensivo, respectivamente, dos últimos seis meses, nos bairros de Belém;
- Realização de reunião com os parceiros do MP;
- Encaminhamento das informações levantadas aos parceiros internos, solicitando eventuais providências.

Metas alcançadas: meta não atingida

Contribuições:

Dr. Raimundo de Mendonça questiona sobre os resultados da reunião, entretanto, a Promotora de Justiça informa que não houve nenhuma e que inclusive sentiu certo desconforto dos policiais com a presença dos Promotores de Justiça.

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.2.2 - Objetivo 2: Promover a celeridade processual, visando a emissão de laudos periciais, e o respectivo envio ao MP, e viabilizar o êxito do processo com as provas produzidas por meio da localização eficaz das vítimas e testemunhas.

Atividades realizadas:

- Realização de reuniões com o Centro de Perícias Científicas;
- Encaminhamento de ofícios solicitando o cadastro de Membros e servidores do MP no SIEL-TRE e somente de Membros no INFOSEG e SISCOP.

Metas alcançadas:

- Meta prejudicada - os ofícios não foram expedidos em razão dos dados já se encontrarem disponíveis aos membros no SISCOP, SIEL e INFOSEG.

Contribuições: sem manifestação.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Realização de reuniões prejudicadas devido ao acúmulo de trabalho.

5.3.2.3 - Objetivo 3: Promover esclarecimentos jurídicos ao cidadão acerca das situações relacionadas com crimes de menor potencial ofensivo, notadamente quanto aos prazos processuais.

Atividades realizadas:

- Reuniões programadas com instituições comunitárias.

Metas alcançadas: não concluída, porém está no prazo

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Realização de reuniões prejudicadas devido ao acúmulo de trabalho.

5.3.2.4 - Objetivo 4: Garantir o prazo razoável de permanência em prisão provisória e o encaminhamento dos presos definitivos às respectivas casas penais.

Atividades realizadas:

- Encaminhamento de informações aos Promotores de Justiça vinculados aos processos de presos;
- Visita mensal aos estabelecimentos carcerários, com verificação de irregularidade, com encaminhamento de relatório sobre o assunto ao Promotor de Justiça competente.

Metas alcançadas: parte da meta atingida.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não mencionada

5.3.2.5 - Objetivo 5: Atuar junto ao Tribunal de Justiça do Estado, na busca da exclusão dos registros inconstitucionais.

Atividades realizadas:

- Reuniões programadas com a Administração Superior do MP, para apresentar o problema e solicitar a intervenção junto ao Poder Judiciário.

Metas alcançadas: meta não foi atingida.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Acúmulo de trabalho devido à carência de servidor.

5.3.2.6 - Objetivo 6: Promover a melhor interação entre os Membros ministeriais, buscando uma maior eficácia do atendimento ao cidadão.

Atividades realizadas:

- Reuniões programadas com os Promotores de Justiça da área criminal, notadamente com atuação no Juízo Singular e Juizados Especiais Criminais.

Metas alcançadas:

A meta não foi atingida, devido ao acúmulo de trabalho no primeiro semestre. Meta no prazo.

Contribuições:

Dra. Monica Rei Moreira Freire, acrescenta reforçando a questão da falta de servidor, o acúmulo de cargos e de trabalho, a questão das muitas audiências, muita rotatividade de promotor de justiça, acarretando prejuízos aos trabalhos, ocorrência de perda de prazo, falta de tempo para participar de todas as audiências. Faz-se necessário oficializar que, havendo pauta e não sendo onipresente, seja dado como suficiente, tendo que apresentar previamente a CGMP a justificativa pela falta. Preocupa-se pelos Promotores de Justiça que vão se aposentar deixando cargos vagos e os cargos não vão abrir de uma hora para outra, bem como os membros que estão fora da PJ Criminal, atuando na Corregedoria-Geral e Centros de Apoio Operacional. Refere-se ao fato de Juízes saírem gritando nas audiências que querem um Promotor de Justiça, ficando gravado que na audiência não houve a presença do Promotor de Justiça. Esclarece que por estar acumulando cargo, demonstra para o Juiz a incompatibilidade de pauta, mas que precisa do respaldo do Corregedor-Geral. Constata que os membros se afastam para atender a Administração Superior e o prejuízo é dos que ficam, preocupando-se que estoure para eles devido a sobrecarga de trabalho. Dra. Maria Luiza Loureiro de Borborema contribui com a fala da Dra. Monica quanto a falta de organização das audiências, com a coincidência de horários ficando difícil participar de todas as audiências que são convocados. O déficit de Promotor de Justiça causa o acúmulo de cargos. Há falta de defensor na vara, Juiz acumulando cargo. Dra. Regina Abade esclarece que está acumulando cargo e percebe que as pessoas estão com raiva, apesar dos Promotores de Justiça criminal serem aguerridos, estão adoentados devido ao acúmulo de trabalho.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Excesso de trabalho devido ao acúmulo de atividades;
- Equipamentos de informática obsoletos;
- Falta de Promotores de Justiça;
- Infraestrutura inadequada;
- Iluminação inadequada;
- Espaço físico insuficiente;
- Falta de assessor.

5.3.3 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENTORPECENTES

– Dr. Luiz Marcio Teixeira Cypriano

5.3.3.1 - Objetivo 1: Fomentar a ampla defesa aos presos de justiça para a agilização dos processos relacionados com o problema das drogas.

Atividades realizadas:

- Visitas carcerárias para levantar o número de presos hipossuficientes para que seja solicitada sua assistência através da Defensoria Pública.

Metas alcançadas:

Meta iniciada através de levantamentos na Secretaria da Vara de Entorpecentes da capital e monitoramento dos processos existentes.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não mencionado

5.3.3.2 - Objetivo 2: Garantir o comparecimento das testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

Atividades realizadas:

- Realização de reuniões com a Procuradoria-Geral de Justiça ou com órgãos envolvidos, a fim de garantir a necessária liberação das testemunhas para comparecimento em juízo, quando da sua convocatória.
- Enviada comunicação solicitando reunião com o Defensor Público Geral, buscando efetivar ações conjuntas para a solução do problema.
- Após contato pessoal, foram enviados ofícios buscando a solução do problema referido, recebendo resposta verbal do Defensor quanto ao envio de documentação relativa às providências adotadas pelo órgão.

Metas alcançadas: em andamento.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Carência de Promotor de Justiça;

- Sobrecarga de trabalho dos servidores de apoio vinculados as PJs da área de Entorpecentes;
- Ausência de servidor –assessor;
- Necessidade de aumentar o número de estagiários das PJs, no mínimo de 3 (três) para cada;

5.3.4 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

– Dr. Aldir Jorge Viana da Silva

5.3.4.1 - Objetivo 1: Monitorar a elaboração e execução do Plano Estadual de Segurança Pública.

Atividades realizadas:

- Acompanhamento junto aos órgãos responsáveis pela execução do Plano Estadual de Segurança Pública;
- Reunião, através da Coordenadoria das PJ's Criminais, com responsáveis por estatísticas criminais das polícias civis e militar.

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.4.2 - Objetivo 2: Criar um banco de dados sobre a criminalidade na capital para traçar o perfil de vítimas e acusados e locais de ocorrências de crimes violentos.

Atividades realizadas:

- Elaboração de formulários para coletar dados sobre o perfil das vítimas e acusados e dos locais de maior incidência de crimes na capital;
- Criação de arquivo de banco de dados para gerar relatórios customizados sobre os dados coletados;
- Coleta de dados e geração de relatórios trimestrais para análise das informações obtidas e adoção de eventuais providências cabíveis.

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

O arquivo não foi criado haja vista que dependia da definição e descrição dos dados a serem obtidos e variáveis cabíveis, e diante da dificuldade encontrada para cumprir a meta anterior, os Promotores de Justiça necessitaram prorrogar o prazo para cumprimento da meta para o próximo quadrimestre.

5.3.4.3 - Objetivo 3: Efetivar o controle externo da atividade policial visando prevenir e combater a violência institucional, erradicar a tortura e reduzir a letalidade policial e carcerária.

Atividades realizadas:

- Participação nas ações do Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade do Pará;
- Os Promotores de Justiça participaram de 05 (cinco) reuniões do Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade do Pará, das quais 04 (quatro) foram realizadas nas dependências deste Órgão Ministerial , tendo como produto final a proposta de resolução estabelecendo regras procedimentais nas ocorrências que resultam em letalidade ou lesão corporal;
- Atuação no CONSEP, PROVITA, PEPDDH;
- Visitas às unidades policiais e ao Instituto de Perícias Científicas Renato Chaves.

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.4.4 - Objetivo 4: Promover um controle efetivo dos requerimentos e das medidas deferidas de quebra de sigilo das comunicações, através de uma Central de Registros de requerimentos e quadro de acompanhamento das medidas executadas.

Atividades realizadas:

- Criação de arquivo de banco de dados para registrar as requisições de medidas de quebra de sigilo das comunicações e acompanhar a execução das medidas deferidas;

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

Ainda não foi criado o arquivo de banco de dados, pois primeiramente se deveria definir como as informações das quebras de sigilos seriam obtidas de forma fiel, o que estão sendo encontradas alternativas viáveis a tal fim, como é o caso da criação de email funcional da Promotoria de Justiça, solicitado ao Departamento de Informática.

5.3.4.5 - Objetivo 5: Promover um controle efetivo dos requerimentos e das medidas deferidas de quebra de sigilo das comunicações, através de uma Central de Registros de requerimentos e quadro de acompanhamento das medidas executadas.

Atividades realizadas: não informado

Metas alcançadas:

O Promotor de Justiça informa que a elaboração da proposta prevista nesta meta só será realizada após a consolidação da forma de coleta das informações de tais medidas, conforme meta anterior para o mesmo objetivo, sendo tal questão imprescindível à operacionalização de qualquer central de registro e, assim também, a confecção da respectiva minuta de ato do Procurador-Geral de Justiça.

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Precária estrutura de pessoal de apoio técnico, com experiência na área, sobretudo para a sistematização dos dados existentes.

5.3.5- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DO JURI

– Dr. Mário Sampaio Netto Chermont

5.3.5.1 - Objetivo 1: Definir estratégias de atuação junto aos órgãos responsáveis pela produção das provas criminais.

Atividades realizadas:

- Realizou reunião entre a Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

Muitas vezes o Promotor de Justiça não consegue ir até o local do crime devido ao grande número de processos e a acumulação de cargos.

5.3.5.2 - Objetivo 2: Fomentar a comunicação direta com os órgãos responsáveis pela elaboração das provas imprescindíveis a propositura da Ação Penal, no que diz respeito as testemunhas, acareações, localização de pessoas e Laudos periciais.

Atividades realizadas: não informado

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.5.3 - Objetivo 3: Estabelecer fluxo de recebimento e devolução de Inquéritos Policiais pelo Ministério Público do Estado do Pará.

Atividades realizadas: não informado

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições:

A Promotora de Justiça, Dra. Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, contribui falando que é inviável a diminuição de cargo na Promotoria de Justiça, devido ao

grande número de atividades acumuladas. Sendo que o acúmulo de cargo na PJ, prejudica o bom andamento das atividades.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Acúmulo de cargos pelos Promotores de Justiça.

**5.3.6 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA EXECUÇÕES PENAIS,
PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS**

– Dra. Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos

5.3.6.1 - Objetivo 1: Criar um sistema de informações penitenciárias, no âmbito do Ministério Público Estadual, através de um banco de dados centralizado relativo à população carcerária da região metropolitana de Belém.

Atividades realizadas:

- Realização de mutirões para tratar da superlotação carcerária;
- Levantamento de informações nos estabelecimentos penais, sobre a população carcerária.

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades:

- Não há unanimidade na elaboração do PA, devido a uma Promotora de Justiça ter optado em realizar objetivos diferentes dos demais promotores.

5.3.6.2 - Objetivo 2: Buscar a correta execução da pena, por meio da atualização dos processos de presos condenados.

Atividades realizadas:

- Realização de 2 (dois) mutirões com o intuito de atualizar os processos de presos condenados. Relatou a ocorrência de um número maior de mutirões, já tendo participando de 11 (onze), atingindo a meta estabelecida

Metas alcançadas: meta atingida

Contribuições:

A Promotora de Justiça, **Dra. Bethânia Maria da Costa Corrêa** sugere adotar o uso de net book e modem, para agregar no trabalho da PJ. **Dr. Wilson Pinheiro Brandão** reforça a necessidade de reformulação da composição e atribuições da Promotoria de Justiça de Execução Penal e sugere a designação de um cargo para realizar as inspeções da Promotoria de Justiça de Execução Penal, atuando na área extrajudicial

Situação atual e/ou dificuldades:

- Dificuldades encontradas referente a falta de controle de informações da população carcerária;
- Não estabelecimento de rotinas e procedimentos padronizados;
- Falta de estrutura mínima necessária de espaço físico, pessoal, investimento tecnológico e equipamentos para garantir a qualidade e agilizar o serviço prestado pela Promotoria de Justiça de Execução Penal;
- Necessidade de reformulação da composição e atribuições das PJ de Execução Penal;
- Acumulo de processos encaminhados ao Ministério Público pelo Judiciário.

5.3.6.3 - Objetivo 3: Fomentar a ampla defesa aos presos de justiça, visando solucionar as pendências para a movimentação dos processos.

Atividades realizadas: não informado

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.6.4 - Objetivo 4: Contribuir para a ressocialização do apenado e a proximidade da família visando minimizar fatores que contribuam para a insegurança carcerária.

Atividades realizadas: não informado

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.6.5 - Objetivo 5: Zelar pela correta aplicação da pena e a pela humanização de seu cumprimento.

Atividades realizadas: não informado

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.7- PROMOTORIA DE JUSTIÇA MILITAR

– Dra. Armando Brasil Teixeira

5.3.7.1 - Objetivo 1: Atuar em conjunto com a Polícia Militar e Bombeiros Militar no combate à corrupção na esfera militar.

Atividades realizadas:

- Realizadas 6 (seis) visitas: ao 6º Batalhão da PM; ao Comando Geral da PM; e ao 4º SGBM/I-Salinópolis; ao 20º Batalhão da PM; à Companhia de Operações Especiais (Comando Geral da PM) e ao Comando Geral do BM.

Metas alcançadas: meta atingida

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.7.2 - Objetivo 2: Atuar junto aos órgãos competentes no sentido de fortalecer as ações de segurança pública.

Atividades realizadas:

- Expedição de recomendação para a Polícia Militar e Bombeiro Militar com vista a orientá-los nas suas atuações:
a-Recomendação 001/12/MP/2ª PJM, de 23.01.2012 - Cmte G. PM, trata de IPM e PAD como instrumento de apuração de infração penal e administrativa respectivamente;

b-Recomendação 002/12/MP/2ª PJM, de 23.01.2012 - Cmte G. PM, instauração de IPM ao invés de Sindicância ou PAD;

c-Recomendação 003/12/MP/2ª PJM, de 13.04.2012 - Cmte G. BM, instauração de IPM ao invés de Sindicância ou PAD;

d-Recomendação 004/12/MP/2ª PJM, de 14.04.2012 - Cmte G. PM, vincula o militar ao material de serviço;

e-Recomendação 005/12/MP/2ª PJM, de 18.06.2012 - Cmte G. PM, observação dos requisitos de promoção dos militares;

f-Recomendação 006/12/MP/2ª PJM, de 18.06.2012 - Cmte G. BM, observação dos requisitos de promoção dos militares;

g-Recomendação 007/12/MP/2ª PJM, de 25.06.2012 - Cmte G. BM, atividades preventivas e operacionais CBM e CEDEC em eventos religiosos. (publicações no DOE em anexo).

- Realização de Ação Civil Pública;
- Instauração de Inquérito Civil para apurar irregularidade na greve dos policiais e bombeiros militares. Foi requerido o arquivamento, o qual está em apreciação pelo Conselho Superior do MP;
- Solicitação de arquivamento do Inquérito Civil, referente a aquisição de 2 (dois) motoplanadores, o qual se encontra em apuração pelo Conselho Superior do MP.

Metas alcançadas: meta atingida

Contribuições: sem manifestação

Situação atual e/ou dificuldades: não informado

5.3.7.3 - Objetivo 3: Manter atualizados os processos em tramitação na Promotoria Militar.

Atividades realizadas:

- Análise tempestiva nos processos em tramitação na Promotoria Militar;
- Processos despachados no prazo (analisados diariamente).

Metas alcançadas: em andamento

Contribuições:

Tem recebido manifestações positivas da sociedade quanto a atuação da PJ Militar, inclusive de parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado.

Situação atual e/ou dificuldades:

- Precariedade da infra-estrutura do prédio que abriga a PJ militar;
- Dificuldade de apoio de outros órgãos em relação aos inquéritos civis;
- Dificuldade de articulação com o Secretario de Segurança Pública, com relação as expedições das recomendações.

5.4- Gráficos de avaliação da reunião com os Promotores de Justiça

Gráfico 1



Gráfico 2

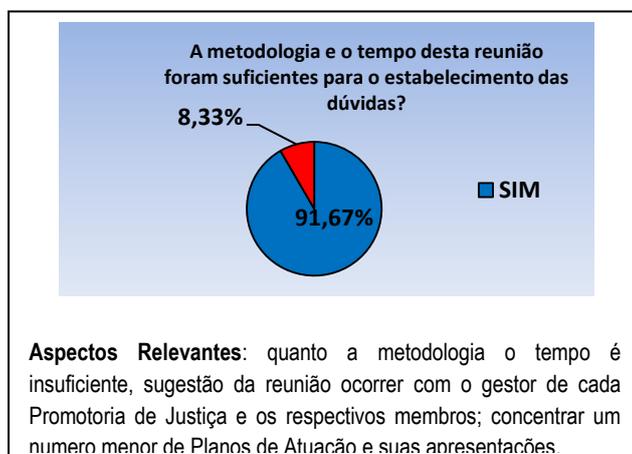


Gráfico 3

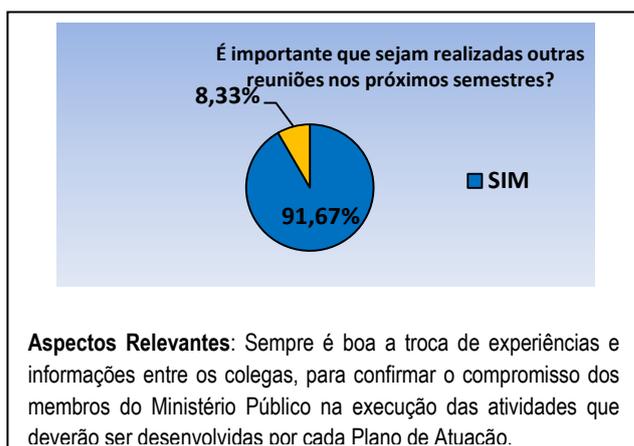


Gráfico 4

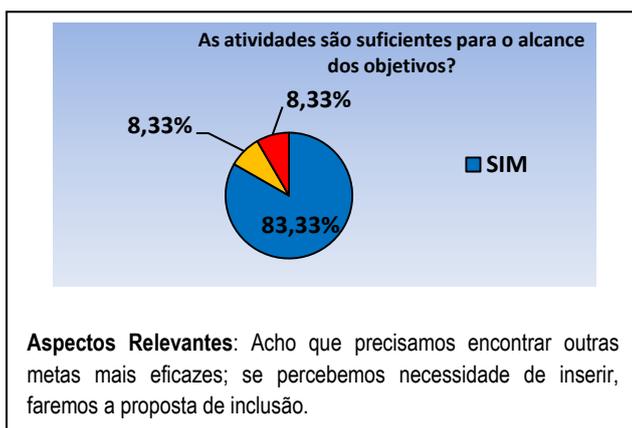
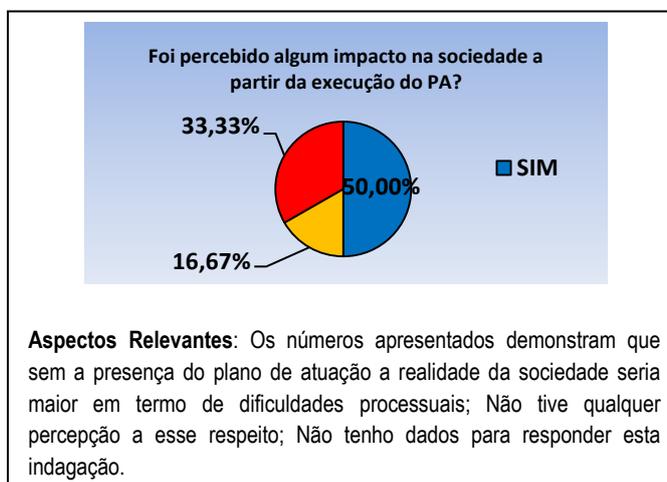


Gráfico 5



5.5 - Encaminhamentos:

- 1- Requer que a Administração Superior aumente o número de Promotores de Justiça para atuar na área criminal, em função da sobrecarga de trabalho dos PJs;
- 2- Requer que a Administração Superior contemple a Promotoria de Justiça com mais servidores de nível médio para atender as demandas, e aumente o número de estagiários pra cada membro;
- 3- Que a administração superior solicite a cessão de 3 a 5 servidores de outros Órgãos, nível superior, com formação jurídica, para atuarem na função do assessoramento às Promotorias Criminais, enquanto não se realiza o concurso;
- 4- Que a administração superior agilize a disponibilização de servidor com formação em sociologia, para a sistematização dos dados da PJ de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade policial;
- 5- Requer que a Administração Superior atente para a substituição dos equipamentos de informática que estão obsoletos;
- 6- Análise pela Administração Superior da proposta de criar varas distritais de entorpecentes, sobretudo nos bairros do Guamá, Cremação, Jurunas, Condor, Marambaia, e Bengui;
- 7- Submeter ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, a necessidade de implantação de 2 (dois) sistemas: um voltado para os registros processuais, outro sobre dados estatísticos relativos a atuação da Promotoria de Justiça de crimes contra a ordem tributária;
- 8- Apreciação pela administração superior de reformulação da composição e atribuições das PJs de Execuções Penais, com a designação de um cargo para realizar as inspeções, atuando na área extrajudicial;
- 9- Apreciação pela administração superior dos problemas que podem ocorrer, referente às ausências dos Promotores de Justiça em audiências, por estarem acumulando mais de uma Promotoria de Justiça;

- 10- Apuração pela Corregedoria-Geral da situação exposta e constante no registro da reunião, referente a Promotora de Justiça **Dra. Maria Jose Lobato Rossey**;
- 11- Comprometimento da Promotoria de Justiça de Entorpecentes, Dr. Luiz Marcio Cypriano, de encaminhar a CGMP documento informando as dificuldades percebidas e as sugestões de providências;
- 12- Apreciação pela Corregedoria-Geral de realizar reunião com o menor número de Planos de Atuação a serem apresentados, possibilitando melhor distribuição do tempo destinado às explanações;
- 13- Que a Administração Superior atente para a precariedade do espaço físico da PJ Militar;
- 14- Que a Administração Superior atue conjuntamente com a PJ Militar, no tocante a dificuldade de articulação com o secretário de Segurança Pública, em relação às Recomendações expedidas;
- 15- Apreciação pela administração superior da sugestão de deslocar Promotor de Justiça do Interior para a Capital, nos dias de segunda e sexta, ou em regime de mutirão – 1 vez ao mês.

6 - CONCLUSÃO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, impulsionada pelo Plano Geral de Atuação, que norteia a gestão institucional através de um planejamento onde, envolve todos os setores internos e externos interessados, apresentando por meio do acompanhamento dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, os trabalhos resultantes da realização de ações conforme objetivos estabelecidos por cada área de atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do MP.

Este relatório objetivou, por meio do monitoramento das metas estabelecidas pelos membros em seus PAs, possibilitar a gestão integrada da atuação dos membros na execução do Plano de Atuação, no qual retrata o papel do Ministério Público perante a sociedade.

O processo de avaliação ocorreu inicialmente com a apresentação dos objetivos estabelecidos, bem como as metas, referentes ao 1º quadrimestre de 2012, a serem atingidas através de atividades que promovam a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Dentre as premissas básicas para o alcance do êxito do Plano de Atuação está o alicerce do compromisso de uma gestão atuante servindo de instrumento transformador para a constante melhoria da atuação do membro do MP, entro de um transparente processo de discussões que consolidam o modelo da atuação institucional, tendo em vista a missão constitucional à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis,¹²

¹² “Art. 127. O Ministério Público é instituição, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”

ANEXOS

ANEXO 1

REUNIÃO 02/10/2012

Anexos:

- 1- Lista de frequência
- 2- Ata de reunião
- 3- Registro fotográfico

1 – Lista de frequência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REUNIÃO DE TRABALHO
 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA – 2012-2013
 REGIÃO ADMINISTRATIVA – BELÉM I

LISTA DE FREQUÊNCIA

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	ASSINATURA
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS	
ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO	<i>Sylvia Fernandes</i>
ANA LOBATO PEREIRA	
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER	
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO	<i>lobato</i>
CLÁUDIO BEZERRA DE MELO	
DULCELINDA LOBATO PANTOJA	
ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO	
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA	<i>Pl. Cuina Cativo</i>
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA	
HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA	
LEILA MARIA MARQUES DE MORAES	<i>Procurador</i>
LUIZ CESAR TAVARES BIBAS	<i>Luiz Cesar Tavares Bibas</i>
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR	
MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES	
MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA	
MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA	
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS	
MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO	<i>Maria do Socorro</i>
MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS	
MÁRIO NONATO FALÂNGOLA	
MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA	
MIGUEL RIBEIRO BAÍA	
RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA	<i>Ricardo Albuquerque da Silva</i>
TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA	<i>Tereza Cristina Barata Batista de Lima</i>
UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL	
MARIA DA GRACA AZEVEDO DA SILVA	<i>Maria da Graca Azevedo da Silva</i>
Nicolau A. Donadio Lins	<i>Nicolau A. Donadio Lins</i>
LEANE B. FIVRA DE NELLO	<i>Leane B. Fivra de Nello</i>

REGISTRO DE REUNIÃO DE TRABALHO COM OS PROCURADORES DE JUSTIÇA

Dia: 02/10/2012

Hora: 9h – 12h

Local: Plenário

PAUTA PROPOSTA:

- 1) Abertura
 - 2) Apresentações pelos Membros, em data show, da execução dos 1º e 2º quadrimestres dos PAs, com ênfase nos seguintes aspectos:
 - Atividades realizadas na execução do PA, com as metas alcançadas e as dificuldades encontradas;
 - Os impactos junto à sociedade, a partir da execução do PA;
 - As atividades previstas no PA são suficientes para o alcance dos objetivos propostos no Plano?
- Obs.: Tempo de exposição de 20' por Plano de Atuação
- 3) Encaminhamentos
 - 4) Preenchimento do formulário de avaliação sobre o evento

ANOTAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

A abertura da reunião foi procedida pelo Corregedor-Geral, **Dr. Raimundo Mendonça** tratando do objetivo da reunião, sobre os atos de gestão e execução dos Procuradores de Justiça. Menciona as atividades proposta no PA, a importância da participação dos CAOs. Menciona a ausência dos procuradores e coordenadores, o que afeta o andamento do calendário para execução de atividades voltadas ao PA, menciona a dificuldade de agendamento para outra data devido os acontecimentos da Instituição e da Sociedade. Deixa a palavra aos participantes que queiram se manifestar. **Dr. Ricardo Albuquerque**, faz considerações a respeito da importância da reunião e sugere incluir no Plano a criação de "Núcleo ou Procuradoria RECURSAL", para efetivar recursos para operacionalizar as atividades dos Procuradores com a participação de Promotores para trabalhar com recursos contra acordãos. Sugere encaminhar um expediente aos faltosos, expondo do que foi deliberado na reunião. **Dr. Cesar Bibas**, informou que está participando de reuniões que trata sobre as atividades de Câmara Recursal, sugere o nome de Procuradoria Recursal, e informa que requer o apoio necessário para a criação. Informa que há vários modelos, como resoluções de Porto Alegre dentre outros estados, que podem servir de orientação para criação de "Procuradoria Recursal" que conta com a integração de Promotores da área Cível e Criminal. Propõe aos participantes a análise da proposta a exemplo do estado de Porto Alegre que tem como dirigente a função de coordenador. **Dra. Socorro Mendo**, fala da importância da criação da Procuradoria Recursal que deve adequar o modelo existente a realidade do MPPA, fala quanto à necessidade da criação e a viabilidade da operacionalização, mas cita a existência da demanda no PGA. Fala do PA das Procuradorias Criminais, no qual não participou da elaboração, mas que solicitou informações junto ao Dr. Hezedequias para saber o que foi feito quanto ao PA, citou os objetivos onde foram elaborados quatro objetivos, onde o primeiro foi cumprido e os demais se encontram em andamento, relata que o PA se encontra em andamento com metas sendo realizadas. **Dra. Graça Azevedo**, fala a respeito da criação da Procuradoria Recursal, mencionando ser quebra de paradigmas, observando que há resistência de alguns Procuradores de Justiça, dificultando o avanço

Handwritten signatures and initials are present on the left margin and at the bottom of the page. On the left, there are four distinct signatures. At the bottom, there are several larger signatures, including one that appears to be 'Raimundo Mendonça' and another that looks like 'Ricardo Albuquerque'. There are also some initials and scribbles scattered across the bottom area.

da criação proposta, com relação aos recursos e cita o modelo de Mato Grosso do Sul e de Brasília e cita a composição existente nesses estados. **Dr. Cesar Bibas**, fala que já foi aprovada pelo Colégio de Procuradores a proposta de criação do Núcleo Recursal, entretanto propõem a inclusão nos PAs da área Cível e Criminal, do objetivo de Acompanhar a implementação da Procuradoria Recursal, avançando para acompanhar os demais MPs. **Dr. Mendonça** informa que foi incluída no Orçamento para 2013 a criação de Núcleo Recursal, falta minuciar a elaboração do modelo que conta com a contribuição das informações adquiridas pelo Dr. Ricardo e Dr. Bibas, informa que faz parte do PGA, agradece a Dra. Socorro Mendo, pela importância dada em buscar informações quanto ao PA para dar andamento a execução do PA da Coordenadoria Criminal. Solicita a manifestação de algum representante da Dra. Tércia, Procuradoria Cível, no que não foi atendido, tendo em vista não haver representante designado. Solicita a manifestação do representante do CAO. **Dra Leane Fiúza de Melo**, fala a respeito da integração das atividades dos membros e interiorização dos CAOs, fala que é importante superar a posição individual, onde é necessário elevar o papel do Ministério Público, e não tratar de maneira individual, é preciso integrar as promotorias da capital e integrar o 1º grau com o 2º grau, é fundamental a atividade do procurador de justiça com as promotorias de modo integrado, e buscar a integração com as coordenações das procuradorias e menciona o estado de Minas Gerais, que serve de modelo, sugere que deveria se tratar da integração como meta Institucional, menciona os membros que tratam das dificuldades como desculpas para não elevar o nome da Instituição e cita exemplos dos promotores ingressados nos anos 90. **Dr. Mendonça** faz considerações quanto a fala da Dra. Leane, e cita as Reuniões de interiorização no interior, fala a respeito da competência, do cumprimento das atividades legais, fala quanto a reunião em Minas Gerais, evidencia o interesse do Dr. Jorge quanto a organização da memória da instituição e fala quanto ao memorial de Minas Gerais e menciona da importância de iniciar a do MPPA, cita o que deve conter no memorial a história do MP, fala do acomodamento dos colegas do interior e que alguns tem grande admiração pelos membros da Capital, fala da dificuldade a ser vencida quanto a distância dos membros da capital com os do interior. Agradece a presença da **Dra. Leila** que se presente ao longo da reunião, representando a Dra. Tércia e passa a palavra ao **Dr. Jorge Rocha**, que diz ter grande satisfação em participar da reunião e reconhece a importância para o PA, cita as audiências públicas que auxiliaram criação do PGA, fruto de reuniões e encontros que discutem assuntos pertinentes ao PGA, reforça da importância da criação da Procuradoria Recursal, diz que é preciso preparo para reconhecer a dificuldade do 2º grau em preparar recursos, agradece e passa a palavra ao **Dr. Ricardo**, que cita Dra. Leane quanto ao seu posicionamento benéfico em alavancar o papel do MP de maneira eficiente e eficaz, diz que o membro tem que vestir a camisa do MP e fazer jus a remuneração recebida pelos membros. Levanta quanto ao convencimento de todos os membros em vestir a camisa da Instituição e fortalecer seu papel, resgatando a situação da Área Criminal, fala não ser conveniente para um membro do MP ficar criando feudos, no qual, seu discurso deve ser como representante do MP, fala da importância de doutrina mencionando a diferença entre convocação e convite, de ser representante do MP de modo integral. Sugere um curso através do CEAF para treinamento de Préquestionamento, cita o Congresso ocorrido no Pará e a presença de um promotor de justiça, no qual, empolgou o público mostrando o orgulho de vestir a camisa do MP, principalmente em eventos que requeiram participantes do MP. Sugestiona que para esses eventos os membros devem ser convocados e os faltosos deverão responder a Corregedoria-Geral. **Dra. Leane** informa que vai tentar viabilizar o curso junto ao CEAF, cita a importância da convocação. **Dr. Bibas** informa que repassará um workshoping referente ao curso sugerido e repassará a Dra. Leane para auxiliar na elaboração do curso. **Dr. Mendonça** solicita

considerações quanto a fala da Dra. Mendo, a mesma relata as dificuldades levantadas no PA, informa que a Coordenadoria não tem apoio técnico e administrativo, informa que não tem servidor de apoio, **Dr. Mendonça** sugere que se faça o encaminhamento para o setor competente quanto a solicitação da Dra. Mendo. **Dr. Mendonça** passa a palavra a **Dra. Mariléa**, para falar de maneira técnica quanto ao acompanhamento do PA, que faz o agradecimento aos membros e parabeniza o trabalho executado. **Dra. Leila Marques** menciona a necessidade de espaço físico para fazer reuniões de trabalho nas Promotorias Cíveis e cita a importância de ter uma sala específica para reuniões. **Dr. Mendonça**, fala que a pretensão seria a apresentação do PA, Criminal e Cível, não sendo possível este último e refere-se aos encaminhamentos da reunião, lembrando da sugestão de realização de curso de gestão de promotorias e procuradorias, menciona os cursos já ocorridos de Gestão ministrados por um profissional de Minas Gerais, e sugere para o próximo ano um curso de Gestão para Procuradores e Promotores do MP, outro encaminhamento diz respeito a fala dos Drs. Ricardo e Bibas quanto a criação da Procuradoria Recursal, bem como um curso recursal com o envolvimento de todos, e dá providencia quanto ao encaminhamento para o PGJ para subsidiar o curso para área recursal, cita o formulário de avaliação da reunião de trabalho para aprimoramento das atividades realizadas pela Corregedoria-Geral, distribuída aos participantes e abre a palavra a área técnica. Informa que aguardará a remessa dos próximos acompanhamentos. Faz os agradecimentos e considerações finais, encerrando a reunião.

Encaminhamentos:

- Envio de expediente para os faltosos informando as deliberações;
- Envio ao CEAF de solicitação de curso de Gestão de Procuradorias e Promotorias de Justiça;
- Envio ao CEAF de solicitação de curso de Préquestionamento, Recurso especial e recurso extraordinário para os membros;
- Solicitação para realização dos referidos cursos nos pólos;
- Verificar junto ao PGJ a possibilidade de que os membros sejam convocados para participar dos cursos;
- Incluir nos PAs Cível e Criminal o objetivo: Acompanhar a Implementação da Procuradoria Recursal no MPPA.
- A Procuradoria Cível se comprometeu a encaminhar as informações do PA, tendo em vista que não foi apresentada a execução na reunião;
- Enviar a SUB-ATA a solicitação feita pela Procuradoria Cível sobre a necessidade de sala própria para reuniões; e solicitado pela Procuradoria Criminal a designação de servidores na área técnica e administrativa para a Procuradoria.

Participantes:

Sylvia Natally Fernandes da Silva
ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LENTÃO, representado por Sylvia Natally Fernandes da Silva

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Celina Coelho Cativo
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, representado por Celina Coelho Cativo

Jorge de Mendonça Rocha
JORGE DE MENDONÇA ROCHA.


LEANE BARROS FIUZA DE MELO

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES


LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

MARIA DA GRACA AZEVEDO DA SILVA


MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO


NICOLAU ANTONIO DONADIO CRISPINO (convocado)


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES


RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Ausência justificada: Dra. Tereza Cristina de Lima (Ofício nº 029/2012-10ª PJCCR-MPPA)

APOIO TÉCNICO:


MÁRCIA VIRGÍNIA VALLE RATH DE SOUSA FRANCO


MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA


MARILÉA FERREIRA SANCHES


MARILZE RIBEIRO BITAR


MARLY DANTAS NERY


ROSE MARY EPIFANIO DE CARVALHO


THYAGO DA COSTA FEIO

3 – Registro fotográfico



ANEXO 2

REUNIÃO 04/10/2012

Anexos:

- 1- Ofícios encaminhados
- 2 - Lista de frequência
- 3- Ata de reunião
- 4- Registro fotográfico

1 – Ofícios encaminhados

REPUBLICA DE



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

OFÍCIO CIRCULAR Nº 55/2012-MP/CGMP

Belém (PA), 27/09/2012.

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a)

Promotor (a) de Justiça de Icoaraci

Senhor (a) Promotor (a),

Cumprimentando Vossa Excelência, e considerando a atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Promotorias de Justiça, em seus planos ou programas de atuação (art. 37, IV da Lei Complementar nº 057/2006), comunico a realização de reunião de trabalho para acompanhamento do Plano de Atuação da Promotoria de Icoaraci, que ocorrerá no **dia 04 de outubro do ano corrente, na cidade de Belém/PA, no horário de 14h às 17h, no Auditório da Promotoria de Justiça de Infância e Juventude do MP.**

Como documento embasador os Promotores de Justiça devem levar consigo o Plano de Atuação, com as respectivas informações sobre a execução do quadrimestre já ocorrido.

Atenciosamente,

RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral, em exercício do Ministério Público

2 – Lista de frequência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REUNIÃO DE TRABALHO
 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA –
 2012-2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – BELÉM I

LISTA DE FREQUÊNCIA 04/10/2012

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

PROMOTOR (A)	ASSINATURA
DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS ✓	<i>[Signature]</i>
ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO ✓	<i>[Signature]</i>
FIRMINO ARAÚJO DE MATOS ✓	OK
HAMILTON NOGUEIRA SALAME ✓	<i>[Signature]</i>
LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO ✓	Convocado a Noc. Just. Civil
MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO ✓	<i>[Signature]</i>
MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA CUNHA ✓	<i>[Signature]</i>
NELSON PEREIRA MEDRADO ✓	<i>[Signature]</i>
SUELY REGINA AGUIAR CRUZ ✓	<i>[Signature]</i>

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇÕES CONSTITUCIONAIS E FAZENDA PÚBLICA

PROMOTOR (A)	ASSINATURA
AGAR DA COSTA JUREMA ✓	<i>[Signature]</i>
MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CORRÊA ✓	<i>[Signature]</i>
OIRAMA VALENTE SANTOS BRABO RODRIGUES ✓	<i>[Signature]</i>
ROSÂNGELA CHAGAS DE NAZARÉ ✓	<i>[Signature]</i>
SILVIO PAULO BRABO RODRIGUES ✓	<i>[Signature]</i>

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ICOARACI

PROMOTOR (A)	ASSINATURA
ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE ✓	<i>[Signature]</i>
ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ ✓	Convocada 10/9 a 03/10 ✓
JOSÉ NAZARENO BARROS ANDRÉ ✓	OK
LUIZ OTÁVIO BANDEIRA GOMES ✓	Férias
MANOEL VICTOR SERENI MURRIETA E TAVARES ✓	Férias
SÍNTIA NONATA NEVES DE QUINTANILHAS BIBAS MARADEI ✓	Convocada 10/9 a 03/10.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

PROMOTOR(A)	ASSINATURA
LUCINERY HELENA RESENDE FERREIRA ✓	<i>[Signature]</i>
MÁRIO RAUL VICENTE BRASIL ✓	<i>[Signature]</i>
SANDRO GARCIA DE CASTRO ✓	<i>[Signature]</i>

- JOSÉ MARIA COSTA LIMA JR. *[Signature]*
 - *[Signature]*
 - *[Signature]*
 - JOSÉ ARAÚJO CARNEIRO MATOS ✓ *[Signature]*
 - WELLINGTON SOUSA PEDROSO (PSVDFM) *[Signature]*
 - J. N. BARROS ANDRÉ *[Signature]*

REGISTRO DE REUNIÃO DE TRABALHO COM OS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Dia: 04/10/2012

Hora: 14h – 17h

Local: Auditório do PJJ

PAUTA PROPOSTA:

- 1) Abertura
- 2) Apresentações pelos Membros, em data show, da execução dos 1º e 2º quadrimestres dos PAs, com ênfase nos seguintes aspectos:
 - Atividades realizadas na execução do PA, com as metas alcançadas e as dificuldades encontradas;
 - Os impactos junto à sociedade, a partir da execução do PA;
 - As atividades previstas no PA são suficientes para o alcance dos objetivos propostos no Plano?

Obs.: Tempo de exposição de 20' por Plano de Atuação

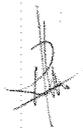
3) Encaminhamentos

4) Preenchimento do formulário de avaliação sobre o evento

ANOTAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

Dr. Mendonça abre a reunião convidando os Coordenadores das PJs para compor a mesa, nas pessoas dos Promotores de Justiça, Dra Suely Cruz, Dra Rosangela Nazaré, Dr. José Nazareno André e Dr. Sandro Castro, e **após** fala da importância da participação de todos para melhoria na execução do PA. Fala a respeito da Pauta, reforçando que o Planejamento é de suma importância para o desenvolvimento Organizacional, citando que a partir das dificuldades da Instituição ocorreram diversos trabalhos que engrandeceram e contribuíram para o crescimento da Instituição e do Estado. Falou do Próximo Concurso que ocorrerá no MP para ingresso de novos membros. Cita como exemplo o *case* do Pão de Açúcar, que se organizou e passou a adotar o instrumento do planejamento, o qual veio a se tornar uma das maiores empresa do Brasil. Cita a visita que fez ao MP de Minas Gerais, menciona o Dr. Cabral que é uma memória viva da história do MP de Minas Gerais. Cita os membros mais antigos que acumulam parte da história do MPPA. Fala da reunião do PA com os Procuradores que aprovaram a sugestão de realização de um curso de Gestão para Promotorias. Fala que o PGA do MP foi elaborado de modo participativo, contando com a colaboração de vários membros do MP. Solicita que os colegas, após se apresentarem, aguardem a apresentação de todos os coordenadores.

Dr. Sandro Castro, parabeniza pelo PA ter sido estendido pelo prazo de dois anos, informa que no período de 24 a 26 de setembro não teve possibilidade de fazer registro do acompanhamento do PA devido a problemas técnicos, informa do adiamento quanto ao cumprimento dos objetivos determinados. Informa que está sendo pleiteado um Coordenador e informa que só há um Coordenador de núcleo, informa da falta de comunicação mostrando da necessidade centralizar na mão de um coordenador, e que a ausência causa problemas a PJ. Solicita que pelo menos seja respondido se vai ter ou não Coordenador. Fala que a PJ de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tem um formato híbrido devido ao grande número de movimentação de processos, informa que estão visitando todos os Pólos do Estado, onde foi constatado as diferentes realidades de cada Pólo. Informa que de acordo com a Lei Maria da Penha requer que cada Pólo faça o seu cadastramento. Fala da importância da conscientização da Lei Maria da Penha. Relata sobre o que



considera ser a “banalização” da Recomendação, visto que os membros estão recomendando o que a Lei já está mandando. Na apresentação do Plano cita as descrições dos problemas, inseridos no PA. Em razão das atividades do núcleo, onde requer a ausência de alguns membros, tem interferido no trabalho do PA. **Dr. Sandro Castro**, informa a realização de seis reuniões, cumprindo 50% das reuniões programadas para realização do objetivo. A técnica **Marly Nery**, faz observação quanto ao manuseio do sistema SEAPA para auxiliar no entendimento para envio do Acompanhamento. **Dr. Sandro Castro**, fala da constatação de diversos problemas observados junto as Delegacias que serão matéria para recomendação posterior. Informa da realização de palestras e reuniões programadas para o cumprimento das metas do PA. Informa da criação de um programa, pelos servidores de apoio, para facilitar o Cadastro dos casos informados na PJ da Capital. Fala da importância da interiorização para ter o número real de Violência contra mulher, fala das palestras realizadas em diversas escolas públicas e privadas e a elaboração de um Fórum com outros Órgãos, em cinco estados do Brasil, onde o Pará está incluído para tratar dos assuntos de Violência contra a Mulher. **Dra. Suely Cruz**, fala da violência que a mulher é acometida na hora do parto, onde há conseqüências graves tanto para a mulher quanto para criança. Fala da questão dos drogaditos, fala do interesse em participar das reuniões da PJ de Violência Doméstica para contribuir com o trabalho e se coloca a disposição para participar dos trabalhos do PA, tendo em vista que há uma legislação enorme na área da saúde. Informa que o núcleo de trabalho é contra a violência a mulher e não violência doméstica. **Dr. Sandro** reitera o convite a Coordenadora, relata que falta diálogo entre os PJs e que considera importante a integração entre as PJs. Relata que será realizado um Fórum e que pretende incluí-lo no PA. **Dr. Mendonça**, fala da ousadia do trabalho da PJ de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e parabeniza informando da importância da educação contra a violência da mulher. Passa a palavra a **Dra. Suely Cruz**, Coordenadora da PJ de Direitos Constitucionais que solicita seja previsto um maior tempo de apresentação, visto que no PA há quatro áreas distintas as quais serão apresentadas por diferentes responsáveis, sendo a apresentação iniciada pelo **Dr. Firmino de Matos**, que fala sobre as metas cumpridas voltadas a trabalhos referentes a instauração de inquéritos civis que resultam na detecção de situações de inadequação de processos licitatórios e improbidade administrativa, fala da análise feita por amostragem para detectar irregularidades a fim de buscar uma ação preventiva quanto as contratações para tomada de licitações, preços e dispensa de inexigibilidade de licitação, informa que tem até 2013 para cumprir a meta com relação aos processos de licitação com irregularidades, fala sobre a tentativa de diminuir o passivo de procedimentos administrativos e inquéritos civis da PJ, tendo atingido 31% da meta cumprida. **Dra. Suely Cruz**, fala da complexidade dos processos cita o preenchimento do SIAMP que trata apenas de processos judiciais e não trata não contempla trabalhos extrajudiciais, solicita uma visão mais apurada da administração e elaboração do SIAMP, fala de uns dos objetivos do PA que é Fomentar a criação de estrutura da rede de acolhida para população em situação de rua, tendo já realizado reuniões para tratar do assunto mencionado, realizou reunião com a Funpapa e Secretaria de Assistência Social, ressaltando a má assistência dada pela Funpapa aos moradores de rua e drogaditos. Cita a participação do grupo GT de Saúde, onde tem dificuldade da realização da atenção básica. Informa que já iniciou na Unidade de Saúde da Terra Firme, já tendo conseguido a concretização de alguns trabalhos, como reforma da unidade, fala da carência de profissionais devido a violência do bairro. Cita a carência de Segurança pública. Entretanto, diante do trabalho já realizado já se possibilitou melhoria na área da saúde com proposta para o aumento de contratação de profissionais. **Dra. Maria das Graças**, trata sobre as metas referentes a Educação, onde foram desenvolvidas ações junto a Seduc visando o aumento de vagas para qualificação profissional de nível médio, com o apoio do MEC, informa a realização de reuniões de trabalho junto a Seduc, a instauração de procedimentos administrativos quanto as diferenças dos currículos das escolas. **Dra. Suely Cruz, Dra. Maria das Graças, Dra Elaine Branco, Dr. Firmino Matos e**

Dr. Domingos Sávio, explanaram quanto as dificuldades percebidas pela PJ, impactando no alcance das metas estabelecidas no PA, visto que a Promotoria de Justiça não recebe a prioridade recomendada pelo CNMP e ratificada pelo PGA; há carência de servidores da área técnica e administrativa; 1/3 dos cargos da área de improbidade estão com seus titulares afastados; há ausência de formalização de Termos de Cooperação Técnica com os Conselhos Regionais de Classe de Saúde; há ausência de articulação institucional entre as Promotorias de Justiça com atribuições afins; **Dr. Firmino** enfatizou os casos de improbidade que mantém titulares afastados, acarretando prejuízos aos trabalhos desenvolvidos na PJ, onde não há constância dos membros indicados para os cargos da PJ, prejudicando a continuidade dos processos e dos trabalho para o alcance das metas do PA. **Dr. Domingos Sávio**, referiu-se as dificuldades enfrentadas pela PJ, no que se refere a criação do Núcleo, mas que não existe ainda na prática e a situação de um cargo que há seis anos não tem titular, criando uma descontinuidade dos andamentos dos feitos, pedindo apoio ao Corregedor-Geral para que a cada problema criado, seja dado também a solução. **Dr. Mendonça** elogia a apresentação, faz considerações quanto aos relatos dos Coordenadores acima citados e quanto a questão das convocações que estão previstas em Lei, fala da importância de aumentar o numero de membros no qual irá contribuir com os trabalhos das Procuradorias de Justiça que têm grande problema com a falta de Promotor de Justiça. **Dr. Domingos Sávio** parabeniza o Corregedor-Geral e sua equipe, e relata sentir-se incentivado a buscar o cumprimento das metas devido ao acompanhamento, mas que há necessidade de que a sensibilidade do PGJ e dos SUBs seja a mesma do CGMP, se não a Instituição vai marcar passos. Entende que o Promotor de Justiça não é quem deve levar as sugestões, deve debater, sugerir e relata que a Administração Superior não está acompanhando a prioridade e que suas cabeças estão a prêmio. Informa que há uma receptividade dos membros. **Dra. Oirama Valente**, apresenta sugestão de incluir no concurso cargos de Promotor de Justiça Regional. **Dra. Rosângela de Nazaré**, apresenta o PA da PJ de Ações Constitucionais e Fazenda Pública, tratando o perfil das ações recebidas na PJ, informa a realização de reuniões com membros e servidores para tratar das metas a serem atingidas nas fases do acompanhamento do PA, tem dificuldade em atingir os objetivos por depender de outros membros e/ou da administração superior. Fala da elaboração de recomendação junto a Promotoria de Ações constitucionais e Promotoria Militar para reconhecer os adicionais de interiorização, no qual obteve resposta do comando Geral informando que a recomendação está sendo cumprida. Solicita alteração na resolução para direcionar as promotorias especializadas os processos que não são da PJ, informa que conseguiram regular a devolução dos processos pendentes (passivo), fala da carência de servidor na PJ. **Dr. Silvio Rodrigues**, fala da Promotoria que foi criada com a proposta de desafogar a Promotoria de Ações Constitucionais com apenas três cargos, no qual devido a grande demanda, iniciou uma triagem para ver onde realmente o MP deveria atuar, dando origem a uma Resolução. Menciona uma recomendação do CNMP excluindo das atividades da PJ determinados assuntos, onde, por não concordar, continuaram seguindo a recomendação do PGJ, mas que na Inspeção do CNMP em 2010, devido ao volume pequeno de processos no MP mas grande no TJE, foi baixada uma Recomendação para diminuir os cargos e que cumprisse a Resolução do CNMP. Esclarece que o TJE/PA foi o único no Brasil a cumprir a meta 2, incrementando a responsabilidade do MP. Informa que atualmente 96 mil processos estão pendentes na Área da Fazenda Pública, consta ações que envolvem milhões em pendência, com atuações em áreas como cobrança de ICMS, Previdenciária, casos de Direito Ambiental, Improbidade Administrativa, Licitações, Ação Popular, entre outros, sendo necessário escolher a prioridade da prioridade. Relata que foi solicitado correção na PJ para que fosse verificado o grande número de processos atrasados. Estima que entram semanalmente em média de cem processos na PJ, onde acarreta prejuízo ao trabalho de acompanhamento do PA. Relata que as pessoas não compreendem, pois já falou quatro vezes, sendo este o quarto Corregedor-Geral que recebe a informação. Mediante o exposto pelo **Dr. Silvio Paulo**,



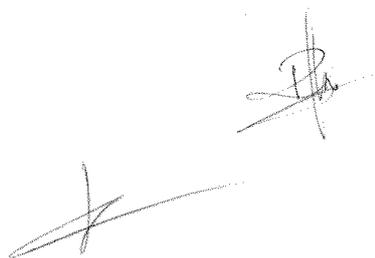
houve a sugestão do **Dr. Mendonça** de que fosse escrito e proposto a mudança à Resolução, com a criação de mais cargos para a PJ, menciona a necessidade escrever as dificuldades expostas para gerar um documento oficial com justificativa para ser encaminhada a administração superior. **Dr. José Nazareno**, coordenador do PA da PJ de Icoaraci, apresenta a composição dos promotores que trabalham na PJ, menciona um dos pontos identificados foram inquéritos policiais com reuniões para tratar das questões de remessas de laudos pelo centro de perícias científicas, combate ao tráfico de drogas, com ação conjunta com outros órgãos, foram realizadas reuniões internas para tratar da organização da promotoria, ressaltando grande deficiência na estrutura da promotoria. Fala que a alta rotatividade de promotores na PJ dificulta o andamento da execução do PA da PJ de Icoaraci, interferindo no alcance das metas. **Dra. Viviane Veras**, fala dos temas escolhidos para ser tratado no PA que é “estratégias na área da Saúde da Família”, no qual realizaram coletas de dados e reuniões sendo aprovada a implantação de PACS, informa que aguardam a eleição municipal para dar andamento nos procedimentos necessários para execução do PA, outro tema foi o “aumento da oferta da matrícula nas escolas públicas”, no qual já foram realizadas reuniões com diretores de escola pública integrante da SEDUC, com Presidente do Conselho Estadual de Educação e com os gestores das Unidades SEDUC na escola. Informa a construção de um questionário dirigido aos conselhos escolares, para saber qual a dificuldade na atuação informa a elaboração de um projeto para reconhecimento de paternidade, informa futura retificação no PA para inserir a educação infantil. **Dr. Franklin**, informa que haverá uma palestra na escola de magistratura sobre infância e juventude, informa reunião com órgãos competentes para dar celeridade aos processos referentes as questões com crianças e adolescente, informa da divulgação a sociedade através de programa de rádio. Informa a precariedade nas regiões das Ilhas referentes a educação, saúde, transportes e infra-estrutura, informa quanto a programa cão de palestras nas escolas. Após o relato a reunião foi encerrada pelo Corregedor-Geral que agradeceu a presença de todos. E nada mais sendo dito, o registro da reunião foi encerrado por mim, Rose Mary Epifânio de Carvalho.

Encaminhamentos:

- Solicitar a Procuradoria-Geral informações sobre a designação de Coordenador para a PJ de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Reforçar a informação de que é permitido incluir novos objetivos, atividades e metas durante a execução dos PAs;
- Realizar parceria da PJ de Violência doméstica e familiar contra a mulher e a PJ de Direitos Constitucionais, focando a área da saúde, principalmente devido a enorme legislação na área;
- Verificar o preenchimento do SIAMP no que se refere a PJ de Direitos Constitucionais, visto que refere-se apenas a processos judiciais e não contempla trabalhos extrajudiciais, solicitando que o PJ Rodier, representante da CGMP no CGET, reúna-se com a Coordenadora;
- Reforçar junto a Procuradoria-Geral de Justiça a prioridade recomendada pelo CNMP e ratificada pelo PGA para a Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, pois há carência de servidores da área técnica e administrativa; 1/3 dos cargos da área de improbidade estão com seus titulares afastados; há ausência de formalização de Termos de Cooperação Técnica com os Conselhos Regionais de Classe de Saúde; há ausência de articulação institucional entre as Promotorias de Justiça com atribuições afins; e ainda que os casos de improbidade que mantém titulares afastados, acarreta prejuízos aos trabalhos desenvolvidos na PJ, onde não há constância dos membros indicados para os cargos da PJ, prejudicando a continuidade dos

processos e dos trabalho para o alcance das metas do PA; evidencia de que houve a criação do Núcleo, mas que não existe ainda na prática e a situação de um cargo que há seis anos não tem titular, criando uma descontinuidade dos andamentos dos feitos;

- Sugerir ao Procurador-Geral de Justiça avaliar a possibilidade de criar cargo de Promotor de Justiça Regional, para o próximo concurso, à semelhança do MP/MG;
- Elaborar documento escrito à Administração Superior, com a justificativa e solicitação de mais cargos, bem como proposta de mudança da Resolução do Conselho Nacional do MP, de responsabilidade da PJ de Ações Constitucionais.



Participantes:


ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE

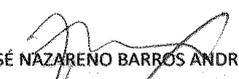
CONVOCADA - 30/09 a 03/10/12
ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ


DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS


ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO


FIRMINO ARAÚJO DE MATOS

CONVOCADO A PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL
HAMILTON NOGUEIRA SALAME


JOSÉ NAZARENO BARROS ANDRÉ


LUCINERY HELENA RESENDE FERREIRA

DESIGNADO
LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO

FÉRIAS
LUIZ OTÁVIO BANDEIRA GOMES

FÉRIAS
MANOEL VICTOR SERENI MURRIETA E TAVARES

MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO

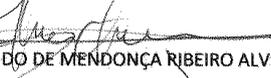

MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA CUNHA


MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CORRÊA


MÁRIO RAUL VICENTE BRASIL

AUSÊNCIA JUSTIFICADA
NELSON PEREIRA MEDRADO


OIRAMA VALENTE SANTOS BRABO RODRIGUES


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES


ROSÂNGELA CHAGAS DE NAZARÉ

SANDRO GARCIA DE CASTRO

SILVIO PAULO BRABO RODRIGUES

CONVOCADA 10/09 a 03/10/12
SÍNTIA NONATA NEVES DE QUINTANILHAS BIBAS MARADEI

SUELY REGINA AGUIAR CRUZ

VIVIANE VERAS DE PAULA

JOSÉ MARIA COSTA LIMA JUNIOR

FRANKLIN LOBATO PRADO

WELLINGTON SOUSA PEDROSO

Jose Haroldo Carneiro Matos.

Ausência justificada: AGAR DA COSTA JUREMA

APOIO TÉCNICO:

MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA

MARILZE RIBEIRO BITAR

MARLY DANTAS NERY

ROSE MARY EPIFANIO DE CARVALHO

4 – Registro fotográfico



ANEXO 3

REUNIÃO 09/10/2012

Anexos:

- 1- Ofícios encaminhados
- 2 - Lista de freqüência
- 3- Ata de reunião
- 4- Registro fotográfico

1 – Ofícios encaminhados



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

OFÍCIO CIRCULAR Nº 71/2012-MP/CGMP

Belém (PA), 18/10/2012.

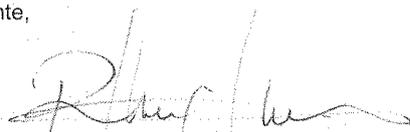
Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a)
Promotor (a) de Justiça

Senhor (a) Promotor (a) de Justiça,

Cumprimentando Vossa Excelência, e considerando a atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, em seus planos ou programas de atuação (art. 37, IV da Lei Complementar nº 057/2006), esclareço que na **reunião de trabalho** realizada no dia 09.10.12, para tratar do acompanhamento da execução dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça de **Defesa Comunitária e da Cidadania; Infância e Juventude e Mosqueiro**, foram acordados alguns encaminhamentos.

Na oportunidade enviamos, em anexo, os encaminhamentos acordados na reunião, os quais foram remetidos à superior consideração da Procuradoria-Geral de Justiça.

Atenciosamente,


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

RMEC/12



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

Ministério Público do Estado do Pará
Protocolo Nº: 43526/2012
Recebido por: vinhas - Belém
Data: 19/10/2012 - Hora: 09:41:42

CÓPIA
Arquivo de Protocolo

Belém (PA), 18/10/2012.

OFÍCIO Nº 2357/2012-MP/CGMP

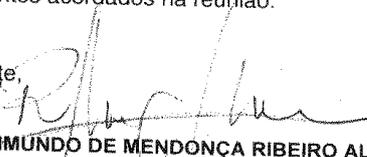
Excelentíssimo Senhor Doutor
Antonio Eduardo Barleta de Almeida
Procurador-Geral de Justiça

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando Vossa Excelência, e considerando a atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, em seus planos ou programas de atuação (art. 37, IV da Lei Complementar nº 057/2006), esclareço que foi realizada no dia 09.10.12, **reunião de trabalho** para tratar do acompanhamento da execução dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça. A reunião contou com a participação da **Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania, Promotoria de Justiça de Infância e Juventude e Promotoria de Justiça de Mosqueiro.**

Na oportunidade, encaminho em anexo, para superior consideração de Vossa Excelência os encaminhamentos acordados na reunião.

Atenciosamente,


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

2 – Lista de frequência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REUNIÃO DE TRABALHO
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA –
2012-2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – BELÉM I

LISTA DE FREQUÊNCIA 09/10/2012

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA COMUNITÁRIA E DA CIDADANIA	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR	
PROMOTOR(A)	ASSINATURA
MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CIDADÃO E DA COMUNIDADE	
PROMOTOR(A)	ASSINATURA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DO TRABALHO	
PROMOTOR(A)	ASSINATURA
ADRIANA DE LOURDES MOTA SIMÕES COLARES	
WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL E HABITAÇÃO E URBANISMO	
PROMOTOR(A)	ASSINATURA
BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ	
NILTON GURJÃO DAS CHAGAS	
RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES	
JACIREMA FERREIRA DA SILVA E CUNHA	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
PROMOTOR(A)	ASSINATURA
ERNESTINO ROOSEVELT SILVA PANTOJA	
HELENA Mª OLIVEIRA MUNIZ	
MARCO AURÉLIO LIMA DÓ NASCIMENTO	
MARIA DO SOCORRO PAMPLONA LOBATO	
MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO	
NATANAEL CARDOSO LEITÃO	
ROBERTO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA	
ROSILENE DE FÁTIMA LOURINHO DOS SANTOS	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOSQUEIRO	
PROMOTOR(A)	ASSINATURA
JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS	
SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA GONÇALVES	

REGISTRO DE REUNIÃO DE TRABALHO COM OS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Dia: 09/10/2012

Hora: 14h – 17h

Local: Auditório do PJIJ

PAUTA PROPOSTA:

- 1) Abertura
- 2) Apresentações pelos Membros, em data show, da execução dos 1º e 2º quadrimestres dos PAs, com ênfase nos seguintes aspectos:
 - Atividades realizadas na execução do PA, com as metas alcançadas e as dificuldades encontradas;
 - Os impactos junto à sociedade, a partir da execução do PA;
 - As atividades previstas no PA são suficientes para o alcance dos objetivos propostos no Plano?

Obs.: Tempo de exposição de 20' por Plano de Atuação

3) Encaminhamentos

4) Preenchimento do formulário de avaliação sobre o evento

ANOTAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

O Corregedor-Geral, **Dr. Raimundo Mendonça** faz a abertura da reunião ressaltando a importância do planejamento para as promotorias, bem como para a Instituição como um todo e apresenta um vídeo “O Gladiador” que demonstra a possibilidade de redefinir os valores, mas que toda luta tem percalços e dificuldades. Apresenta os técnicos do GAPI. Convida os coordenadores para integrar à mesa, **Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares**, **Dra. Helena Maria Oliveira Muniz** e **Dr. Jose Maria Gomes dos Santos**. Passa a palavra a **Dra. Helena Maria**, Coordenadora da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, que fala dos Objetivos do PA, informando QUE realizou reuniões com setor de informática pra tratar da criação de sistema, QUE realizou reunião com membros e servidores da PJIJ para criação de cadastro para atender as necessidades da promotoria, e irão aguardar a implementação de novo sistema pelo MP, QUE encaminhou demandas para a Administração Superior para aquisição de equipamentos, QUE a promotoria está aguardando sistema para 2013. Informa QUE as visitas estão sendo realizadas conforme o programado, QUE estão elaborando um mapa para diagnostico dos espaços visitados. **Dr. Natanael Cardoso Leitão** fala QUE está sendo elaborado um diagnostico das intervenções feitas pela promotoria, com a realização da 2ª rodada de inspeções das unidades, no qual o relatório será enviado posteriormente. QUE estão desenvolvendo trabalho em parceria com algumas universidades para diagnosticar a situação da infância e adolescência nas escolas públicas. QUE, com base nas reuniões, foi realizado um encontro com algumas entidades, para elaboração de projeto e relatório que irá nortear os trabalhos a serem desenvolvidos nas entidades que tratam dos adolescentes. Informa QUE atualmente há o Provimento 02, para levantar o número de processos. **Dr. Ernestino Roosevelt Silva Pantoja**, cita o caso da Santa Casa e informa QUE o pacto referente aos direitos da Criança e do adolescente não está sendo respeitado. QUE aguarda o novo prefeito para tratar do pacto que atende aos interesses da Instituição e da construção de um Hospital para Criança e Adolescente. Menciona a reunião anterior, onde os interesses em geral eram voltados para a área da saúde, fala da importância de uma ação integrada entre as promotorias e procuradorias para tratar dos problemas que estão cada vez piores. Fala QUE em 2011 a Santa Casa recebeu de Ananindeua 73 %, sugere QUE a administração superior verifique a situação junto ao judiciário, que tem segurado os processos, mostrando grande numero de improbidade administrativa. QUE o problema requer uma visão macro, englobando diversos setores e propõe um encontro com todos os promotores para tratar do problema de saúde do estado. **Dr. Mendonça** cita que está em andamento o projeto para elaboração da

Procuradoria Recursal. **Dr. Ernestino Roosevelt**, informa de QUE foi feita inspeção em diversos hospitais, fala da importância de reforçar os hospitais regionais, sugere QUE as reuniões devem ser setorizadas, devido ao tempo curto para exposição dos problemas que são extensos. **Dra. Helena Maria**, informa QUE foram realizadas reuniões e palestras nas escolas com a Promotória de Justiça de Educação, e que foram distribuídas cartilhas para orientação e QUE o relatório com as ações será encaminhado posteriormente. QUE está sendo realizado trabalho para tratar das questões do uso de drogas pelos adolescentes nas escolas públicas. **Dr. Natanael Cardoso Leitão**, informa que há apenas um centro para atender o sistema penal entre outras instituições que tratam dos adolescentes dependentes químicos. Informa QUE existem várias ações nas promotorias, mas ainda não são suficiente para tratar o problema e ressalta a importância de ações conjuntas com outras instituições que combata de maneira mais eficaz a questão. **Dra. Helena Maria** informa QUE tem atuado junto com o poder público na perspectiva de implementação de ações que visem a universalização da matrícula para faixa de 4 a 9 anos de idade até 2014 e também o aumento do número de vagas, QUE tem percebido a dificuldade a realização de ações civis públicas. **Dr. Mendonça** fala aos presentes da importância de acompanhar a exposição dos trabalhos de todos os participantes até o final da reunião, mesmo que já tenham apresentado e passa a palavra a **Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares** e o **Dr. Waldir Macieira da Costa Filho**, informa que tem três focos que são: idoso, pessoa com deficiência e saúde mental. Ressalta o problema da precariedade no transporte urbano para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. **Dr. Waldir** informa QUE entrou com ação civil pública, e todas tiveram sentença de 1º grau favorável. QUE as empresas CETRANSBEL e DEMUTRAN, manifestaram interesse em fazer um acordo para melhorar os serviços de transportes e elaboraram um cronograma para que em quatro anos os ônibus coletivos já estejam adaptados para os usuários com deficiência. QUE mobilizam a CETEBEL e SEURBE para que possam garantir que as paradas de ônibus sejam adequadas a atender as demandas dos ônibus que serão adaptados. QUE é importante a conscientização, com campanhas para sensibilizar os usuários de transportes coletivos quanto ao uso das cadeiras reservadas para os passageiros idosos ou com deficiência. **Dra. Adriana de Lourdes** fala referente aos problemas de leitos em UAPIS e QUE está sendo inaugurada uma nova unidade de acolhimento em Val de Caes, que conta com espaço ecumênico, enfermaria, espaço de convivência, entre outros para atender idosos. QUE esse trabalho tem o apoio de Órgãos Estaduais e Municipal para ampliação do número de leitos para idosos na rede pública. QUE acompanha inquérito civil e tem tido grande dificuldade com a Secretária de Saúde, que não retorna as solicitações da promotoria, não responde aos ofícios e documentos encaminhados. **Dr. Waldir**, informa QUE entrou com Ação Civil Pública referente aos atendimentos a pacientes de hemodiálise, atendimento de urgência e emergência e o atendimento de idosos e que as liminares não foram cumpridas. Foi reiterado os ofícios a Secretária que trata da ocorrência de novos óbitos, em virtude do não cumprimento das necessidades para o atendimento aos idosos. **Dra. Adriana**, informa QUE foram preparadas as metas e percebe a necessidade de um fórum de saúde, pois o GT Saúde não está funcionando devidamente. Fala QUE é importante a elaboração de um plano voltado para área da saúde, relata alguns casos de óbitos de idosos no hospital público (pronto socorro) e observa o quanto é agravante a questão da saúde e dependentes drogas. Observa também a importância de um trabalho conjunto das promotorias para reforçar o trabalho sobre essas questões. Fala QUE não tem resolvido entrar com TAC porque transfere o problema pro judiciário e o problema não acaba não sendo resolvido. **Dr. Waldir** ressalta QUE os problemas de saúde se estendem aos Planos de saúde, que não atendem devidamente os segurados, onde os idosos são os mais prejudicados. **Dr. Ernestino**, fala QUE não utiliza mais ofício para tratar de problemas de saúde, pois não são respondidos, por isso tem optado por entrar com Ação Civil Pública, como meio de tentar conseguir o atendimento das demandas da área da infância. Enfatiza a obrigação dos Órgãos Públicos quanto ao atendimento nos casos de urgência as crianças e aos idosos. Cita os casos de óbitos no PSM frequentes pelo não cumprimento dos direitos reservados a sociedade na área da Saúde Pública. **Dra. Adriana**, fala QUE o problema de improbidade é relevante nas instituições públicas. **Dr. Mendonça** elogia as ações dos promotores e cita o exemplo de uma reunião ocorrida em Castanhal em que um Promotor de Justiça estava com problemas com a empresa de fornecimento de energia elétrica e ingressou com uma ACP, não tendo o problema ainda sido resolvido, enquanto que outra Promotora de Justiça, relatando a mesma dificuldade conseguiu resolver as dificuldades por meio de ofício a Agência Reguladora e ressalta a importância das boas práticas administrativas para atingir o objetivo de melhor atender as necessidades da sociedade. **Dr Ernestino Roosevelt** parabeniza os Promotores de Justiça que relatam terem obtido êxito com medidas estratégicas como ofícios, não é comum na

Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. **Dra. Adriana** fala QUE são muitas as dificuldades da promotoria e informa que tem apenas um carro e um oficial para atender a várias demandas das promotorias, QUE estão com grande necessidade de servidores para ajudar nos serviços da promotoria, QUE o espaço esta não corresponde as necessidades, QUE é grande o número de pessoas para atendimento e o espaço não suporta o quantidade de atendimentos efetuados. **Dr. Waldir** reforça QUE a dificuldade enfrentada devido a falta de estrutura e a falta de servidores traz grandes prejuízos aos serviços prestados a sociedade pela promotoria. **Dra. Adriana** informa QUE não estão atuando na área de problemas de acidente de trabalho. **Dr. Waldir** completa QUE as ações referentes a acidentes de trabalho foi agregado a promotoria, mas que não há registro significativos. **Dr. Mendonça** indaga quanto à demanda para se extinguir o cargo, e solicita um relatório estatístico que mostre que a promotoria não tem recebido demandas sobre o tema para, posteriormente, se propor as extinção das atribuições na área de acidente do trabalho junto a promotoria, por se tratar de demandas tratadas atualmente pela Defensoria Pública. QUE é necessária a expedição de ofícios a vários Municípios para providencias quanto ao atendimento da Saúde Pública, QUE irá informar oficialmente as promotorias quanto ao envio do ofício. **Dr. Marco Aurélio Lima do Nascimento** registra QUE é importante o trabalho do Plano de Atuação juntamente com o comprometimento com o trabalho de elaboração do PA, informa QUE um dos temas tratados no PA diz respeito à área da saúde. QUE um dos pontos importante é a falta de leito, QUE é necessária atuação mais rigorosa na fiscalização junto as operadoras dos planos de saúde privados, tendo em vista o aumento de demanda no serviço, constatando a má qualidade no atendimento ao usuário. QUE foi realizou reunião com as empresas operadoras de plano de saúde, juntamente com o departamento nacional de defesa do consumidor, com a finalidade de corrigir e ajustar a conduta para com os usuários. Na área da Construção Civil realizou reuniões e TAC com as construtoras de Belém e CREA para tratar da qualidade do material empregado nas construções, fazendo uma recomendação ao SINDUSCON. Falou QUE no caso do último desabamento de um prédio ocorrido, o Ministério Público acompanhou os trabalhos realizados pelos bombeiros e equipe técnica, e a partir desse momento houve um aumento das reclamações dos proprietários dos imóveis em construção, ocasionando um aumento nas demandas de atendimentos dos bombeiros e de outras instituições. Na área da Telefonia, fez reuniões com algumas empresas, sendo a TIM que tem o maior número de reclamações de âmbito nacional devido a queda na qualidade da prestação de serviços.. Fala da grande necessidade de servidor, de oficial e de estrutura para dar andamento aos trabalhos da promotoria. **Dra. Adriana** fala da necessidade de funcionário com conhecimento Libras (linguagem de sinais) para auxiliar no atendimento as Associações de surdos e mudos. **Dra. Helena** ressalta a necessidade de servidores e de veículos para a promotoria. **Dr. Raimundo de Jesus Coelho de Moraes**, fala da dificuldade de atendimento as demandas da promotoria com a falta de Cargos e fala dos objetivos, informando QUE o formulário requer uma reformulação para melhor compreensão dos PA. Fala dos objetivos, a saber, o controle e diminuição de poluição sonora, atmosférica, hídrica e por resíduos sólidos, QUE foram atingidos 77 % das metas estabelecidas para os objetivos. QUE a 2ª atividade refere-se ao envolvimento da sociedade nas políticas de diminuição de poluição. QUE ocorre licitação fraudulenta no Poder Público Municipal na contratação de empresas para tratar dos trabalhos de coleta de resíduos sólidos urbanos. QUE tem elaborado um plano para diminuir as atividades de rotinas, QUE um dos instrumentos contidos no Plano Diretor Municipal, para fomentar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento e implementação no intuito de impedir ações que tragam prejuízos a sociedade, como, por exemplo, a construção de prédios em áreas protegidas, e na conservação da arborização da cidade. QUE há a proposta de criação de um grupo de trabalho para tratar dos assuntos relacionados a transporte público. Fala QUE um dos instrumentos a ser proposto é a Organização e Estruturação de Sistemas de Controle Urbanístico e Ambiental das Obras e Construção Pública. QUE está elaborando a criação de um mapa de conflitos urbano existentes, contendo a identificação, caracterização, análise e localização dos conflitos a partir de dados elencados na promotoria de justiça. Ressalta a grande necessidade de servidor, a falta de estrutura para atendimento ao publico, os problemas no ambiente físico de trabalho da promotoria. **Dra. Adriana** levanta a questão da dificuldade na elaboração do PA e sugere que seja acompanhado por técnicos que entendam do manuseio do sistema. Pausa para exibição do vídeo. Ao término da apresentação da Promotoria de Justiça, Dr. Mendonça agradece e pede para que a Promotoria de Justiça de Mosqueiro inicie a fala sobre o PA. **Dr. Jose Maria** fala das dificuldades enfrentadas por problemas na infraestrutura do espaço físico do prédio da PJ de Mosqueiro, QUE é grande a dificuldade encontrada pelos nativos da localidade, quanto a saúde, transporte, drogas, saneamento, moradia, entre outros problemas, QUE

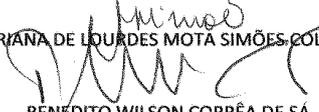
optou por trabalhar com o problema da poluição sonora. QUE é maior as ocorrências nos meses de janeiro, fevereiro e julho onde a incidência da poluição sonora na localidade é muito maior. QUE para atingir as metas foram realizadas audiências públicas objetivando diagnosticar a real situação do problema. QUE realizou reunião com Delegacia de Polícia Ambiental - DPA, onde optou-se por educar e sensibilizar a sociedade, a fim de sanar a situação de poluição sonora. QUE até o final do ano haverá reuniões para traçar ações a fim de resolver de forma duradoura o problema de poluição sonora em Mosqueiro. Informa QUE as metas estão sendo cumpridas conforme programado no Plano de Atuação da Promotoria de Justiça de Mosqueiro. Após o relato a reunião foi encerrada pelo Corregedor-Geral que agradeceu a presença de todos. E nada mais sendo dito, o registro da reunião foi encerrado por nós, Rose Mary Epifânio de Carvalho e Marilze Ribeiro Bitar.

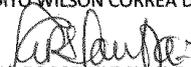
Encaminhamentos:

- Reconhecimento das providências da administração superior no tocante ao atendimento aos pleitos de estrutura física da Promotoria de Justiça de Infância e Juventude, considerando, contudo a necessidade de mais servidores, devido à carência pela PJJ;
- Reconhecimento das providências da administração superior no tocante ao atendimento aos pleitos de melhoria da estrutura física da Promotoria de Justiça de Mosqueiro, que possui uma estrutura atual muito precária.
- Requer que a Administração Superior atente para as dificuldades da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania, quanto ao espaço físico pequeno, com problemas de ventilação e uma estrutura física precária e insuficiente, com apenas um veículo para atender a todas as demandas, falta de espaço para os estagiários que muitas vezes ficam na sala com os promotores, além da necessidade de funcionário com habilidade em Libras – linguagem de sinais;
- Requer que a Administração Superior atente para a especificidade da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania, que possui um grande volume de atuação na área extrajudicial, implicando em volume de atendimentos, reuniões internas e diligências externas;
- Requer avaliação por parte da Corregedoria-Geral do Provimento 02/2012, visando seu aperfeiçoamento tendo em vista a realidade percebida pela PJJ quanto à dificuldade do sigilo;
- Requer estratégia da Corregedoria-Geral para mobilizar as Promotorias de Justiça a atuarem de forma convergente, interdisciplinar e articulada, em áreas críticas como saúde, drogadição e improbidade, elencando ações comuns dos Promotores de Justiça, como Direitos Constitucionais, Infância, Consumidor, Idosos, dentre outros;
- Requer estratégia da Corregedoria-Geral para mobilizar as Promotorias de Justiça a atuarem em áreas críticas por meio do GT - Grupo de Trabalho em Saúde, fortalecendo-o, a exemplo de atuação em congresso específico por área, Fórum, requerendo uma atuação articulada entre as Promotorias de Justiça, focando a improbidade na saúde que é o maior problema, ressaltando a importância de ações conjuntas com outras instituições para o combate mais eficaz da questão;
- Requer estratégia da Corregedoria-Geral para que a reunião de acompanhamento ocorra por áreas temáticas, seja setorializada, regional até, a exemplo da área da saúde;
- Requer estratégia da Corregedoria-Geral, mantendo o modelo de participação entre Promotorias de Justiça distintas, devido ao consenso entre os participantes da importância de ouvir os colegas com seus Planos de Atuação, considerando a interdependência da atuação ministerial;
- Requer verificação pela Corregedoria-Geral da situação enviada pelo Promotor de Justiça, Dr. Ernestino Roosevelt Silva Pantoja, após inspeção na área da saúde, quanto ao não cumprimento de decisões liminares pela Prefeitura Municipal de Belém. O Corregedor-Geral verificou e informou aos Promotores de Justiça que foram expedidos ofícios aos Promotores de Justiça com recomendação;
- Requer estratégia da Corregedoria-Geral no sentido de sempre encaminhar aos Promotores de Justiça solicitantes, respostas dos ofícios a ele encaminhados, dando conhecimento das providências adotadas, a exemplo do expediente protocolado pelo Promotor de Justiça Dr. Ernestino Roosevelt Silva Pantoja;

- Requer acompanhamento do Corregedor-Geral sobre a preocupação dos Promotores de Justiça a respeito da falta de resposta da Prefeitura, na área da saúde, ensejando medidas complementares da Administração Superior, tendo a demanda já sido oficiada ao PGJ;
- Requer estratégia dos Procuradores de Justiça que atuam, por delegação, em feitos de Prefeitos e ex-prefeitos, para providenciar medidas legais apoiando a atuação dos Promotores de Justiça, principalmente na área da saúde, que pedem providências mais enérgicas devido ao aumento de óbitos;
- Verificar, informar e acompanhar a ACP, iniciada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, em Brasília - STF, em grau de recurso;
- Compromisso da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de melhorar o objetivo nº 7 e incluir um objetivo na área de crimes contra a criança, que não foi contemplado no PA;
- Requer que a Administração Superior garanta estratégias de valorização das atividades extrajudiciais, tendo em vista a preocupação dos membros de que resolvem os problemas às vezes com um ofício, mas ganham uma pontuação menor do que se tivessem judicializado ACPs. Há grande preocupação entre os presentes sobre a judicialização das ações, provocando que o MP transfira o problema para o judiciário, sendo oportuno que todas as medidas extrajudiciais sejam tomadas antes de judicialização. Com o resguardo da situação em que o membro, se não ingressar com uma ACP, a exemplo da Infância, pode responder por omissão, atentar para caso a caso;
- Requer que a Administração Superior verifique as atribuições da Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes do Trabalho, referente às ações sobre acidentes do trabalho, visto que foi informado que não há atuação do MP nessa área. Os Promotores ficaram responsáveis por enviar um levando estatístico sobre situações nesta área; a CGMP se responsabilizou por verificar no SIAMP e em outros Ministérios Públicos a demanda informada nesta área e foi sugerido consultar a opinião do Promotor de Justiça titular Dr. Nélio, que está afastado, na Coordenação do CAO, e após todas as informações, sugerir se for o caso, a extinção da atribuição prevista na Resolução 014/2012-CPJ, art. 19 (DOE 02.07.12);
- Compromisso da Promotoria de Justiça do Meio ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo, de incluir o objetivo de acompanhar o Convênio do Governo do Estado e os Municípios, na área da habitação;
- Compromisso da Administração Superior de manter um acompanhamento técnico especializado aos Planos de Atuação, tanto na elaboração quanto no acompanhamento, considerando as especificidades de cada Promotoria de Justiça, visto que a ausência de apoio técnico prévio, a exemplo do que aconteceu com a Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania, dificulta a execução do PA, por não fazer parte do conhecimento formal de todos os Membros, com algumas exceções, as atividades de planejamento;
- Sugestão feita pelo Dr. Moraes de que os Promotores de Justiça utilizem a ferramenta *Projet Windows* que possibilita o acompanhamento de projetos;
- Requer estratégia da Corregedoria-Geral no sentido de verificar o formulário atualmente utilizado para elaboração e acompanhamento dos Planos de Atuação, reformulando-o principalmente com foco nas metas, tornando-o mais amigável aos membros, servidores e sociedade.

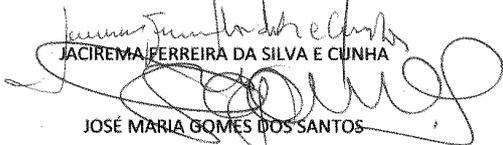
Participantes:

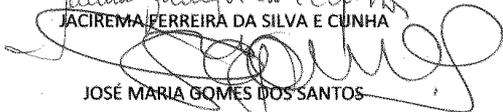

ADRIANA DE LOURDES MOTA SIMÕES COLARES

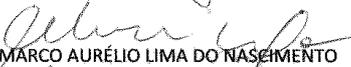

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ


ERNESTINO ROOSEVELT SILVA PANTOJA


HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ


JACIREMA FERREIRA DA SILVA E CUNHA

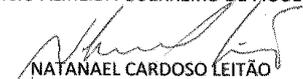

JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS

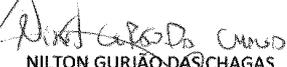

MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO

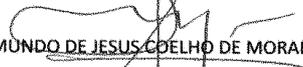

MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO


MARIA DO SOCORRO PAMPLONA LOBATO

ausência justificada
MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO


NATANAEL CARDOSO LEITÃO


NILTON GURIÃO DAS CHAGAS


RAQIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES


ROBERTO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA

ausência justificada
ROSILENE DE FÁTIMA LOURINHO DOS SANTOS

SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA GONÇALVES


WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Ausência justificada:

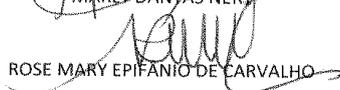
Dra. Rosilene de Fátima Lourinho dos Santos, Dr. Roberto Antonio Pereira de Souza, Dr. Maurício Almeida Guerreiro de Figueiredo e Thyago da Costa Feio

Apoio Técnico:


MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA


MARILZE RIBEIRO BITAR


MARLY DANTAS NERY


ROSE MARY EPIFANIO DE CARVALHO

4 – Registro fotográfico



ANEXO 4

REUNIÃO 23/10/2012

Anexos:

- 1 - Ofícios encaminhados
- 2 - Lista de frequência
- 3 - Ata de reunião
- 4 - Registro fotográfico dos trabalhos das Promotorias de Justiça
- 5 - Banner de divulgação
- 6 - Folder de divulgação
- 7 – Tabela estatística
- 8 - Registro fotográfico da reunião



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

OFÍCIO Nº 2347/2012-MP/CGMP

Belém (PA), 18/10/2012.

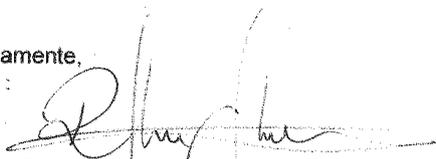
Excelentíssima Senhora Doutora
SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA
Promotora de Justiça/ Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Cível

Senhora Coordenadora,

Cumprimentando Vossa Excelência, informo que a reunião de trabalho para Acompanhamento do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça Cível, que seria no dia **16 de outubro de 2012**, precisou ser alterada em virtude de inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público nesta Corregedoria-Geral.

Desse modo, reitero o convite para participar e informo que a nova data para a realização da Reunião de Trabalho será o próximo dia **23 de outubro**, horário de 14h às 17h, no **Auditório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do MP**.

Atenciosamente,


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

RECEBIMENTO
NO. 16.450

04/10/12



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

Ministério Público do Estado do Pará
Protocolo Nº: 45917/2012
Recebido por: Ricardo - Belém
Data: 06/11/2012 - Hora: 12:26:15

CÓPIA
Divisão de Protocolo

Belém (PA), 29/10/2012.

OFÍCIO Nº 2534/2012-MP/CGMP

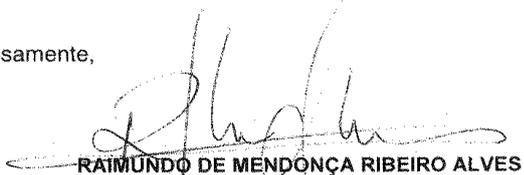
Excelentíssimo Senhor Doutor
Antonio Eduardo Barleta de Almeida
Procurador-Geral de Justiça

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando Vossa Excelência, e considerando a atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, em seus planos ou programas de atuação (art. 37, IV da Lei Complementar nº 057/2006), esclareço que foi realizada no dia 23.10.12, **reunião de trabalho** para tratar do acompanhamento da execução dos Planos de Atuação da Promotoria de Justiça Cível.

Na oportunidade, envio em anexo, para superior consideração de Vossa Excelência os encaminhamentos acordados na reunião.

Atenciosamente,


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

OFÍCIO CIRCULAR Nº 73/2012-MP/CGMP

Belém (PA), 29/10/2012.

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a)
Promotor (a) de Justiça

Senhor (a) Procurador (a) de Justiça,

Cumprimentando Vossa Excelência e considerando a atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, em seus planos ou programas de atuação (art. 37, IV da Lei Complementar nº 057/2006), esclareço que, na **reunião de trabalho** realizada no dia 23.10.12, para tratar do acompanhamento da execução dos **Planos de Atuação da Promotoria de Justiça Cível**, foram acordados alguns encaminhamentos, que seguem em anexo, para conhecimento de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

RMEC/12

2 – Lista de frequência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
 REUNIÃO DE TRABALHO
 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA –
 2012-2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – BELÉM I

LISTA DE FREQUÊNCIA 23/10/2012

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL	
PROMOTOR(A)	ASSINATURA
ALBERTINO SOARES MOREIRA JR.	
ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO	
AMÉLIA SATOMI IGARASHI	
ELIÉZER MONTEIRO LOPES	
JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA	
JOSÉ ROBERTO COIMBRA	
MARCELO MAIA DE SOUSA	FÉRIAS
MARIA DE BELÉM SANTOS	
RODIER BARATA ATAÍDE	
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO	
VERA LÚCIA ANDERSEN PINHEIRO	
WILTON NERY DOS SANTOS	
SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO	
JOSÉ HAROLDO CARNEIRO MATOS	

3 – Ata de reunião

REGISTRO DE REUNIÃO DE TRABALHO COM OS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Dia: 23/10/2012

Hora: 14h – 17h

Local: Auditório do PJIJ

PAUTA PROPOSTA:

- 1) Abertura
- 2) Apresentações pelos Membros, em data show, da execução dos 1º e 2º quadrimestres dos PAs, com ênfase nos seguintes aspectos:
 - Atividades realizadas na execução do PA, com as metas alcançadas e as dificuldades encontradas;
 - Os impactos junto à sociedade, a partir da execução do PA;
 - As atividades previstas no PA são suficientes para o alcance dos objetivos propostos no Plano?

Obs.: Tempo de exposição de 20' por Plano de Atuação

- 3) Encaminhamentos
- 4) Preenchimento do formulário de avaliação sobre o evento

ANOTAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

O Corregedor-Geral, **Dr. Raimundo Mendonça** faz a abertura da reunião convida a Coordenadora da Promotoria de Justiça Cível, **Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho**, para integrar a mesa e apresentar o PA, a mesma inicia a apresentação informando a Composição atual das Promotorias de Justiça Cíveis da Capital, a saber: na PJ de Família conta com dez Promotores de Justiça, a PJ de Órfãos Interditos e Incapazes, tem 3 (três) Promotores de Justiça, sendo que um deles está afastado no momento, na PJ de Registros Público trabalham 2 (dois) Promotores de Justiça e na PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social está atualmente, com 1 (um) Promotor de Justiça, sendo este o **Dr. Sávio Rui Brabo de Araújo**, conseqüente apresenta o PA da referida PJ, diz QUE há um trabalho para implementar ações no combate a corrupção e a improbidade administrativa. QUE a origem do 3º setor, destacando: 1. O estado de bem estar social; 2. A terceirização no Estado Brasileiro de forma lucrativa e filantrópica; 3. Reformulação das Responsabilidades Sociais no trato da questão social; 4. Turbocapitalismo. Cita a Lei 200/67, Art. 10, § 7 e a Lei 9.637. Fala da legitimidade do MP para fiscalização das Entidades de Interesse Social, embasados no Art. 127 da CF, Art. 66 do Código Civil, Reclamação Disciplinar 1.622/2011 CNMP. Apresenta dados estatísticos referentes a Instituições Privadas sem fins lucrativos que prestam serviços na Área da Saúde, informa o quantitativo de entidades cadastradas no Ministério Público. QUE tem 4 (quatro) objetivos para cumprir no biênio 2012 e 2013, sendo o 1º- Participar da Construção de uma política estadual e municipal da repartição de verbas públicas para entidades do 3º Setor; o 2º- Intensificar a Atuação em conjunto com os demais Promotores de Justiça de 3ª, 2ª e 1ª Entrância para fiscalizar as Fundações e Entidades de interesse social. QUE tem diversos procedimentos instaurados no intuito de fiscalizar tais entidades; o 3º- Criação do Núcleo de Apoio a Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social nos moldes de outros núcleos de combate a improbidade e núcleo do meio ambiente. Por fim, o 4º- Criar no âmbito da Promotoria de Justiça o roteiro da prestação de contas das Fundações

e Entidades de interesse social. QUE estão providenciando a confecção de cartilhas com as atribuições nessa área de atuação para divulgação junto a sociedade. Apresenta fôtos de registros referentes às visitas de inspeção realizadas em Centros Comunitários, Associações e Fundações. QUE tem encontrado dificuldade de dar andamento aos trabalhos devido a falta de servidor, principalmente "contador", além de demais apoio de servidor para continuar com as visitas de inspeção. **Dr. Sávio Rui Brabo de Araújo** encerra sua apresentação com a seguinte reflexão: "O pessimismo da razão não cancela o otimismo da vontade". **Dr. Albertino Soares Moreira Junior**, apresenta o PA da Promotoria de Justiça de Família, informando QUE foram elaborados 5 (cinco) objetivos, destacando objetivo 1º- Dar prosseguimento ao Projeto de defesa de filiação nas escolas públicas do município de Belém com o apoio de cartórios e outros parceiros, o reconhecimento voluntário de paternidade, executando, para alcance destes objetivos, 5 (cinco) atividades. QUE foi estabelecida como meta para atingir o objetivo a realização de reuniões com a Coordenadoria de Ação Cível juntamente com a Direção do Centro de Genética da Humana e Médica da UFPA, envolvendo os Diretores de 10 (dez) escolas públicas municipais. QUE houve a realização de palestras com gestores de algumas escolas municipais e estaduais cumprindo 100% das metas. QUE tem conseguido realizar em média 3 (três) exames de DNA por mês sem custo para o MP para o reconhecimento de paternidade, mostra fotos de registros de reuniões efetivadas com diretores de algumas escolas. Apresenta dados estatísticos referentes a realização de procedimentos extrajudiciais. QUE foram instaurados até 05 de outubro do ano corrente, cerca de: 271 (duzentos e setenta e um) procedimentos; 52 (cinquenta e dois) Reconhecimentos de paternidade com acordos de alimentos; 15 (quinze) Ações Judiciais; 21 (vinte e um) Acordos de alimento; 49 (quarenta e nove) procedimentos arquivados e 143 (cento e quarenta e três) Processos em andamento. **Dr. Albertino** fala ainda QUE há atuação da Promotoria de Justiça de Família, junto a Órgãos competentes para viabilizar o acesso as informações pela sociedade inerentes ao Direito de Família, contribuindo com o fortalecimento do exercício da cidadania, criando, deste modo, mecanismos que possibilitem o desenvolvimentos das atividades, como por exemplo, a elaboração de uma cartilha com orientações sobre o Direito de Família e informa que já atingiu 80% para a confecção da cartilha, haja visto que já foram realizadas reuniões para definir o formato que a cartilha terá. QUE houve a realização de palestras possibilitando a elaboração do diagnostico das prioridades concernentes aos locais das instituições e bem como os temas a serem tratados. Apresenta ainda a criação de um banner que serve para divulgação dos trabalhos junto à sociedade. QUE é realizado trabalho de divulgação na mídia. Mostra fotos de palestras realizadas nas escolas publicas, faz as considerações finais referentes a Atribuições Judiciais, buscando aproximar o Ministério Público da sociedade, difundindo, principalmente nas mais carentes, o seu papel. QUE noções de direitos foram repassadas a um numero significativo de pessoas objetivando conscientizar o cidadão de sua condição de direito. QUE constatou a desinformação das pessoas sobre seus direitos mais primários, da mesma forma observou grande interesse e satisfação, por parte da sociedade, com os esclarecimentos prestados. Fala finalmente QUE a reunião de trabalho realizada tem um efeito multiplicador nas comunidades diretamente atingidas. **Dr. Eliezer Monteiro Lopes** complementa QUE foram divididos em grupos de trabalho de apoio a realização do projeto de elaboração da cartilha. QUE foram organizadas reuniões e palestras, atendendo a população dos bairros do Arsenal, Telégrafo, Pratinha e Fátima, com a criação de material de divulgação da atividade. **Dra. Rosa Maria** contribui com a fala da importância dos Reconhecimentos de Paternidades para as famílias envolvidas. Objetivo 2º- Trata de



reuniões internas e externas com os cartórios parceiros do Ministério Público no trabalho que está sendo desenvolvido. Objetivo 3º- Realização de reuniões junto a Procuradoria-Geral de Justiça, que efetivamente ainda não ocorreu, mas já houve contato com a Assessoria de Planejamento do PGJ, para verificar a viabilidade de formalizar convenio que assegure a realização de exames de DNA nos casos de reconhecimento de paternidade. Ressalta a legitimidade do MP no ingresso de Ação de reconhecimento de paternidade, que é Direito Fundamental da Criança previsto na Constituição Federal, sendo importante a presença da mãe. QUE houve reunião com Órgãos Superiores no intuito de ter maior aporte para o desenvolvimento do projeto e evidencia a grande necessidade de pelo menos 1 (um) veículo oficial e de 1 (um) motorista para fazer as entregas de notificações, sendo relevante o número de 746 (setecentos e quarenta e seis convites a serem entregues. **Dra. Rosa Maria** contribui reforçando a questão da dificuldade de realização do trabalho em função a falta de veículo oficial. **Dr. Sueli Cruz**, contribui falando da Promotoria de Justiça que trabalho com a área da educação, e enfatiza a importância de ação conjunta entre as Promotorias de Justiça, no intuito de verificar as questões das crianças que estão fora da escola por falta de registro de nascimento. **Dr. Wilton Nery dos Santos** informa QUE é diminuto os casos de falta de registro na Capital do Estado, entretanto, ainda é significativa a questão da falta de registro de nascimento, muitas vezes em virtude do não reconhecimento de paternidade. QUE é meritório o trabalho conjunto entre as PJs, QUE diversas atuações de determinada Promotoria de Justiça, pode ter relevância em outra. **Dr. Raimundo de Mendonça** fala da importância da integração dos trabalhos das promotorias nas elaborações dos Planos de Atuação, quando os temas escolhidos forem semelhantes. A técnica **Marly Nery**, acrescenta a fala do Dr. Raimundo de Mendonça referente a integração dos Planos de Atuação, que podem ser consultados no SEAPA a fim de que os Promotores de Justiça e Coordenadores possam se informarem quanto aos trabalho desenvolvidos pelas PJs, no intuito de agregar e integralizar os trabalhos. **Dr. Raimundo de Mendonça** salienta as dificuldades encontradas para os alcances das metas, no que concerne a falta de carro oficial, de contador, de ajudante de ordem e fala do concurso em andamento que servirá para dar provimento a algumas vagas carentes no Ministério Público, solicita ao técnico **Marco Antonio Marques** que fale um pouco do Sistema de Informações e Indicadores Sociais – SIIIs, o mesmo informa que o sistema é alimentado com dados estatísticos de áreas sócio-econômicas do Estado, contém também, informações que permeiam por diversos temas com informações consolidadas envolvendo os 143 municípios, com vários dados que podem agregar aos trabalhos das promotorias na elaboração de seus Planos de Atuação. **Dr. Sávio Rui Brabo de Araújo** referindo-se a fala anterior do Dr. Raimundo de Mendonça, acrescenta informando que há a necessidade de pelo menos 4 (quatro) contadores na sua área. E a importância do concurso para preenchimento dos cargos carentes de servidores públicos. Sugere a articulação para a criação de um núcleo de probidade, com uma melhor composição para auxiliar nas atividades desenvolvidas. **Dr. Raimundo de Mendonça** informa que está sendo providenciado um mapa Geopolítico do Estado do Pará, dividido por Pólos Administrativos, com informações sobre população, densidade demográfica, renda per capita, entre outras informações tendo interface com o SIIIs. QUE será publicado no Subsite da Corregedoria-Geral. Fala da importância da criação do cargo para estatístico, pois compete ao Corregedor-Geral segundo a Lei Complementar 057, de 06/06/2006, Art. 37, XV - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça e ao Colégio de Procuradores de Justiça, até o último dia útil do mês de março de cada ano, relatório circunstanciado com dados estatísticos sobre a atividade das

Procuradorias de Justiça e Promotorias de Justiça, relativas ao exercício anterior, propondo as medidas que entender necessárias ao aprimoramento das atividades do Ministério Público; XVIII - organizar o serviço de estatística das atividades funcionais do Ministério Público, e, para esse fim, aprovar o modelo e a periodicidade do relatório de atividades dos membros do Ministério Público a ser apresentado à Corregedoria-Geral. **Dr. Marco Aurélio** apresenta 3 (três) objetivos que serão cumpridos no biênio de 2012 e 2013, a saber: Objetivo 1º- Possibilitar aos servidores da recepção - anexo I, o conhecimento das Ações das Promotorias de Justiça e o correto encaminhamento do público para as PJs, em favor desse objetivo propõe uma oficina em conjunto com CAO com a participação de uma pedagoga, para treinamento aos servidores do anexo I, a ser realizado no CEAf. Quanto a isso, aguardam as eleições do PGJ para dar andamento ao projeto que está pronto para dar seguimento após o pleito. **Dr. Raimundo de Mendonça** informa que esse tipo de projeto pode ser incluído de forma digitalizada como anexo no PA. Objetivo 2º- Promover aos portadores de doenças incapacitantes, informações sobre a regularização de suas situações jurídicas, para isso foram feitas visitas em CAPS, explicando sobre a interdição e curatela dos doentes. Entretanto, não tiveram retorno dos CAPS na solicitação sobre informações do quanto ao número e a regularidade de pacientes atendidos, ressaltam que encontraram grande dificuldade e resistência das instituições. QUE a execução desse objetivo encontra-se prejudicada, em razão da falta de dados, que deveriam ser repassando pelos CAPS apesar de solicitados pela PJOII. **Dra Sueli Cruz** informa que a Promotoria de Justiça de Idosos pode repassar informações sobre os caps. **Dr. Wilton Nery** informa que foi elaborado 3 (três) objetivos, sendo que, para o 1º objetivo foram propostas mutirões para expedição do 1º registro civil. QUE depende de parceria com o comitê de combate ao subregistro. QUE foram realizadas 2 (duas) palestras de conscientização e mutirão de atendimento ao público, faz uma explanação quantitativa referente aos atendimentos já realizados em regime de mutirão, ocorrido na Igreja de Santa Luzia no bairro do Jurunas. QUE realizaram palestra na Paróquia de São José de Queluz, bairro de São Braz, para mostrar o direito a cidadania. QUE foi encaminhado relatório para a Administração Superior e CAO. QUE o maior índice do serviço é a emissão de 2ª via de certidão de nascimento e de casamento. QUE são envolvidos os cartórios para parceria nos trabalhos. Apresenta fotos dos atendimentos feitos a sociedade. Fala sobre as metas alcançadas no 2º Quadrimestre foram feitas fiscalizações nos cartórios de registro cível, estando os mesmo em observância com a legislação vigente. QUE as principais dificuldades são referentes a falta de equipamentos, QUE os mesmos não são fornecidos em tempo hábil para serem testados e preparados antecipadamente para a realização do evento, dificuldade por falta de transporte, número insuficiente de servidores disponíveis para atuarem nos mutirões. QUE o Departamento de informática não tem número de computadores disponíveis para realizar atividades externas, a necessidade de acompanhamento de policiais militares para assegurarem a ordem das atividades e a segurança dos servidores. QUE há varias solicitações de mutirão por parte de algumas comunidades e que serão programadas para o ano de 2013. QUE estão verificando um espaço que possa atender ao número de pessoas que procuram os serviços realizados nos mutirões. QUE as metas estipuladas para 2012 já foram atingidas. A técnica **Marty Nery** acrescenta a importância do trabalho educativo e da conscientização do cidadão para a preservação dos documentos de certidão de nascimento emitidos nos mutirões. **Dr. Wilton Nery** prossegue parabenizando e agradecendo o apoio dos servidores e membros que participam das ações. QUE existe a elaboração de um cadastro para controlar a emissão de outras vias de certidão, sugerindo

inclusive, o pagamento por demais emissões de registros para que o cidadão tenha consciência de preservar o documento emitido. QUE a importância do recolhimento pelo cartório da certidão original de nascimento, no ato da emissão da certidão de casamento. **Dra. Rosa Maria** faz, como Coordenadora, as considerações finais informando que, muito embora haja as queixas quanto as dificuldades encontradas, que interferem na realização dos objetivos dos PAs, há também as Promotorias de Justiça que se esmeram para realizar um bom trabalho. **Dr. Raimundo de Mendonça** parabeniza e agradece a participação de todos. E nada mais sendo dito, o registro da reunião foi encerrado por mim, Rose Mary Epifânio de Carvalho, que secretariei a reunião.

Encaminhamentos:

- 1- A criação pela Administração superior de um núcleo de probidade, com uma melhor composição para auxiliar nas atividades desenvolvidas;
- 2- A articulação da Promotoria de Justiça de Família com a Promotoria de Justiça de direitos constitucionais fundamentais, defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa (atuação na área de educação), promovendo uma ação conjunta, no intuito de verificar as questões das crianças que estão fora da escola por falta de registro de nascimento;
- 3- Evidenciada a importância da integração dos trabalhos das promotorias na elaboração e execução dos Planos de Atuação, quando os temas escolhidos forem semelhantes;
- 4- Informado pelo Corregedor-Geral que está sendo providenciado um mapa Geopolítico do Estado do Pará, o qual será publicado no Site da Corregedoria-Geral, dividido por Pólos Administrativos, com informações sobre população, densidade demográfica, renda per capita, entre outras informações, tendo interface com o Sistema de Informações e Indicadores Sociais – SIIS;
- 5- Reforço pelo Corregedor-Geral de que os membros acessem o SIIS, disponibilizado no site do MP, contendo dados estatísticos de áreas sócio-econômicas do Estado e informações que permeiam por diversos temas com informações consolidadas envolvendo os 143 municípios, com vários dados que podem agregar aos trabalhos das promotorias na elaboração de seus Planos de Atuação;
- 6- Compartilhamento do Corregedor-Geral sobre a importância da criação do cargo de estatístico, com o fito de melhor atender a Lei Complementar 057, de 06/06/2006, Art. 37, XV e XVIII, sobre a competência de organizar o serviço de estatística das atividades funcionais do Ministério Público;
- 7- Reforço pelo Corregedor-Geral de que os projetos e demais informações sejam incluídas de forma digitalizada como anexo no PA, possibilitando acesso por todos os membros;
- 8- Constatação de que embora haja queixas quanto as dificuldades encontradas, que interferem na realização dos objetivos dos PAs, há também as Promotorias de Justiça que se esmeram para realizar um bom trabalho;
- 9- Requer que a Administração Superior atente para as dificuldades das Promotorias de Justiça, conforme abaixo descrito:
 - Promotoria de Justiça de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial:
 - a. Requer a lotação de 04 (quatro) contadores na Promotoria de Justiça.
 - Promotoria de Justiça de Família:

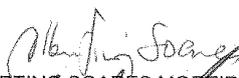
- a. Requer apoio da Administração Superior para celebração de Convênio entre o MP e a Universidade federal do Pará visando obter gratuitamente exames de DNA para reconhecimento de paternidade;
- b. Requer a maior disponibilização de veículos com motorista para a Promotoria de Justiça, tendo em vista a quantidade expressiva de intimações e as dificuldades enfrentadas junto a Divisão de transporte (quantidade insuficiente de veículo e que atendem todo o órgão prejudicando o serviço);
- c. Requer a lotação de Oficial de serviços auxiliares e 02 (dois) Policiais Militares.

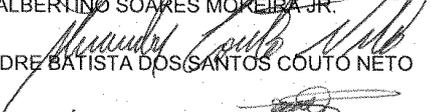
- Promotoria de Justiça de Registros Públicos, Resíduos e Casamentos:

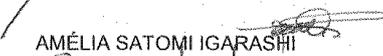
- a. Requer que seja entregue pela Divisão de Patrimônio, em tempo hábil e devidamente testado, à Promotoria de Justiça, dos equipamentos de informática que são utilizados nas ações externas (mutirões);
- b. Requer a lotação de servidores, Policial Militar (em especial, nos mutirões) e Veículo oficial.

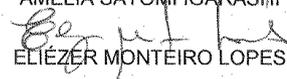
Encaminhamentos elaborados por Marly Nery e Marilze Bitar - GAPI

Participantes:


ALBERTINO SOARES MOREIRA JR.


ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO


AMÉLIA SATOMI IGARASHI

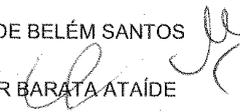

ELIÉZER MONTEIRO LOPES


JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA

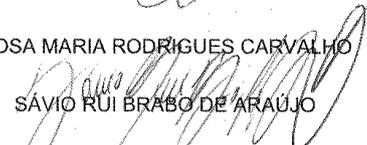
JOSÉ HAROLDO CARNEIRO MATOS

JOSÉ ROBERTO COIMBRA

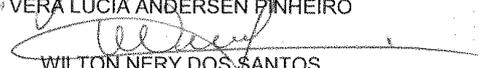
MARIA DE BELÉM SANTOS


RODIER BARATA ATAÍDE

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO


SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO

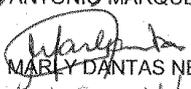
VERA LÚCIA ANDERSEN PINHEIRO

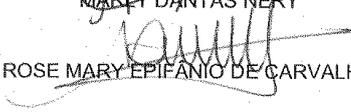

WILTON NERY DOS SANTOS

Ausência justificada: MARCELO MAIA DE SOUSA - Férias

Apoio Técnico:


MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA


MARLY DANTAS NERY


ROSE MARY EPIFÂNIO DE CARVALHO

4 – Registro fotográfico dos trabalhos realizados pelas Promotorias de Justiça na Execução do Plano de Atuação:











CONVERSA

SOBRE DIREITO

DE FAMÍLIA



UNIÃO ESTÁVEL, DIVÓRCIO, GUARDA,
PATERNIDADE, ALIMENTOS...

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA DE BELÉM



6 – Folder para divulgação de palestra

ASSISTÊNCIA GRATUITA

1- DEFENSORIA PÚBLICA
End. Trav. Padre Prudêncio, 154,
esquina da Manoel Barata, próxima
ao Buraco da Palmeira.
Fones: 3201-2700/3201-2665
Horário de atendimento: 08:00 às
16:00h

2- NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA
FACI
End. Rua dos Mundurucus, nº 1482
Fones: 3323-6000
Horário de atendimento: 08:00 às
12:00h

3- ETAJJ UNAMA
End. Trav. Antonio Baena, s/n,
Bloco F – Pedreira
Fone: 4009-7130
Horário atendimento cível: 08:00 às
12:00h / penal: 14:00 às 18:00h

4- NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA
UFFA
End. Rua Augusto Corrêa, nº 01,
Campus Profissional, pavilhão L-P
Fones: 3183-1273
Horário de atendimento: 08:00 às
18:00h

5- NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
CESUPA
End. Av. José Malcher, nº 1963,
entre Nove de Janeiro e Alcindo
Cancêla
Fones: 4009-9185
Horário de atendimento: 08:00 às
12:00h

6- MINISTÉRIO PÚBLICO - PROMOTORIAS
DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA
End. Rua Ângelo Custódio nº 36 - 1º
andar, Anexo 1 - Cidade Velha
Fone: 4008-0430
Horário de atendimento: 08:00 às
14:00h

Promotores de Família de Belém

Albertino Soares Moreira Júnior
Alexandre Batista dos Santos
Couto Neto
Amélia Satomi Igarashi
Eliézer Monteiro Lopes
Ivelise Pinheiro Pinto
João Gualberto dos Santos Silva
Marcelo Maia de Sousa
Maria de Belém Santos
Maria de Nazaré Abbade Pereira
Rodier Barata Ataíde
Vera Lúcia Andersen Pinheiro

Apoio Administrativo

Bruno Fabricio Brasil Serique
Clotilde Leal Costa Filha
Raionilva Joana Lemos Pontes

*Você quer tirar suas dúvidas
sobre Direito de Família?
Quer saber mais sobre alimentos,
paternidade, divórcio, união
estável, casamento, guarda e
visitas?
Pois então venha conversar com os
Promotores de Família!*

CONVERSA
SOBRE DIREITO
DE FAMÍLIA



UNIÃO ESTÁVEL, DIVÓRCIO, GUARDA,
PATERNIDADE, ALIMENTOS..

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA DE BELÉM

DIA: 30/10/2012
Às 16:00hs
Local: Igreja Assembleia de Deus
Tv. Domingos Marreiros, 1763

TEMAS DA PALESTRA

ALIMENTOS

- O que são os alimentos?
- Quais as pessoas que podem / devem pensionar?
- Quando surge a possibilidade da pensão alimentícia?
- Pensão alimentícia: por acordo e judicial.
- Quais os critérios para determinar o valor da pensão?
- O que são alimentos gravídicos?
- Até que idade pode receber a pensão?
- Alimentos e desemprego.
- O que fazer para obter a pensão?
- O que fazer em caso de pensão alimentícia atrasada?

PATERNIDADE

- Ação de investigação de paternidade/maternidade.
- Investigação de paternidade com apontado pai já falecido.
- A prova no processo de paternidade: DNA e outras provas.
- Alimentos na ação de investigação.
- Reconhecimento voluntário.
- Paternidade socioafetiva.
- Adoção à brasileira.

CASAMENTO

- Capacidade para o casamento.
- Habilitação para o casamento.
- Regime de bens.
- Casamento homoafetivo.
- Casamento religioso e casamento civil.

DIVÓRCIO

- Requisitos.
- Precisa de tempo para o divórcio?
- É preciso demonstrar a culpa do outro?
- Divórcio consensual e litigioso.
- Divórcio na justiça e no cartório.
- Partilha de bens.

UNIÃO ESTÁVEL

- O que é a união estável?
- Qual o tempo necessário para sua existência?
- Contrato de União estável.
- União estável homoafetiva.
- Reconhecimento e dissolução judicial.

GUARDA

- O que é a guarda?
- Tipos de guarda: unilateral, alternada e compartilhada.
- Guarda pelos avós e outras pessoas.
- Guarda no divórcio e dissolução de união estável.
- Direitos e deveres do guardião e do pai não guardião
- Perda da guarda

VISITAÇÃO

- O que é a regulamentação de visitas?
- Quem pode pedir a regulamentação de visita?
- Regulamentação por acordo ou por decisão judicial.
- Recusa do pai (ou mãe) em entregar o filho para visita. Consequências.
- Pai (ou mãe) que não tem cuidados com o filho na visitação. Consequências.

7 – Tabela estatística sobre estudo feito referente a Instituições Privadas sem fins lucrativos que prestam serviços na Área da saúde (entidades cadastradas no Ministério Público).

Período	Transferências correntes		Transferências de capital		Total de Transferências	
	Nº de Entidades	Valor	Nº de Entidades	Valor	Nº de Entidades	Valor
2007	624	R\$ 186.358.896,38	174	R\$ 5.565.381,40	798	R\$ 191.924.277,78
2008	948	R\$ 271.162.436,49	286	R\$ 10.231.537,90	1234	R\$ 281.393.974,39
2009	1058	R\$ 287.436.326,23	186	R\$ 5.723.673,12	1244	R\$ 293.159.999,35
2010	716	R\$ 337.159.196,05	131	R\$ 16.044.796,09	847	R\$ 353.203.992,14
2011	399	R\$ 340.273.819,77	40	R\$ 7.032.351,59	439	R\$ 347.306.171,36

8 – Registro fotográfico da reunião



ANEXO 5

REUNIÃO 25/10/2012

Anexos:

- 1- Ofícios encaminhados
- 2 - Lista de freqüência
- 3- Ata de reunião
- 4- Registro fotográfico

1- Ofícios encaminhados



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

OFÍCIO Nº 2093/2012-MP/CGMP

Belém (PA), 05/10/2012.

Excelentíssima Senhora Doutora
MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA
Coordenadora da Promotoria de Justiça Criminal

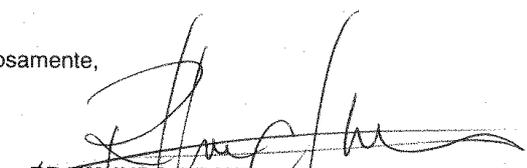
Senhora Coordenadora,

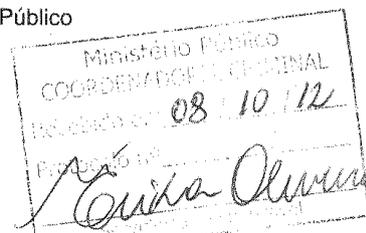
Cumprimentando Vossa Excelência, informo que a reunião de trabalho para Acompanhamento do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça Criminal, agendada para o dia **17 de outubro de 2012**, precisou ser adiada em virtude de inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público.

Na oportunidade, informo que a nova data para a realização da Reunião de Trabalho será o dia **25 de outubro no corrente ano, horário de 14h às 17h, no Auditório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do MP.**

Esclareço que esta Corregedoria-Geral expedirá ofício a todos os Promotores de Justiça da área Criminal, para informar a nova data, a fim de que os mesmos participem da reunião.

Atenciosamente,


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público





Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

OFÍCIO Nº 2348/2012-MP/CGMP

Belém (PA), 18/10/2012.

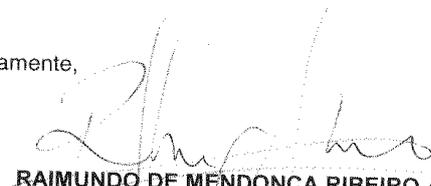
Excelentíssimo Senhor Doutor
JOSÉ MARIA COSTA LIMA JÚNIOR
Promotor de Justiça/ Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal

Senhor Coordenador,

Cumprimentando Vossa Excelência, informo que a reunião de trabalho para Acompanhamento do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça Cível, que seria no dia **17 de outubro de 2012**, precisou ser alterada em virtude de inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público nesta Corregedoria-Geral.

Desse modo, reitero o convite para participar e informo que a nova data para a realização da Reunião de Trabalho será o próximo dia **25 de outubro, horário de 14h às 17h, no Auditório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do MP.**

Atenciosamente,


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

*Recebi em 19/10/12
Jair Fey
CAO Criminal*



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

Ministério Público do Estado do Pará
Protocolo Nº: 46109/2012
Recebido por: vinhas - Belém
Data: 07/11/2012 - Hora: 11:10:18

CÓPIA
Belém (PA), 06/11/2012.

OFÍCIO Nº 2610/2012-MP/CGMP

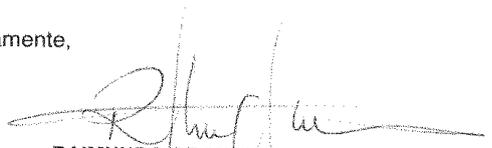
Excelentíssimo Senhor Doutor
Antonio Eduardo Barleta de Almeida
Procurador-Geral de Justiça

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando Vossa Excelência e considerando a atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça em seus planos ou programas de atuação (art. 37, IV da Lei Complementar nº 057/2006), esclareço que foi realizada no dia 25.10.12, **reunião de trabalho** para tratar do acompanhamento da execução dos Planos de Atuação. A reunião contou com a participação da **Promotoria de Justiça Direitos Humanos e controle Externo da Atividade Policial; Promotoria de Justiça de Crimes contra Ordem Tributária; Promotoria de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas; Promotoria de Justiça Criminal; Promotoria de Justiça Militar; Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri e a Promotoria de Justiça de Entorpecentes.**

Na oportunidade, envio em anexo, para superior consideração de Vossa Excelência os encaminhamentos acordados na reunião.

Atenciosamente,


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

RMEC/12



Estado do Pará
MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL

OFÍCIO CIRCULAR Nº 74/2012-MP/CGMP

Belém (PA), 06/11/2012.

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a)
Promotor (a) de Justiça

Senhor (a) Procurador (a) de Justiça,

Cumprimentando Vossa Excelência e considerando a atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, em seus planos ou programas de atuação (art. 37, IV da Lei Complementar nº 057/2006), esclareço que, na **reunião de trabalho** realizada no dia 25.10.12, para tratar do acompanhamento da execução dos **Planos de Atuação das Promotorias de Justiça Criminais: PJ de Direitos Humanos e controle Externo da Atividade Policial; PJ Crimes contra Ordem Tributária; Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas; PJ Criminal; PJ Militar; PJ Tribunal do Júri e PJ de Entorpecentes** foram acordados alguns encaminhamentos, que seguem em anexo, para conhecimento de Vossa Excelência.

Atenciosamente,


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

2 - Lista de Frequência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
REUNIÃO DE TRABALHO
 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA –
 2012-2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – BELÉM I

LISTA DE FREQUÊNCIA 25/10/2012

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	
PROMOTOR(A)	ASSINATURA
ALCENILDO RIBEIRO SILVA *	
ALDIR JORGE VIANA DA SILVA *	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	
FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID, *	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÕES PENAIS, PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	
MARIA JOSÉ LOBATO ROSSY *	
SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS	
WILSON PINHEIRO BRANDÃO	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	
ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO	
ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO	
BETHÂNIA MARIA DA COSTA CORRÊA, *	
CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA, *	
FABIANO AMIRALDO E SILVA, *	
ISAÍAS MEDEIROS DE OLIVEIRA	
LUIZ CLÁUDIO PINHO	
MARCELO BATISTA GONÇALVES, *	
MARIA LUIZA LOUREIRO DE BORBOREMA	
MÔNICA REI MOREIRA FREIRE, *	
REGINA FÁTIMA SADALLA SILVA ABBADE, *	
ROSANA PAES PINTO *	
WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO, *	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA MILITAR	
ARMANDO BRASIL TEIXEIRA, *	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DO JURI	
EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA *	
MÁRIO SAMPAIO NETTO CHERMONT	
ROSANA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS *	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENTOPERCENTES	
LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO, *	
JOSÉ MARIA COSTA LIMA LTR - CAD CRIMINAL -	

3- Ata de reunião

REGISTRO DE REUNIÃO DE TRABALHO COM OS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Dia: 25/10/2012

Hora: 14h – 17h

Local: Auditório do PJJ

PAUTA PROPOSTA:

- 1) Abertura
- 2) Apresentações pelos Membros, em data show, da execução dos 1º e 2º quadrimestres dos PAs, com ênfase nos seguintes aspectos:
 - Atividades realizadas na execução do PA, com as metas alcançadas e as dificuldades encontradas;
 - Os impactos junto à sociedade, a partir da execução do PA;
 - As atividades previstas no PA são suficientes para o alcance dos objetivos propostos no Plano?

Obs.: Tempo de exposição de 20' por Plano de Atuação

- 3) Encaminhamentos
- 4) Preenchimento do formulário de avaliação sobre o evento

ANOTAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

O Corregedor-Geral, **Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** faz a abertura do evento apresentando a equipe técnica do GAPI presente na reunião de trabalho. Informa que a Corregedoria-Geral estará disponibilizando o Mapa Geopolítico, criado para colaborar com atividades de elaboração do Plano de Atuação das Promotorias de Justiça, além das avaliações para Promoção e Remoção dos membros. QUE terá informações referentes ao acesso as diversas localidades do interior do estado, informações socioeconômicas, sendo importante para ser objeto de pesquisa do publico em geral, dando transparência as informações prestadas. QUE é base estratégica para registro de indicadores. Dando continuidade convida para integrar a mesa o Coordenador do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça Criminal, **Dr. Isaías Medeiros de Oliveira**, que entrega ao Corregedor-Geral documento com a relação do Quadro Demonstrativo das Promotorias Criminais, e com preocupação, informa que os bairros da Pratinha e Tapanã, antes integrantes do distrito de Icoaraci, passarão a integrar a área de Belém, por conseguinte, sob a responsabilidade da Promotoria de Justiça Criminal. Seguidamente, passa a palavra ao **Dr. Francisco de Assis Santos Lauzid**, Promotoria de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária, QUE apresenta 3 (três) objetivos a saber: Objetivo 1º- Cobrar dos Delegados da DOT e DIOE a conclusão dos IPs atrasados, QUE realizou reuniões com os Delegados da DOT e da DIOE e expediu ofícios para os mesmos, no qual requisitou a instauração de

Santos
Francisco de Assis Santos Lauzid
PROMOTORA DE JUSTIÇA
248/94 - MP/PA

uam

Regina Tatiana Salafra S. Abbade
Regina Tatiana Salafra S. Abbade
Promotora de Justiça

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Dr. Luis Paulo Teixeira-Capitão
Promotor de Justiça

cerca de 160 inquéritos, devido ao grande número de atividades que o Promotor de Justiça tem como responsabilidade, QUE por falta de membro não consegue dar um bom andamento ao trabalho, causando prejuízos aos cofres públicos pelo fato de haver muitos processos parados, QUE reuniu com vários Delegados para conseguir parceria a fim de diminuir o grande número de inquéritos atrasados. QUE há grandes dificuldades por falta de material de expediente e servidores públicos. QUE é grande o número de auto de infração, no qual são tratados os mais diversos assuntos, entre eles a sonegação de impostos por diversas empresas privadas. QUE o prazo para cumprir as metas é até o final do ano de 2013. Objetivo 2º – Atuar na SEFA com o anelo de renovar o convenio com o MP, atrasado desde 2007, para o intercambio institucional, QUE realizou várias reuniões para aprovação de minuta de convênio, com o registro das obrigações assumidas entre MP e SEFA. QUE expediu ofícios a 1ª Julgadoria e ao Tarf/SEFA, tendo assim, as metas já cumpridas. QUE havia varias diligencias atrasada, e foi preciso um trabalho direcionado para resolver as questões dos não cumprimentos dos trabalhos, percebendo casos de improbidade administrativa. Dificuldades percebidas: a redução significativa do número de Delegados de Policia que há 12 anos era de 350 membros e que atualmente conta com 310 DPC. Impactos na sociedade: Insuficiência estatal na repreção a sonegação fiscal, acordo firmado entre MP e SEFA tem por fito a celeridade nas informações prestadas pela SEFA para instruir PICs, IPs e ações penais. Objetivo 3º- Atuar com a 1ª Julgadoria e o Tarf/SEFA para obter uma lista dos auditores Fiscais com diligências em atraso superior a 2 (dois) anos. QUE tal situação causa um prejuízo estimado em mais de R\$ 137.000.000,00 ao Estado do Para e a sociedade, muitos dos processos já foram concluídos. QUE ministra orientações, mini-cursos aos policiais. QUE expediu ofícios, com a realização de 2 (duas) reuniões com ao representantes da 1ª Julgadoria e Tarf. **Dr. Raimundo de Mendonça** abre a palavra aos demais participantes para qualquer consideração. **Dr. Cezar Augusto dos Santos Motta**, sugere um termo de ajustamento de conduta na área de fiscalização da SEFA. **Dr. Francisco Lauzid** fala da necessidade de concurso publico para aumentar o número de Delegados e da necessidade de um sistema que contenha um melhor controle das informações. **Dra. Bethânia Maria da Costa Corrêa** apresenta o PA da Promotoria de Justiça de Juízo Criminal, informando o Objetivo 1º- Atuar, preventivamente, para promover a redução da criminalidade da Capital, em parceria com outras PJs, outras unidades do MP e as Policias Civil e Militar. Informa QUE entre a Polícia Civil e Militar tem ocorrido reuniões semanais. QUE solicitou por oficio a Delegacia Geral de Policia Civil informação sobre inquéritos e TCO's por roubo e crimes de menor potencial ofensivo, dos últimos seis meses, nos bairros de Belém. QUE houve reunião buscando a integração dos


Dr. Raimundo de Mendonça
Promotor de Justiça

delegados com os Promotores de Justiça. Realizou atividades com 3 reuniões. Dr. Mendonça indagou sobre os resultados da reunião, tendo a Promotora de Justiça informado que não houve nenhuma e que inclusive sentiu um certo desconforto dos policiais com a presença dos Promotores de Justiça. Objetivo 2º – Promover a celeridade processual, visando a emissão de laudos periciais e o respectivo envio ao MP. QUE houve encaminhamento de ofícios solicitando o cadastro de membros e servidores do MP no SIEL e INFOSEG. QUE está programado reuniões com o Centro de Perícias Científicas, mas que ainda não foi possível a realização devido ao acúmulo de trabalho na PJ. Objetivo 3º- Promover esclarecimentos jurídicos ao cidadão acerca das situações relacionadas com crimes de menor potencial ofensivo, notadamente quanto aos prazos processuais. QUE está programado reuniões com Instituições comunitárias, mas também não foi possível a realização devido ao acúmulo de trabalho na PJ. Objetivo 4º- Garantir o prazo razoável de permanência em prisão provisória, com a maior parte das metas alcançadas, realizando as atividades de encaminhamento dessas informações aos Promotores de Justiça vinculados aos processos desses presos. Objetivo 5º- Atuar junto ao TJE, na busca da exclusão dos registros inconstitucionais. Tendo programado a realização de reuniões com a administração superior do MP, entretanto não foi possível a realização devido ao acúmulo de trabalho na PJ nos últimos 6 (seis) meses. Objetivo 6º- Promover uma melhor integração dos Promotores de Justiça Criminal. QUE está programado a realização de reuniões com os Promotores de Justiça da área criminal, notadamente com atuação no Juízo Singular e Juizados Especiais Criminais. QUE essa meta ainda não foi alcançada devido o acúmulo de trabalho. Dentre as dificuldades ressalta o excesso de trabalho devido ao acúmulo de atividades, QUE falta na PJ: equipamentos de informática adequados, pois, os existentes estão obsoletos; Promotores de Justiça; infraestrutura adequada; iluminação adequada, espaço físico insuficiente e por fim, falta de assessor. **Dra. Monica Rei Moreira Freire**, acrescenta reforçando a questão da falta de servidor, o acúmulo de cargos e de trabalho, preocupante a questão das muitas audiências que estão tendo muita rotatividade de promotor de justiça, acarretando prejuízo aos trabalhos, ocorrendo perda de prazo, falta de tempo para participar de todas as audiências. QUE faz-se necessário oficial que, havendo pauta e não sendo onipresente, seja dado como suficiente, tendo que apresentar previamente a CGMP a justificativa pela falta. Que preocupa-se pelos Promotores de Justiça que vão se aposentar e os cargos não vão abrir de uma hora para outra, bem como os membros que estão fora da PJ Criminal, atuando na Corregedoria-Geral e Centros de Apoio Operacional. Refere-se ao fato de Juizes saírem gritando nas audiências que querem um Promotor de Justiça, ficando gravado que na audiência não houve a

Dr. Luis Marcio Mendes Cyrillino
Promotor de Justiça

Spellicore
Secundário de M. P. Gomes dos Santos
PROMOTORA DE JUSTIÇA
248/94 - MP / PA

PJ

um

Regina Fátima Sadalla S. Abbade
PROMOTORA DE JUSTIÇA

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

presença do Promotor de Justiça. Esclarece que por estar acumulando cargo, demonstra para o Juiz a incompatibilidade de pauta, mas que precisa do respaldo do Corregedor-Geral. Consta que os membros se afastam para atender a Administração Superior e o prejuízo é dos que ficam, preocupando-se que estoure para eles devido a sobrecarga de trabalho. **Dra. Maria Luiza Loureiro de Borborema** contribui com a fala da **Dra. Monica** quanto a falta de organização das audiências, com a coincidência de horários ficando difícil participar de todas as audiências que são convocados. QUE a déficit de Promotor de Justiça causa o acúmulo de cargos. QUE há falta de defensor na vara, Juiz acumulando cargo. Dra. Regina Abade esclarece que está acumulando cargo e percebe que as pessoas estão com raiva, apesar dos Promotores de Justiça criminais serem aguerridos, estão adoentados devido ao acúmulo de trabalho. **Dr. Raimundo de Mendonça** fala que está no planejamento da Instituição abrir mais 50 vagas através de concursos públicos para Promotores de Justiça e aumentar o número de cargos na capital, no intuito de tentar dirimir parte dos problemas, constata que deve-se tentar diminuir o número de sobrecarga na atividade do Promotor de Justiça. QUE, com o crescimento das classes sociais, ocorre o crescimento de problemas que devem ser tratados pelos Promotores de Justiça. QUE se deve trabalhar em conjunto pra buscar soluções para minimizar o problema de sobrecarga de trabalho. QUE seria ideal ter uma média de 2 (dois) Promotores de Justiça pra cada Juiz, diminuindo parte do problema. QUE requer ser paciente e racional pois, demanda de tempo pra realização de concurso publico, devido ao cumprimento de prazo pra elaboração e realização de licitação para se concretizar o certame. Esclarece que serão abertas 121 vagas para assessor no concurso. Lembra ainda que o MP não tem o mesmo percentual do TJE e mesmo que tivesse a atividade do Juiz é estática e a do PJ é multifacetada. Lembra ainda que essas questões não dizem respeito ao Corregedor-Geral, mas ao SUB-AJI, mas que pretende encaminhar esta e outras demandas fruto da reunião ao PJG, conforme já realizou nas reuniões já ocorridas. Reforça que se o PJ não puder ir a audiência, deve comunicar ao Juiz, informando o motivo. **Dr. Francisco Lauzid** sugere que os Promotores de Justiça do interior sejam convocados para ajudar nos trabalhos das Promotorias da Capital nos dias de segunda e sexta ou atuarem em mutirões uma vez ao mês, essas ações tenderia a minimizar o acúmulo de trabalho dos Promotores de Justiça da capital. **Dra. Ana Claudia** se manifesta dizendo que a situação é desesperadora e considera que já é patológica. **Dr. Mendonça** esclarece que a ausência do Promotor de Justiça em audiência não qualifica soltar o preso, em lugar nenhum, entendendo que a médio prazo não há solução, lembrando a prioridade dos réus presos e a dificuldade de filtrar as situações mais **Dr. Luiz Marcio Teixeira**

Procurador de Justiça

Cypriano, trata da apresentação do PA da Promotoria de Justiça de Entorpecentes, informa que haverá alteração para Organizações Criminosas, sendo extinta a Entorpecentes. Apresenta o 1º Objetivo: Fomentar a ampla defesa aos presos de justiça para a agilização dos processos relacionados com o problema das drogas. Para o alcance deste objetivo houve visitas carcerárias e no decorrer foi feito um levantamento dos presos hipossuficientes para a solicitação de assistência através da Defensoria Pública, essa meta foi iniciada através de verificação na Secretaria da Vara de Entorpecentes da capital e monitoramento dos processos existentes. 2º objetivo: Garantir o comparecimento das testemunhas arroladas pelo MP, tendo como atividade desenvolvida a realização de reuniões com PGJ e/ou com órgãos envolvidos, afim de garantir necessária liberação das testemunhas para o comparecimento em juízo, quando da sua convocatória. QUE tem viabilizado os trabalhos usando ação conjunta com a Defensoria Publica Geral, buscando a efetivação de soluções de problemas, contanto com emissão de ofícios. Dificuldades: carência de PJ, sobrecarga de servidores de apoio vinculados a PJ de Entorpecentes, ausência de servidor-assessor, necessidade de aumentar o número de estagiários, sendo pelo menos 3 (três) para cada PJ. Cita inclusive que teve conhecimento que na Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são três estagiários para cada Promotor de Justiça, o que considera justo, mas entende que deve contemplar as demais Promotorias de Justiça também. Sugere recrutar os estagiários que participaram do processo seletivo do MP. Sugere o aproveitamento de servidores de todas as Coordenadorias, trazendo para funções de Assessoria de nível superior para as PJs, a fim de minimizar a carência de servidor, ou ainda podendo ser sem ônus para o Estado, em termo de convenio com outras Instituições, com servidores cedidos. Reforça que os servidores da PJ Criminal são muito qualificados, mas estão assoberbados. Impacto na sociedade: Em matéria de entorpecentes, nos casos de excessos nas abordagens policiais, que os mesmos devem cumprir o processo legal e no tempo hábil. Traz informações dobre o custo que o sistema penitenciário tem com cada preso. Atualmente há 480 presos vinculados a vara de entorpecentes. Sugere a criação de Varas Distritais de Entorpecentes, sendo menos oneroso em aspecto legal e político para o Poder Público, a exemplo, os seguintes bairros: Guamá, Cremação, Jurunas, Condor, Marambaia, e Bengui. **Dr. Raimundo de Mendonça** sugere a elaboração de um documento relatando a situação de modo que, possa dar as devidas providencias. **Dr. Aldir Jorge Viana da Silva**, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, informa o 1º objetivo do PA: Monitorar a elaboração e execução do Plano Estadual de Segurança Pública, desenvolvendo as seguintes atividades: acompanhamento junto aos órgãos competentes pela execução do plano estadual de

Spaccos
SECRETARIA DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA
240194-MP/PA

mm
Regina Fatima Sadalla S. Abbade
to

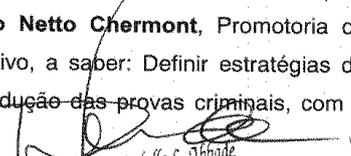
Dr. Raimundo de Mendonça

A

segurança pública, com realização de reuniões através da Coordenadoria das Promotorias Justiça Criminais, com responsáveis por estatística da área criminal das Polícias Civil e Militar, favorecendo o conhecimento a respeito do quantitativo da criminalidade na Capital. 2º objetivo: Criar um banco de dados sobre a criminalidade na capital para traçar o perfil de vítimas, acusados e locais de ocorrências de crimes violentos. QUE irá gerar relatório customizado sobre os dados coletados, de forma que possa auxiliar na cobrança de Políticas Públicas, para minimizar o índice de criminalidade. QUE é importante haver políticas públicas pra tratar a base dos problemas referentes à violência e a criminalidade. Que se não houver políticas públicas nas áreas de maior incidência, enxugarão gelo, pois apenas se pode cobrar o executivo com dados precisos. QUE está em andamento a contratação de um sociólogo pra analisar as informações contidas no banco de dados pra gerar um relatório e dar andamento ao projeto da criação de banco de dados. Informa que cerca de cada 10 autos de prisão em flagrante são realizados pela Polícia Militar, através de denúncia anônima. 3º objetivo: Efetivar o controle externo da atividade policial no intuito de prevenir e combater a violência institucional, erradicar a tortura e reduzir a letalidade policial e carcerária. Para este objetivo realizou as seguintes atividades: Participação nas ações do Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade do Estado, com realização de reuniões, atuações junto ao CONSEP, PROVITA, PEPDDH. 4º objetivo: Controle efetivo de quebras de sigilo das comunicações, sigilo bancário. Está em processo de implantação a Criação de arquivo de banco de dados para registrar as requisições de medidas de quebra de sigilo das comunicações e acompanhar a execução das medidas deferidas, entretanto essa atividade ainda não foi concluída. 5º objetivo: Promover um controle efetivo dos requerimentos e das medidas deferidas de quebra de sigilo das comunicações, através de uma Central de Registros de requerimentos e quadro de acompanhamento das medidas executadas. Atividades desenvolvidas para atingir o objetivo: Apresentação de proposta para a criação e estruturação de uma central de registros de medidas de quebra de sigilo das comunicações e confecção de minuta de ato do Procurador-Geral de Justiça; Formulação do Plano Estadual de Segurança Pública; Dificuldades: Precária estrutura de pessoal de apoio técnico, com experiência na área, sistematização dos dados existente. Ressalta o papel do assessor importante para contribuir com as atividades. Impactos na sociedade: Formulação de políticas públicas para prevenir e combater a criminalidade; Melhoria da qualidade da investigação criminal e pela titularidade da Ação Penal. **Dr. Mario Sampaio Netto Chermont**, Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri, apresenta o 1º objetivo, a saber: Definir estratégias de atuação junto aos órgãos responsáveis pela produção das provas criminais, com a

Dr. Luiz Dirceu Mendes Corrêa
Promotor de Justiça

Dr. Mario Sampaio Netto Chermont


Dr. Mario Sampaio Netto Chermont

seguinte atividade: QUE realizou reunião entre a PJ do Tribunal do Júri. QUE muitas vezes não consegue ir até o local do crime devido ao grande número de processos e a acumulação de cargos. QUE é importante que não haja acúmulo de promotoria para melhor desempenhar os trabalhos inerentes a área da PJ. Para este objetivo a meta ainda não foi atingida. 2º objetivo: Fomentar a comunicação direta com os órgãos responsáveis pela elaboração das provas imprescindíveis a propositura da Ação Penal, no que diz respeito as testemunhas, acareações, localização de pessoas e Laudos periciais. Para este objetivo a meta ainda não foi atingida. 3º objetivo: Estabelecer fluxo de recebimento e devolução de Inquéritos Policiais pelo Ministério Público do Estado do Pará. Para este objetivo a meta ainda não foi cumprida. Esclarece que as duas primeiras semanas são dedicadas a sessões do Tribunal do Júri, ocorrendo de júris durarem até dois dias. **Dra. Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos**, Promotoria de Justiça de Execuções Penais, contribui falando que é inviável a diminuição de cargo na Promotoria de Justiça, devido ao grande número de atividades acumuladas. Sendo que não há condições de acúmulo de cargo na PJ, pois prejudica o bom andamento das atividades. Segue com a apresentação do PA, falando QUE não há unanimidade na elaboração do PA, devido a uma Promotora de Justiça ter optado em realizar objetivos diferentes dos demais promotores, sendo o 1º objetivo: Criação de um sistema de informações penitenciária, no âmbito do MP, através de um banco de dados centralizados relativo a população carcerária da região metropolitana de Belém. Atividade: realização de reuniões com PJ com atuação na área. Levantamento de informações nos estabelecimentos penais, sobre a população carcerária. Sobre a situação da estrutura nos estabelecimentos prisionais, entre as diferentes categorias, incluindo penitenciária, centro de recuperação, colônia agrícola, centro de reeducação, casa de albergação, hospital de custódia e tratamento penitenciário, no que diz respeito a re-socializar com políticas educacional do sistema penitenciário, qualificação profissional, serviço de saúde, no combate de infrações, reincidência penal. QUE o MP precisa criar um banco de dados próprio com informações garantidas, para assegurar a implementação de políticas públicas. QUE essa meta ainda não foi atingida, em função da prioridade dada ao problema da superpopulação carcerária, com a realização de mutirões. 2º objetivo: Correta execução da pena, por meio da atualização dos processos de presos condenados. Atividade para este objetivo: realização de 2 (dois) mutirões com o intuito de atualizar os processos de presos condenados. Relatou a ocorrência de um numero maior de mutirões, já tendo participando de 11 (onze), atingindo a meta estabelecida. Impactos na sociedade: a percepção da efetividade da justiça criminal, da garantia do processo legal e a reinserção social. Os impactos foram observados através da análise dos

Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos
Promotora de Justiça
248/94 - MP/PA

J. Amorim

Regina Helena Sadalla S. Abdala
Promotora de Justiça

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]
Dr. Luiz Roberto Tomaz Espindola
Promotor de Justiça

[Handwritten mark]

processos de execução penal. **Dra. Socorro de Maria** mostra dados quantitativos a respeito dos resultados atingidos com os mutirões. **Dra. Bethânia Maria** sugere adotar o uso de net book e modem, para agregar no trabalho da PJ. **Dra. Socorro de Maria** fala das dificuldades encontradas referente a falta de controle de informações da população carcerária; ao não estabelecimento de rotinas e procedimentos padronizados e ao espaço físico inadequado ocupado pelos presos, além da falta de estrutura mínima necessária de espaço físico, pessoal, investimento tecnológico e equipamentos para garantir a qualidade e agilizar o serviço prestado pelas PJ de execução penal, alicerçar os trabalhos externos, necessidade de reformulação da composição e atribuições das PJ de execução penal. Relata o sistema de entrega do judiciário que contratou uma empresa terceirizada para entrega de processo que acabou por superlotar o MP com processos. Informa que não é possível a apresentação dos 3º, 4º e 5º objetivos, pois estão sobre a responsabilidade da **Dra. Maria José Lobato Rossy** que optou por não aderir ao PA das demais PJs de Execução Penal e, até a presente data, não havia informado as atividades desenvolvidas no presente quadrimestre. Houve relatos dos Promotores de Justiça, **Dra. Socorro de Maria**, **Dr. Wilson Brandão** e **Dra. Maria Luiza Borborema** referente ao não comparecimento da **Dra. Maria José Rossy** as reuniões e às audiências judiciais dos processos de execução penal, como determina a Lei e como fazem seus colegas, a mesma não participa e não colabora com as atividades dos colegas membros. **Dr. Raimundo de Mendonça** registra que já tratou outras vezes desse assunto com a referida promotora e que a mesma se comprometeu em cumprir as atividades inerentes ao cargo de Promotor Público. **Dr. Raimundo de Mendonça** no uso das atribuições conferidas ao Cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, informa perante aos participantes que a CGMP irá abrir sindicância, com base nos relatos feitos na reunião, para apurar as queixas relatadas pelos colegas em relação ao baixo desempenho nos trabalhos e a falta de integração da **Dra. Maria Jose Lobato Rossy**, bem como, o não cumprimento das obrigações inerentes ao cargo de Promotora de Justiça. **Dr. Wilson Brandão** reforça a necessidade de reformulação da composição e atribuições da Promotoria de Justiça de Execução Penal e sugere a designação de um cargo para realizar as inspeções da Promotoria de Justiça de Execução Penal, atuando na área extrajudicial. **Dr. Armando Brasil Teixeira**, apresenta o PA da PJ Militar, informando que tem sido verificadas ações penais e cível, improbidade administrativa envolvendo crimes militares. Apresenta o 1º objetivo: Atuar em conjunto com Polícia Militar e Bombeiros Militar no combate a corrupção na esfera militar, com a realização de atividades de visitas aos Quartéis, Batalhão da PM, Comando Geral da PM, 4º Batalhão de Salinópolis, Companhia de Operações


Dr. Armando Brasil Teixeira
Promotor de Justiça





Especiais, Comando Geral do Corpo de Bombeiro. Essa meta foi superada com a efetivação das visitas nas diversas unidades militares. 2º objetivo: Atuar junto aos órgãos competentes no sentido de fortalecer as Ações de segurança pública. Atividade para cumprimento do objetivo: Expedição de recomendação para a PM e Bombeiro Militar com vista a orientar nas atuações. Informa que todas as metas foram cumpridas, pois num total foram expedidas 07 recomendações, detalhadas no PA. 3º objetivo: Manter atualizados os processos em tramitação na Promotoria Militar. Atividade realizada: Análise tempestiva nos processos em tramitação na Promotoria Militar, os processos são analisados diariamente, não ocorrendo o acúmulo dos mesmos para o mês subsequente. Dificuldades encontradas: Precariedade da infraestrutura do prédio que abriga a PJ militar, dificuldade de apoio de outros órgãos em relação aos inquéritos civis, dificuldade de articulação com o Secretário de Segurança Pública, com relação as expedições das recomendações. Impactos na sociedade: Recebimento de manifestações positivas da sociedade quanto a atuação da Promotoria de Justiça Militar, inclusive de parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado. Finaliza com a sugestão de convocar promotor do interior para virem a capital ajudar nos trabalhos das Promotorias de Justiça que estão com acúmulo de trabalho. E nada mais sendo dito, o registro da reunião foi encerrado por mim, Rose Mary Epifânio de Carvalho, que secretariei a reunião, com acréscimo de informações registradas por Marilze Ribeiro Bitar.

Encaminhamentos:

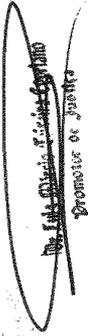
- 1- Requer que a Administração Superior aumente o número de Promotores de Justiça para atuar na área criminal, em função da sobrecarga de trabalho dos PJs;
- 2- Requer que a Administração Superior contemple a Promotoria de Justiça com mais servidores de nível médio para atender as demandas, e aumente o numero de estagiários pra cada membro;
- 3- Que a administração superior solicite a cessão de 3 a 5 servidores de outros Órgãos, nível superior, com formação jurídica, para atuarem na função do assessoramento às Promotorias Criminais, enquanto não se realiza o concurso;
- 4- Que a administração superior agilize a disponibilização de servidor com formação em sociologia, para a sistematização dos dados da PJ de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade policial;

Dr. Luiz Alcides Brito Epifânio
Promotor de Justiça

Epifânio
PROMOTORA DE JUSTIÇA
24004-MP/PA

Marilze Ribeiro Bitar
Promotora de Justiça

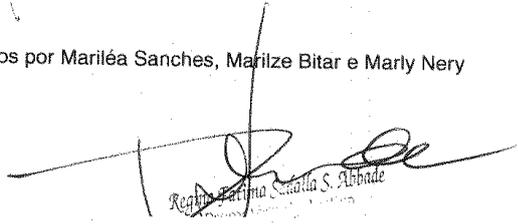
- 5- Requer que a Administração Superior atente para a substituição dos equipamentos de informática que estão obsoletos;
- 6- Análise pela Administração Superior da proposta de criar varas distritais de entorpecentes, sobretudo nos bairros do Guamá, Cremação, Jurunas, Condor, Marambaia, e Bengui;
- 7- Submeter ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, a necessidade de implantação de 2 (dois) sistemas: um voltado para os registros processuais, outro sobre dados estatísticos relativos a atuação da Promotoria de Justiça de crimes contra a ordem tributária;
- 8- Apreciação pela administração superior de reformulação da composição e atribuições das PJs de Execuções Penais, com a designação de um cargo para realizar as inspeções, atuando na área extrajudicial;
- 9- Apreciação pela administração superior dos problemas que podem ocorrer, referente às ausências dos Promotores de Justiça em audiências, por estarem acumulando mais de uma Promotoria de Justiça;
- 10- Apuração pela Corregedoria-Geral da situação exposta e constante no registro da reunião, referente a Promotora de Justiça **Dra. Maria Jose Lobato Rossy**;
- 11- Comprometimento da Promotoria de Justiça de Entorpecentes, Dr. Luiz Marcio Cypriano, de encaminhar a CGMP documento informando as dificuldades percebidas e as sugestões de providências;
- 12- Apreciação pela Corregedoria-Geral de realizar reunião com o menor número de Planos de Atuação a serem apresentados, possibilitando melhor distribuição do tempo destinado às explanações;
- 13- Que a Administração Superior atente para a precariedade do espaço físico da PJ Militar;
- 14- Que a Administração Superior atue conjuntamente com a PJ Militar, no tocante a dificuldade de articulação com o secretário de Segurança Pública, em relação as Recomendações expedidas;
- 15- Apreciação pela administração superior da sugestão de deslocar Promotor de Justiça do Interior para a Capital, nos dias de segunda e sexta, ou em regime de multirão – 1 vez ao mês.


Dr. Luiz Marcio Cypriano
Promotor de Justiça

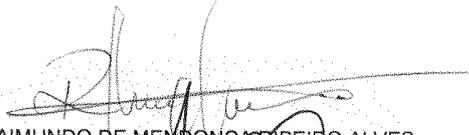




Encaminhamentos elaborados por Mariléa Sanches, Marilze Bitar e Marty Nery

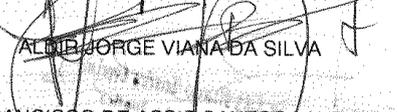

Regina Patricia S. Abade

Participantes:


RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES


ISAÍAS MEDEIROS DE OLIVEIRA

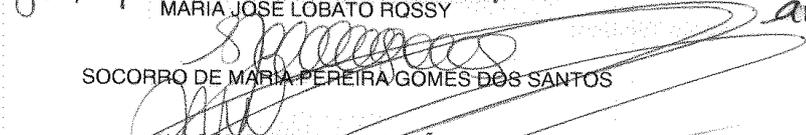

ALCENILDO RIBEIRO SILVA

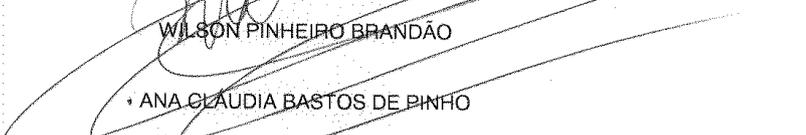

ALDEBJORGE VIANA DA SILVA

FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID

Justificada falta através do Protocolo 44862/2012 anexo

MARIA JOSÉ LOBATO ROSSY


SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS


WILSON PINHEIRO BRANDÃO

• ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO

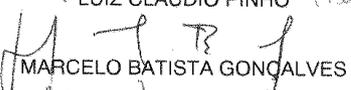
ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO

• BETHÂNIA MARIA DA COSTA CORRÊA (Férias)

• CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA (Férias)

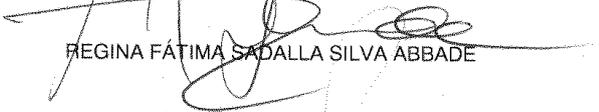

FABIANO AMIRALDO E SILVA

• LUIZ CLÁUDIO PINHO (Férias)


MARCELO BATISTA GONÇALVES

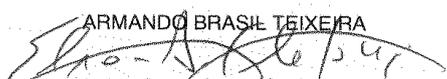

MARIA LUIZA LOUREIRO DE BORBOREMA


MÔNICA REI MOREIRA FREIRE


REGINA FÁTIMA SADALLA SILVA ABBADÉ

ROSANA PAES PINTO


WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO

ARMANDO BRASIL TEIXEIRA

EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA

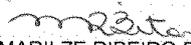

MÁRIO SAMPAIO NETTO CHERMONT

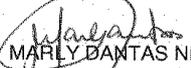
ROSANA CORDOVID CORRÊA DOS SANTOS


LUIZ MARCIO FERREIRA SYPRIANO
DR. LUIS MARCIO FERREIRA SYPRIANO
Promotor de Justiça

Apoio Técnico:


MARILÉA FERREIRA SANCHES


MARILZE RIBEIRO BITAR


MARLY DANTAS NERY


MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA


ROSE MARY EPIFÂNIO DE CARVALHO

4 - Registro fotográfico



